

Avante!

Proletários de todos os países UNÍ-

Órgão Central de P...ês

Semanário

23 de Abril de 1992

Preço: 120\$00

Nº 957

Director:

Carlos Brito

1974-1992
18 anos

25 ABRIL é jovem



tem futuro

A incultura de um Governo doente

***— PCP critica
política
de Cavaco
na Saúde
e na Cultura***

Págs. 4, 5 e 6

Parlamento Europeu e Maastrich Contradições e incoerências

***— Artigo
de Sérgio Ribeiro***

Pág. 19

Conquistas dos trabalhadores na mira do Governo (I)

***— artigo de
Domingos Abrantes***

Pág. 20

Berlim revisitada

***— artigo de
Miguel Urbano Rodrigues***

Págs. 26 e 27

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Jerónimo de Sousa

Haverá sempre quem prossiga Abril

Os dezoito anos de aniversário da Revolução dos Cravos foram tema de uma intervenção do deputado comunista Jerónimo de Sousa, na sessão plenária da Assembleia da República de terça-feira passada, que a seguir reproduzimos.

A Assembleia da República e o seu Plenário não realiza este ano o convívio de véspera nem a sessão de homenagem à Revolução de Abril.

Foi Abril que arejou esta Casa de eleições democráticas e acolheu a pluralidade, o protagonismo dos partidos políticos, o confronto livre de ideias e projectos é justo lembrá-lo e saudá-lo nesta sede como acto mais profundo e mais moderno e realizador da nossa história contemporânea.

Este ano, as comemorações do 25 de Abril coincidem com as comemorações daquele encontro de culturas, que de há quinhentos anos até hoje marcou tão poderosamente a evolução da sociedade humana.

É uma coincidência interessante, justa e significativa. Mas, comemorando Abril, não poderemos nunca esquecer um outro encontro, o encontro com o quotidiano dos portugueses e portuguesas, com as suas aspirações de justiça e liberdade.

É o que procuramos fazer com esta intervenção.

Porque temos dele uma visão de futuro, porque foi Abril que arejou esta Casa através de eleições democráticas e acolheu a pluralidade, o protagonismo dos partidos políticos, o confronto livre de ideias e projectos é justo lembrá-lo e saudá-lo nesta sede como acto mais profundo e mais moderno e realizador da nossa história contemporânea.

Profundo, porque fez a ruptura com um estado de coisas insustentável, moderno e realizador porque comportava um projecto de liberdade e justiça social, valores que em si mesmos continuam a estar colocados na ordem do dia já que com eles se identificam e por eles lutam a maioria dos trabalhadores e do Povo português.

A estrela polar do acto dos generosos Capitães de Abril foi a retoma da liberdade. Pelo seu valor intrínseco, ela é coisa bastante. Abril foi isso mas também mais do que isso. Ele era portador de um projecto de justiça social que dava uma dimensão mais vasta e avançada a essa mesma liberdade conquistada.

Lembro a propósito que faz hoje anos que ali, ao fundo da Avenida, na Calçada de Santos, no sindicato vigiado pela Polícia Política, um grupo de jovens sindicalistas policopiavam comunicados que haveriam de chegar às empresas e aos bairros apelando à participação no 1º de Maio proibido. Reclamavam salários dignos e mais direitos sociais. Venciam o medo. Sabiam da vigilância repressiva, do risco de despedimento quando regressassem à empresa, mas animava-os uma vontade inquebrantável de corresponder às aspirações e às reivindicações das classes trabalhadoras.

Até que veio Abril a permitir um Maio maior do que eles próprios julgavam.

E todos os partidos políticos existentes e os que se constituíram, e hoje aqui estão representados no hemicírculo, sentiram na altura a necessidade de serem portadores de reivindicações concretas no domínio dos direitos sociais, ao nível do trabalho, da habitação, da saúde e da educação.

Abril faz agora 18 anos!

O tempo decorrido não mudou a justeza desses grandes objectivos de justiça social. Algumas forças políticas é que mudaram o sentido do retrocesso.

Retrocesso quando hoje em muitas empresas do sector têxtil, das indústrias de defesa, da metalomecânica, dos transportes, da Função Pública, dos aduaneiros, em nome das novas tecnologias e das reestruturações, estejam em curso processos que visam a liquidação de milhares de postos de trabalho efectivos, com base em leis contrárias à matriz constitucional do direito à segurança no emprego.

Retrocesso quando se acentua o défice e as carências

de habitação que incidem particularmente sobre os jovens e famílias de menores recursos.

Exemplo de retrocesso flagrante e actual quis o Governo dar esta semana ao instituir o pagamento das famigeradas taxas moderadoras nos centros de saúde, urgências e hospitais no seguimento de medidas que aumentaram os encargos dos cidadãos na aquisição de medicamentos.

É chocante invocar critérios e objectivos de maior justiça social com a aplicação destas medidas. A verdade é que antes da recente imposição das taxas, os serviços eram gratuitos tanto para quem ganhava 45 como para quem ganhava 500 contos/mês e, a partir de agora, estabelecida a «justiça social» do PSD, quem ganhar 45 contos passou a pagar o mesmo que aqueles que ganham 500 contos ou mais.

Uma política que visa a restauração do privilégio e das grandes fortunas não pode dar seguimento harmonioso a uma política de justiça social e de progresso.

Não é Abril que está ultrapassado nem os seus valores, transformações e realizações que deixaram de ter sentido na época que vivemos.

Errada, injusta e reventada é a política que quer fazer ressurgir valores, realidades e protagonistas que fizeram escola e atrasaram o desenvolvimento da nossa pátria durante décadas e décadas até antes de Abril de 74.

Sob o manto diáfano dos adjectivos da «modernidade, do menos Estado, da libertação da sociedade civil, da mobilidade, da flexibilização, da competitividade e até da democracia», arrancaram Abril e substituíram-no por coutadas nas terras postas a produzir no Alentejo e Ribatejo, querem bani-lo de muitas empresas onde se escondem crianças a trabalhar e se probe o exercício das próprias liberdades e dos direitos que a Constituição consagra executando o Pacote Laboral silenciaram-no nos livros escolares sonogando aos jovens o conhecimento do projecto exaltante de que era portador, discriminaram militares que o fizeram, avançando já em tribunal para o enxovalho de algumas das suas principais figuras numa espécie

Não é Abril que está ultrapassado nem os seus valores, transformações e realizações que deixaram de ter sentido na época que vivemos.

Errada, injusta e reventada é a política que quer fazer ressurgir valores, realidades e protagonistas que fizeram escola e atrasaram o desenvolvimento da nossa pátria durante décadas e décadas até antes de Abril de 74



E apesar de excepcionalmente o Plenário não comemorar o décimo oitavo ano da revolução libertadora, é bom saber que ali ao pé da Avenida outros sindicalistas, ameaçados de despedimento lá na INDEP, na MAGUE, na SOREFAME, na COMETNA, na UTIC, escrevem e policopiam os manifestos que hão-de mobilizar os trabalhadores para as Jornadas de Abril e Maio e hão-de encher a Avenida da Liberdade e a Alameda. Haverá sempre quem prossiga Abril!

de ajuste de contas com esse acto libertador.

E no entanto a páginas 3404 do «Diário da República» II série de 15 de Abril de 1992, o Governo atribui pensões a ex-inspectores da PIDE/DGS por, e cito, «serviços excepcionais e relevantes prestados ao País».

No tenebroso processo das privatizações vêm à tona os ex-monopolistas que arrecadam a preço de saldo o melhor património empresarial do Estado e ameaçando, já, como fez recentemente António Champalimond, com despedimentos sumários ao mesmo tempo que ridicularizava ministros perante as câmaras de televisão.

Engana-se.

Enganam-se aqueles que foram as eminências pardas e principais beneficiários do regime opressivo que enegreceu a nossa História e atrasou por meio século o devir colectivo do nosso povo que é possível instaurar em Portugal a velha ordem repressiva e passadista desses tempos.

Se alguém deve alguma coisa a alguém são os ex-monopolistas que bem pouco pagaram pelo mal que fizeram ao Povo português!

A estrela polar do acto dos generosos Capitães de Abril foi a retoma da liberdade. Pelo seu valor intrínseco, ela é coisa bastante. Abril foi isso mas também mais do que isso. Ele era portador de um projecto de justiça social que dava uma dimensão mais vasta e avançada a essa mesma liberdade conquistada.

Mas esta arrogância, estes sinais de vindicta não é uma simples manifestação de arterosclorose rabujenta e intolerante. Tem caldo de cultura numa política avessa a esse Abril que queremos e havemos de comemorar.

Temos a exacta dimensão do processo destrutivo a que estão sujeitas as transformações de Abril. Mas 18 anos dobrados, os seus ideais, os seus valores, assumindo embora formas novas e diversificadas, continuam a estar vivos.

Vivo e renovado quando milhares de jovens lutam contra a PGA e a elitização do ensino, quando se manifestam e dinamizam acções solidárias com o povo de Timor-Leste. Renovado e latente quando milhares de agricultores reclamam o seu direito de produzir e escoar a preços justos o resultado do seu trabalho e das suas colheitas.

Sob forma diferente mas renovada quando sectores não tradicionais, como os juizes, os professores, os enfermeiros, os polícias, lutam pela dignificação das suas carreiras.

Renovado e actual quando milhares de reformados e pensionistas, apesar de viverem o último quartel de vida, exigem na rua pensões e reformas mais dignas.

Renovado e vigoroso ante os esforços, determinação e luta dos trabalhadores por salários mais justos, pela redução do horário de trabalho, pela defesa dos seus direitos individuais e colectivos.

Renovado pela acção convergente de homens e mulheres da cultura portuguesa em luta contra o regresso de medidas obscurantistas e anticulturais. Realizador, criativo e renovado face à obra de milhares de eleitos no Poder Local Democrático ao serviço das populações.

Em todas estas reclamações, estes anseios, estas reivindicações e estas lutas há o traço indelével dos valores de Abril.

Fosse só por isto e ele teria valido a pena.

E apesar de excepcionalmente o Plenário não comemorar o décimo oitavo ano da Revolução libertadora, é bom saber que ali ao pé da Avenida outros sindicalistas, ameaçados de despedimento lá na INDEP, na MAGUE, na SOREFAME, na COMETNA, na UTIC, escrevem e policopiam os manifestos que hão-de mobilizar os trabalhadores para as Jornadas de Abril e Maio e hão-de encher a Av. da Liberdade e a Alameda.

Haverá sempre quem prossiga Abril!
Disse.

A incultura de um Governo



O «golpe de Estado» contra a saúde dos portugueses

É o seguinte o texto da Comissão Política do CC do PCP apresentado em conferência de imprensa sobre o **aumento do preço dos medicamentos e taxas moderadoras, denunciado como novas dificuldades no acesso aos cuidados de Saúde**. Chamamos a atenção para os dois quadros em caixa, onde se demonstra, na nudez dos números, a profundidade do autêntico «golpe de Estado» perpetrado pelo Governo de Cavaco Silva contra o direito constitucional dos portugueses à gratuitidade na assistência social e na Saúde.

1. Com a publicação no passado dia 11 de Abril, do Dec. Lei 54/92 e da Portaria 338/92, o Governo PSD acaba de decidir um novo e brutal aumento nos custos da saúde, ao instituir o pagamento das famigeradas taxas moderadoras nos centros de saúde, urgências e hospitais e ao alargar e agravar as já existentes para os meios complementares de diagnóstico.

2. Esta medida segue-se a outra particularmente gravosa e que consistiu no aumento dos encargos dos cidadãos com a aquisição de medicamentos, em resultado conjugado da alteração da taxa do IVA e da redução da comparticipação do Estado, nuns casos de 50 para 40% e noutros de 80 para 70%.

Tendo o Governo procurado inculcar a ideia absolutamente falsa e errada de que uma descida da comparticipação do Estado em dez pontos percentuais significaria para os cidadãos um aumento de encargos da ordem dos «dez por cento», o PCP considera indispensável voltar a chamar a atenção para que, de facto, o resultado conjugado dos factores de agravamento acima referidos se traduz no aumento dos valores a pagar pela grande maioria dos utentes em percentagens que variam, no mínimo, entre os **28,5%** e os **60,7%**, conforme se trate das anteriores comparticipações de 80 ou 50% (veja-se o exemplo em anexo 1 - Medicamentos).

3. O PCP destaca que a Portaria 338/92 sobre as taxas moderadoras se caracteriza fundamentalmente por acabar com a anterior **gratuidade de diversas consultas impondo agora pagamentos que vão de 300 a 1000 escudos e por impor aumentos escandalosos nas taxas já existentes quanto aos meios complementares de diagnóstico, em geral superiores a 60%** e que no caso dos electrocardiogramas com esforço atingem mais de 300% (conforme anexo 2).

E, atalhando às mistificações e à demagogia governamentais sobre os estratos sociais que a Portaria isenta do pagamento de taxas moderadoras, é preciso acentuar que, como nem eles nem a generalidade da população anteriormente pagavam taxas moderadoras de consultas, não só não há nenhum progresso nessa isenção como há ainda o gritante retrocesso de a grande maioria da população passar a pagar o que antes era gratuito.

É assim indiscutível que esta imposição governamental constitui um novo e gravoso passo na política de agravamento das condições de vida dos portugueses e um verdadeiro atentado a um dos seus direitos fundamentais - o direito à saúde.

4. A imposição de taxas moderadoras, o recente e brutal aumento de preço dos medicamentos e baixa da comparticipação do Estado na sua aquisição, o **anunciado pagamento de internamentos e intervenções** e a entrega de serviços públicos a entidades privadas, constituem, tal como o PCP

há muito tem vindo a alertar, peças de uma estratégia que visa a liquidação do SNS e do seu carácter de gratuitidade, desresponsabilizar o Estado das suas obrigações em matéria de política social, transferir para os utentes os custos dessa mesma política e a transformação do direito à saúde dos portugueses num campo de chorudos negócios ao serviço das seguradoras, multinacionais e outros interesses privados. Estas são as consequências do que oportunamente consideramos como verdadeiro «golpe de Estado» contra o SNS e a sua gratuitidade, consubstanciada na alteração do artº 64 da Constituição, aprovada com os votos do PSD e do PS.

O presente Decreto-Lei estabelecendo para as taxas moderadoras uma **«revisão e actualização anual em função do índice de inflação»** confirma a justeza das afirmações do PCP de que o **«tendencialmente gratuito» rapidamente passaria na prática a «tendencialmente mais caro».**

5. Importa desmistificar duas mentiras fundamentais com que o Governo tem procurado justificar a imposição e agravamento das «taxas moderadoras».

A **primeira** consiste em invocar critérios e objectivos de maior justiça social para justificar as gravosas medidas tomadas, quer em relação às taxas moderadoras, quer em relação aos medicamentos.

A verdade porém é que aumentos decididos não visam quaisquer critérios de maior justiça social, mas sim aprofundar as gritantes desigualdades já existentes.

A verdade é que antes da recente imposição das taxas os Serviços de Saúde eram gratuitos, tanto para quem ganhava 45 como para quem ganhava 500 contos/mês e que agora, depois de estabelecida a «justiça social» à moda do PSD e de Cavaco Silva, quem ganha 45 contos passou a pagar o mesmo que aqueles que ganham 500 contos/mês, ou mais!

Se a preocupação do Governo fosse realmente a de estabelecer justiça social, não necessitava de agravar a já pesada burocracia dos serviços (só novos impressos são mais de 12) na medida em que o faria com mais eficácia e facilidade através da revisão do sistema fiscal.

A **segunda** grande mentira consiste em justificar a necessidade das taxas moderadoras e do aumento dos encargos dos cidadãos com os medicamentos a pretexto de que existem abusos na utilização dos serviços e consumo exagerado e injustificado de medicamentos.

A verdade porém é que os agravamentos dos custos não vão moderar coisa nenhuma nem contribuir para qualquer melhoria dos serviços, mas tão-só elevar o número daqueles que, necessitados de cuidados de saúde, deixarão de recorrer aos mesmos para evitar despesas incomportáveis para os seus magros rendimentos.

A verdade é que o Governo não pode ignorar que a pressão exercida, por exemplo, sobre as urgências hospitalares resulta sim fundamentalmente do deficiente funcionamento dos Cuidados de Saúde Primários, onde como se sabe são gritantes as carências de pessoal e de meios, sendo a este

A Páscoa dos que tiveram o infortúnio de frequentar as urgências hospitalares foi, de repente, mais amarga: a juntar ao desconforto da doença, o Governo passou a exigir a partir desta quadra o que, especiosamente, chama de «taxas moderadoras» e que, no frio dos balcões de recepção, significa o esportulamento de centenas e até milhares de escudos para se ter acesso e direito aos serviços de assistência. Quando na França, na Inglaterra ou na Alemanha os governos

são empurrados para um reforço da qualidade e gratuitidade da assistência médico-hospitalar e nos próprios EUA - como se sabe, o império do negócio selvagem da medicina - ganham terreno as exigências de um Serviço Nacional de Saúde digno desse nome, o Executivo de Cavaco Silva decide, inconstitucionalmente, agravar ainda mais o acesso aos cuidados de Saúde. Como denunciou o PCP em nota apresentada à Imprensa e que aqui transcrevemos

respeito oportuno recordar que mais de 1 500 000 portugueses não têm médico de família.

Afinal que abusos pretende o Governo combater, ou que excessos pretende «moderar» ao agravar consideravelmente as taxas por serviços como, por exemplo, os tratamentos de radioterapia, as endoscopias, as cintigrafias, o tratamento dos cálculos renais, enfim uma série de exames que qualquer doente até pagaria para não ter que os fazer?

E que responsabilidade têm os doentes no consumo dos medicamentos que são receitados pelos médicos ou os exames complementares de diagnóstico solicitados também pelos médicos, em ambos os casos com base em razões de ordem clínica?

6. A má consciência do Governo Cavaco Silva/PSD em relação à imposição das taxas moderadoras e ao agravamento brutal dos custos dos medicamentos, para a generalidade dos portugueses, fica bem expressa na quase absoluta discrição e segredo que tem envolvido estas medidas, e que só pode significar um deliberado esforço do Governo para impedir que na consciência da opinião pública, às já vastas razões de descontentamento, se juntem mais estas.

É sabido que sempre que o Conselho de Ministros toma qualquer decisão positiva, mesmo que com carácter meramente demagógico, é quase tradicional o Primeiro-Ministro, ou pelo menos o ministro da tutela respectiva, ou um seu secretário de Estado, entrar-nos casa dentro via TV, rádio, jornal ou conveniente folheto oficial a transmitir-nos a boa-nova.

Desta vez nem Primeiro-Ministro, nem ministro da Saúde ou sequer secretário de Estado. Nada. Apesar de a Portaria fixando os valores das taxas moderadoras estar assinada desde 30 de Janeiro, nem conferência de imprensa, nem pomposa iniciativa com declaração ao País, nem folheto a comunicar da excelência das medidas tomadas. Apenas o lacónico, genérico e mistificador comunicado de 30 de Janeiro do Conselho de Ministros.

7. O PCP, que desde sempre tem pugnado pela instituição de um verdadeiro SNS, universal, geral e gratuito; regionalizado; integrado e participado; com recurso financeiros, quadros de pessoal, instalações e equipamentos suficientes e adequados à garantia de cuidados de saúde de qualidade a todos os portugueses, condena energeticamente a política cavaquista em curso e chama a atenção de todos os portugueses para a necessidade de unirem esforços e vontades e sobretudo de agirem para contrariar esta política.

Fiel à razão de ser da sua existência, o PCP, que na área da saúde, como noutras, tem sido a real oposição e verdadeira alternativa à política de direita do PSD, informa que o seu Grupo Parlamentar tomou hoje mesmo na Assembleia da República a iniciativa de chamar à ratificação e propor a revogação do Decreto-Lei 54/92, agora publicado, que estabelece, a nosso ver ao arripio da Constituição, as taxas **ditas moderadoras**, consciente de que é essa a medida que melhor corresponde à defesa do direito à saúde que se impõe garantir com equidade a todos os portugueses.

Lisboa, 16/4/92

A Comissão Política do CC do PCP

PCP

doente

na íntegra, a imposição de taxas moderadoras, o recente e brutal aumento do preço dos medicamentos, a baixa na sua comparticipação e a entrega de serviços públicos a entidades privadas, constituem peças de uma estratégia que visa a liquidação do SNS e do seu carácter de gratuitidade e desresponsabilizar o Estado nesta matéria. Para transformar o direito à Saúde num obscuro negócio de alguns. Mas o Governo ataca em várias frentes. Na

Cultura prossegue "o plano meticulosamente concebido de desmantelamento das instituições culturais e científicas pelas quais o Estado é constitucionalmente responsável", como acusa o Sector de Artes e Letras do PCP, em nota que igualmente transcrevemos. Aqui a acção objectivos claros: ser efectuada por tecnocratas e pseudogestores e não pelos agentes culturais; conseguir, através da fusão de organismos e instituições (mesmo de

natureza diferente), a redução de pessoal e de verbas; garantir o controlo partidário do PSD onde ainda não existia, tanto a nível de presidências como de direcções gerais; continuar a desresponsabilização do Estado nesta matéria. A Saúde e a Cultura são expoentes civilizacionais; tratá-las hoje assim, só de um Governo colossalmente inculto e em doença terminal. Por muito estranho que isto pareça face a duas consecutivas e esmagadoras maiorias.



TAXAS MODERADORAS ABRIL/92

	ANTES	AGORA	%
Consultas nos Centros de Saúde	grátis	300.00	
Consultas nos serviços de urgência dos Centros de Saúde	grátis	400.00	
Consultas externas hospitalares			
hospitais distritais	grátis	400.00	
hospitais centrais e especializados	grátis	600.00	
Consultas nos serviços de urgência hospitalar	grátis	1000.00	
Consultas domiciliárias	grátis	600.00	
Exames laboratoriais	90.00	150.00	67%
Exames de anatomia patológica	460.00	750.00	63%
Exames radiológicos	220.00	350.00	59%
Electrocardiograma simples	220.00	200.00	-9%
Electrocardiograma c/esforço	220.00	900.00	309%
Electroencefalograma	550.00	900.00	63,6%
Ecografias	400.00	650.00	62,5%
Tomografias axiais computadorizadas	3000.00	3500.00	16,6%
Ressonância magnética	3000.00	10 000.00	233%

Nota: Passam a ser pagos os serviços de saúde pública, com as consultas de planeamento familiar, atestados, etc.

MEDICAMENTOS

Medicamento anteriormente comparticipados a 80%

Medicamento	Antes do aumento		Depois do aumento		Diferença	
	PVP	Importância paga pelo utente (20%)	PVP Estimado	Importância paga pelo utente (30%)	Agravamento dos enc. do utente Esc.	%
Nimed (20c)	2135.00	427.00	2306.00	692.00	265.00	62%
Voltaren (20c)	939.00	188.00	1014.00	304.00	116.00	62%
Zantec (60c)	10 341.00	2068.00	11 168\$00	3350.00	1282.00	62%
Moduretic	610.00	122.00	659.00	198.00	76.00	62%
Adalat (50c)	1194.00	238.00	1290.00	387.00	149.00	63%
Inderal	806.00	161.00	871.00	261.00	100.00	62%
Clamoxyl	1157.00	231.00	1250.00	375.00	144.00	62%

Medicamentos anteriormente comparticipados a 50%

Medicamento	Antes do aumento		Depois do aumento		Diferença	
	PVP	Importância paga pelo utente (50%)	PVP Estimado	Importância paga pelo utente (60%)	Agravamento dos enc. do utente Esc.	%
Meticorten	149.00	75.00	161.00	97.00	22.00	30%
Aspegic	386.00	193.00	417.00	250.00	57.00	30%
Tiabene	210.00	105.00	227\$00	136.00	31.00	30%

O desmantelar da Cultura

«O Governo pretende liquidar importantes estruturas culturais e despedir trabalhadores da SEC», acusou o Sector de Artes e Letras da ORL do PCP. Eis a denúncia, na íntegra:

Prosseguindo o plano (meticulosamente concebido) de desmantelamento das instituições culturais e científicas, pelas quais o Estado é constitucionalmente responsável, o Conselho de Ministros aprovou os chamados «diplomas de reestruturação da SEC», um mês depois de anunciados por Santana Lopes.

Algumas ideias presidiram a esta reestruturação:

1. Ser efectuada por tecnocratas e pseudogestores e não pelos agentes culturais
2. Conseguir através da fusão de organismos e instituições (mesmo de natureza diferente) a redução de pessoal e de verbas
3. Garantir o controlo partidário do PSD onde ainda não existia, tanto a nível de presidências como de direcções gerais
4. Continuar a desresponsabilização do Estado, restringindo funções dos Institutos Nacionais e empurrando para as autarquias compromissos que competem ao Poder Central.

Em resumo, liquidam-se estruturas culturais e prossegue-se o objectivo de entregar a cultura ao mecenato e a grandes negócios particulares.

Se houvesse verdadeira preocupação do governo com uma política de fruição e criação cultural, uma autêntica democratização da cultura, tinha, entre outras medidas, sido criado o Ministério da Cultura.

Reestruturação dos serviços impunha-se há muito e há muito que os trabalhadores da SEC a vinham propondo bem como a novos serviços que deviam ser prestados pela SEC, ao mesmo tempo que denunciavam esvaziamentos e sobreposições de funções. Mas nas medidas anunciadas se se procurar uma concepção de desenvolvimento cultural subjacente a esta reestruturação, e seja qual for o ângulo de análise, o resultado é sempre negativo.

Não se trata de uma reestruturação visando acentuar o papel formativo ou de animação cultural; não tem como objectivo promover a criação e fruição culturais; tão-pouco procura dar atenção às novas áreas culturais (as chamadas artes «menores») cada vez mais importantes; não pretende dar resposta à necessidade de preparar os funcionários da SEC para elevarem o seu carácter de agentes culturais; nem sequer visa adequar as estruturas aos problemas de integração no espaço europeu.

A alteração de 23 organismos da SEC, com a extinção de vários e o aparecimento de novos serviços, resulta um todo incoerente, inadequada às necessidades culturais do país e onde, ao invés de uma efectiva descentralização se acaba por verificar uma concentração de poderes no inexcusable secretário de Estado Santana Lopes.

Os argumentos de «desajustamento dos tempos modernos», «descentralização», diminuição de direcções-gerais que permite «poupar um milhão de contos do orçamento da SEC», «adequação dos quadros às necessidades excedentes», são, tendo em conta a reestruturação que foi feita, pura demagogia



O desmantelar da Cultura

para sanear entenas de profissionais e mais tarde preencher «novas necessidades» com pessoal do PSD. Demagogia que não pode fazer esquecer que:

- O PSD é há anos responsável pelo SEC e todas as «razões» que hoje são invocadas para esta reestruturação poderiam ser resolvidos no âmbito do normal funcionamento das instituições e do assumir de responsabilidades por parte de quem dirige;

- Aí, tem, especialmente com Santana Lopes, provocando crescentes perturbações, e dificultado a capacidade de resposta dos organismos;

- Não tomou medidas para
 - reforçar as dotações orçamentais no sentido de aumentar a capacidade de resposta
 - aumentar o equipamento e pessoal técnico para permitir trabalhar em diferentes áreas e regiões.

Diminuir o peso do Estado na Cultura é um sofisma. Que esconde a **desresponsabilização do Estado** associada, porém, a um crescente **dirigismo cultural** que resulta da deslocação dos centros de decisão de organismos e profissionais tecnicamente competentes para pessoas de confiança do PSD e à «exemplaridade» de certas demonstrações culturais em que o cavaquismo joga a sua imagem através da **política espectáculo, de orçamentos de luxo** e de **obras de fachada**. Que «economiza» para poder alargar a política de **clientelismo** discrecional. E que contempla também, em contradição com a necessária democratização, a tendência também verificada na Educação e Ensino para a **elitização da cultura**, comprometendo os processos de formação integral através dos quais se poderão elevar os níveis de produção e de apetência e fruição culturais.

A falta de diálogo e arrogância do secretário de Estado e dos dois subsecretários, o desrespeito pelas opiniões de especialistas, o carácter provocatório das suas insinuações, o ambiente de intimação criado nos serviços, as decisões concretas que têm vindo a anunciar, deram origem, naturalmente, à reacção de organismos e agentes culturais.

Com a arrogância e a desfaçatez que o caracterizam, Santana Lopes acaba de proclamar, porém, que a reestruturação da SEC obteve 90% de consensualidades!

Só faltou explicar como obteve essa percentagem...

Os agentes culturais não foram ouvidos, as instituições não foram consultadas, os funcionários da SEC foram proibidos de manifestar a sua opinião e se houve algum debate público foi para ser expressa uma total discordância.

Os 90% só podem ter sido obtidos entre os colaboradores mais próximos de Santana Lopes, possivelmente entre as suas numerosas assessoras e secretárias, as já célebres «Barbies», com «formação específica» para a «Cultura».

Se o governo já recuou em alguns aspectos da reestruturação que projectava isso fica sem dúvida a dever-se, a essa reacção, à imposição de recuos e não tanto ao espírito de diálogo e capacidade autocrítica que não tem revelado.

O Sector de Artes e Letras do PCP mantém a sua oposição a esta reestruturação.

1. Extinção da Biblioteca Nacional e do Instituto Português do Livro e da Leitura e sua fusão na BN/IL

Depois de o secretário de Estado ter «mudado de opinião» (o que mostra a seriedade do projecto) verificou-se, de facto, um recuo pois o IPLL não desaparece completamente.

No entanto, e depois de haver discordância quanto à fusão tanto da parte da Biblioteca Nacional como do IPLL, como se justifica essa opção a não ser por critérios economicistas e de controlo partidário?

A descaracterização da BN neste processo mereceu já o desacordo da Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas (BAD) bem como de personalidades de vários quadrantes políticos que receiam sobre o futuro da bicentenária Biblioteca Nacional enquanto instituição fundamental para a salvaguarda e divulgação do património cultural português, enquanto agência bibliográfica nacional, receando ainda sobre a capacidade de manter no futuro a anterior diversificação de funções e ainda sobre a continuação do POR-BASE.

Como poderá a BN/IL prosseguir as tarefas das instituições extintas com menos pessoal?

E a Rede de Leitura Pública não estará verdadeiramente ameaçada se forem transferidos para as autarquias encargos insuportáveis?

Se a criação do IPM pode ser entendida como uma autonomia que se justificava, é inadmissível que se continue a desprezar completamente o Património Musical e Etnológico, as Artes e Tradições Populares e de modo geral os valores culturais que a Lei-Quadro 13/85 agrupou sob o título de «bens

imateriais». Veja-se o caso da colecção única de instrumentos musicais, encaixotada e a apodrecer no Convento de Mafrá...

Por outro lado, como poderá o IPPAR assegurar a conservação e restauro quando esses serviços transitaram para o IPM e o Instituto José de Figueiredo está numa lastimosa situação de falta de meios, depois de há uma dezena de anos ser considerado um dos melhores centros de restauro do mundo? Será que o IPPAR vai celebrar contratos com entidades privadas de restauro que entretanto se têm constituído com técnicos oriundos do Instituto José Figueiredo ou com outros que oportunisticamente proliferam a aproveitar o filão do património?

Neste caso não chega a ser caricato falar de «centros locais e regionais de restauro» como anuncia Santana Lopes. Sem técnicos, sem meios, sem equipamentos, vão conservar e restaurar o quê?

Quanto à descentralização de competências para licenciamento de obras e aprovação de projectos, antes sujeitos ao IPPC, esta medida em vez da rapidez e eficácia anunciadas, vai trazer disparidades de critérios consoante as «influências» locais e não é difícil de prever mais e mais corrupção.

Se actualmente a cidade romana de Bracara Augusta está a ser destruída com construções por cima, com a complacência do IPPC e da Câmara Municipal, facilmente se adivinha a catástrofe que advirá desta fragmentação de serviços e desresponsabilização do poder central.

2. Sobre a transformação da Cinemateca Portuguesa em CP-MC/ANIM

Sobre a filosofia do projecto não é difícil haver acordo.

Porém há observações fundamentais sobre a sua exequibilidade.

Não estão assegurados os centros de conservação e restauro especializados e dotados de meios financeiros avultados e pessoal técnico necessário, podendo a operação limitar-se a retoque de fachada mesmo com a «poupança» resultante de excedentes que se encontrem.

Não estão asseguradas condições para as previstas tarefas de investigação técnica e científica na área da preservação audiovisual e desconhece-se quem pagará as «cópias de visionamento».

Duvida-se do interesse em instalar um laboratório para a produção de internegativos e cópias no previsto Arquivo Fotográfico.

Em matéria de financiamento, quanto a médio e longo prazo, ele poder não ser exclusivamente público, têm-se sérias dúvidas sobre a possibilidade de dotações de origem privada ou provenientes de fundações de direito privado. O ANIM parece não ter contemplado a facultade legal de depósito de todas as obras já produzidas e a produzir pela RTP, televisões privadas, produtoras independentes e cinema amador concorrente a festivais.

3. Sobre a extinção da Direcção Geral da Acção Cultural e da DGEDA

De facto, com ela põem-se em causa as respostas positivas (mas insuficientes) dadas a centenas de instituições culturais através de apoios técnicos e financeiros, que ao longo dos anos se traduziram na DGAC no acumular de uma experiência e de técnicos competentes e no país no apoio à descentralização e democratização culturais.

No diploma agora aprovado a futura «acção cultural» da SEC é remetida para uma postura subsidiária em relação às realidades do País, assente em três ou quatro áreas de «estudo e complementaridade, sendo de prever que futuros apoios estejam mais condicionados pelo clientelismo político.

Por tudo o que se disse parece-nos **inteiramente pertinente:**

- O prosseguimento de um **movimento de opinião e acção** da larga frente de defesa da cultura, que, face à indisponibilidade de diálogo do poder, se assuma como porta-voz dos interesses da cultura;

- A realização do **inquérito parlamentar** proposto pelo PCP aos actos de política cultural da SEC;

- A defesa do direito ao trabalho com a reconsideração do melhor aproveitamento dos meios humanos existentes e a recrutar e o combate à praga dos «gestores» que querem substituir-se às instituições científicas.

O Sector de Artes e Letras de Lisboa do PCP apela à continuação da luta para deter o processo de destruição cultural que o governo do PSD procura conduzir.

ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, Helder Madeira, é o candidato da CDU à presidência da Assembleia Metropolitana de Lisboa nas eleições marcadas para o dia 23.

Helder Madeira, que é também presidente da Assembleia Distrital de Setúbal, encabeça uma lista de 50 nomes — 38 membros do PCP, três do PRD, dois do PEV, dois da Intervenção Democrática (ID) e sete independentes — apresentada publicamente quarta-feira em Lisboa. Na apresentação da lista, o membro da Comissão Política do PCP, Luís Sá, referiu-se à criação das Áreas Metropolitanas, que considerou tardia.

Segundo o membro do PCP, a Área Metropolitana de Lisboa (AML) não é o tipo de instituição que a CDU preconiza, mas abre algumas perspectivas de trabalho que a coligação pretende explorar plenamente.

Luís Sá advertiu que a AML «não pode ser um pretexto para o Governo alijar responsabilidades, tentando imputar a outros o que ficou por fazer e só a ele cabe».

Não pode também ser «um depósito de atribuições e competências que o Governo não quer exercer, sem que a transferência seja antecedida das necessárias negociações e de integral contrapartida financeira».

«O risco real face às novas instituições é que o Governo as utilizar como um centro de 'passa-culpas', atribuindo-lhes responsabilidades que não tem, depois de ter inscrito no Orçamento de Estado apenas 30 mil contos para a Área Metropolitana de Lisboa e 20 mil para a Área Metropolitana do Porto», sublinhou.

Também Daniel Branco, presidente da Câmara de Vila Franca de Xira e candidato à presidência da Junta Metropolitana de Lisboa, teceu críticas à Lei, nomeadamente ao facto de os membros dos órgãos metropolitanos terem de ser pessoas que ocupam cargos nos órgãos municipais.

DESPORTO NO MONTIJO

Com organização da Câmara Municipal do Montijo, realizam-se de 12 de Abril a 17 de Maio os 2^{os} Jogos Desportivos do Concelho de Montijo/92.

Contando com o apoio das Juntas de freguesia e Clubes Desportivos do Concelho, a iniciativa reúne diversas modalidades desportivas, nomeadamente atletismo, andebol, futebol, basquetebol, ténis de campo, xadrez, entre outras.

AS CRIANÇAS DE NISA

A Câmara Municipal de Nisa promoveu no passado dia 15 de Abril, na Casa do Alentejo, em Lisboa, o lançamento do livro **COLECTÂNEA DE O JORNALINHO**, que reúne o conjunto de jornais elaborados pelos alunos de uma turma da escola Primária de Nisa, que nos últimos três anos estiveram envolvidos no projecto Pedagógico **ENSINAR É INVESTIGAR**.

A ideia de reunir em livro os 14 números já publicados de **O JORNALINHO** surgiu na Comissão Municipal de Educação e obteve a aceitação da Câmara, que promoveu a sua edição.

Na turma a que as crianças pertencem foi desenvolvido o projecto **Ensinar é Investigar**, em que a maior «inovação» consistiu na ausência de livros. Foram os alunos e a professora que superaram essa falta criando os textos, que posteriormente seria material de leitura para outras áreas da aprendizagem. A feitura do jornal da turma contribuiu para o aparecimento de textos com maior riqueza de vocabulário e de ideias, contribuiu para a perda de inibições e para o desabrochar do espírito criativo, espontâneo e autêntico das crianças.

A publicação da **Colectânea de O Jornalinho** constitui a possibilidade de dar a conhecer as actividades desenvolvidas ao longo do projecto e síntese da actividade desenvolvida pelos alunos, e mostra o modo como ao longo da sua evolução as crianças sentiram a Escola e o meio em que se inseriam.

VEM AÍ GÁS

A Comissão Europeia aprovou uma comparticipação comunitária para o financiamento da rede de gás natural portuguesa, no valor de 105 milhões de Ecus (cerca de 18,7 milhões de contos), foi anunciado em Bruxelas. O montante libertado pela Comissão Europeia destina-se a cobrir cerca de 35 por cento do custo previsto até 1993 do projecto de instalação da rede de alta pressão de gás natural em Portugal.

O custo global da instalação da rede foi calculado em cerca de 53 milhões de contos, sendo os restantes 34,8 milhões de contos da responsabilidade do Orçamento do Estado português. De acordo com a proposta do comissário Bruce Millan, responsável no executivo comunitário pelas políticas regionais, o financiamento tem como objectivo diminuir a «alta dependência de Portugal em relação à energia petrolífera».

Vejamos como o Governo trata esta questão no seu «quadro mental» de «alta dependência das autarquias em relação ao Poder Central»...

TRABALHADORES

Direitos sociais e laborais gravemente atingidos motivam carta do coordenador da CGTP ao Primeiro-Ministro

A posição do Governo deve ser clarificada

A CGTP-IN acaba de divulgar o texto integral de uma carta enviada pelo seu coordenador, Manuel Carvalho da Silva, ao chefe do Governo. Datado de 14 do corrente, o texto, de que foi dado conhecimento «a outros órgãos de soberania e a diversas forças sociais e políticas», descreve um quadro socio-laboral «sombrio», pelo que Carvalho da Silva afirma que a gravidade da situação le-

vanta «profundas preocupações» e «legítima exigência» de clarificar a «posição do Governo».

Depois de referir alguns factos conhecidos ultimamente, como seja o projecto legislativo quanto aos feriados (em particular, o 5 de Outubro, o 1º de Maio e o 25 de Abril seriam transferidos para datas móveis), as «operações de vigilância sobre sindicatos e acções colecti-

vas» por parte do SIS (Serviços de Informação de Segurança), bem como restrição e mesmo «sistemática violação dos direitos dos trabalhadores» em empresas no que respeita à «livre negociação e mesmo «sistemática violação dos direitos dos trabalhadores» em empresas no que respeita à «livre negociação colectiva», por exemplo, e também «a aberrante exigência formulada pelo patrona-

to» (CIP) no sentido de uma «requisição civil» dos trabalhadores do Metro e da Carris em greve, a carta do coordenador da CGTP para Cavaco Silva reclama o Governo «a adopção de medidas tendentes a eliminar os entraves que se manifestam ao livre exercício da actividade sindical no nosso país, com o rigoroso respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores».

Funcionários públicos

A média mais baixa em Portugal

Na Europa Comunitária há hoje um total de 23,35 milhões de funcionários públicos. Portugal, com cinco trabalhadores da Administração Pública por cada cem habitantes, é entre os doze Estados membros da CE o que menos gasta no sector que recentemente foi motivo de uma conferência mundial. Efectuada em Lisboa, nela foi divulgado um estudo onde se conclui que, contrariamente ao que pensa o Governo, «não existem funcionários públicos a mais em Portugal». Foi isso mesmo que 60 peritos internacionais vieram confirmar a Lisboa, quando se referiram à «máquina administrativa» nos vários países da CE, na América, na Ásia e na África.

A conferência, que decorreu entre 9 e 11 do corrente, proporcionou a vinda a Portugal de uma especialista da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Anke Freibert, que interveio na primeira sessão de trabalhos, perante os 60 peritos internacionais e 500 quadros portugueses, falou sobre «A Administração Pública no Mundo». Foi muito clara quanto aos riscos da privatização apressada de sectores da AP. Em muitos países, sublinhou, os processos de privatização têm conduzido ao desemprego e à falta de qualidade dos serviços.

«Se não houver formação profissional ou não se melhoraram as condições de trabalho, a modernização continua por fazer, a redução do pessoal não resolve nada e os problemas mantêm-se», afirmou Anke Freibert. «Em alguns países, são necessários 30 autorizações para obter um documento, e a culpa não é do trabalhador», ironizou a especialista da OIT.



O Governo não soluciona os conflitos na Administração

Segundo a conferência e o estudo que divulgou, Portugal tem hoje 570 mil funcionários públicos; o Reino Unido 5 milhões 446 mil; a França 4 milhões 981 mil; a Alemanha 4 milhões 174 mil; a Itália 3 milhões 593 mil; e a Espanha 2 milhões 150 mil.

A conferência foi organizada pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado.

Como acontece com a generalidade das organizações sindicais do sector, o STE advoga uma maior participação dos sindicatos em eventuais

processos de privatização.

Recorde-se que, segundo a Lusa, o Governo está a preparar uma reforma da Administração Pública em Portugal, que poderá passar pela redução do número de trabalhadores.

Professores de Português no estrangeiro

A anunciada criação do Instituto Camões, a revisão do estatuto dos docentes e questões salariais estiveram em debate numa reunião de professores de Português no estrangeiro que teve lugar em Paris, no dia 25 de Março.

Promovida pelo Sindicato dos Professores na Europa, a reunião contou com a participação de docentes em exercício na França e na Suíça. Numa das duas moções aprovadas por unanimidade, exprimem o seu apoio à greve nacional e à manifestação convocadas pela Fenprof para 27 de Março, e manifestam «total concordância» com as reivindicações apresentadas pela federação ao Ministério.

Na outra moção, os professores de Português no estrangeiro alertam a comunidade portuguesa para o «estado de apatia do Governo» no que toca à defesa e promoção da língua e cultura portuguesas, o que põe em perigo «a própria continuação do seu ensino aos luso-descendentes», e exigem do executivo de Cavaco Silva «a nova equipa do Ministério da Educação» a rápida resolução dos problemas com que se defrontam no seu dia-a-dia (e que recordam numa lista de oito pontos).

«Não chega mudar de ministro, é preciso resolver os problemas em tempo útil» - conclui a moção.

Nota do Gabinete de Imprensa

PCP comenta declarações de Champalimaud

Numa nota do Gabinete de Imprensa divulgada no passado dia 15, o PCP comentou as afirmações de António Champalimaud, na véspera, depois de concretizada a aquisição da maioria das acções da companhia de seguros Mundial Confiança.

1

A desmedida arrogância, o visceral reaccionismo e o insolente revanchismo descaradamente patentes nas declarações ontem proferidas por António Champalimaud, no momento em que, pela mão amiga do Governo de Cavaco Silva, recuperava o controlo da Mundial Confiança, não podem deixar de causar inquietação e de suscitar uma firme indignação.

2

Sendo necessário condenar vigorosamente a mentalidade, as afirmações e os projectos restauracionistas de António Champalimaud, importa sobretudo condenar a política que, ao longo dos anos, sucessivos governos - com a participação do PSD, do CDS e do PS - e, com especial fúria, os últimos governos do PSD - têm impulsionado no sentido da reconstituição dos grupos monopolistas que sustentaram a ditadura fascista, com o objectivo de restabelecer o seu domínio absoluto sobre a economia nacional.

Sem essa política de criminoso entrega e saque das empresas do Estado e do património público, António Champalimaud poderia, é certo, continuar a ser o que sempre foi, mas não teria ocasião, nem para se apresentar como o monopolista que regressa vitorioso e a falar grosso, nem de enunciar planos de vingança e desforra, traduzidos designadamente no seu anunciado propósito de proceder a numerosos despedimentos na Mundial Confiança.

3

Compreende-se bem que António Champalimaud se sinta estimulado pelas gravosas alterações à legislação laboral impostas pelo Governo do PSD e se sinta protegido e animado pelas deferências governamentais com a sua pessoa, que o levam ao ponto de se vangloriar perante as câmaras de televisão dos convites para almoços que recebe de ministros.

Mas António Champalimaud está muito enganado se julga que, com o regime democrático que continua a existir e com os direitos dos trabalhadores que permanecem, está ao seu alcance proceder e agir exactamente como no tempo da ditadura fascista.

4

No momento que, por um lado, os grandes capitalistas do 24 de Abril reconquistam posições e redobram de arrogância e despudor e, por outro lado, estão em curso miseráveis operações para enxovalhar destacadas figuras do 25 de Abril, o PCP entende oportuno reafirmar que Portugal democrático nada deve aos que foram destacados apoiantes e beneficiários da ditadura de Salazar e Caetano, e que são estes que pagaram muito pouco do muito que deviam ao povo português.

O PCP entende também necessário reafirmar nesta oportunidade que a reconstituição do poder e dos privilégios do grande capital, que o mafioso processo de privatizações em curso visa acelerar, é frontalmente contrária aos interesses do desenvolvimento e progresso do País ao serviço da população e às profundas aspirações de democracia e justiça social que impulsionaram a revolução do 25 de Abril.

Mau acordo não melhora por decreto

Por contrariar «formalmente as promessas e compromissos assumidos pelo Governo», o Decreto-Lei que fixa um «adicional à remuneração» dos funcionários públicos é rejeitado pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública. A direcção da FNSFP declarou a semana passada que vai solicitar a declaração de inconstitucionalidade e a submissão à Assembleia da República daquele diploma resultante do «péssimo acordo» assinado pela UGT no âmbito do Conselho Permanente da Concertação Social. Outros conflitos mais localizados decorriam entretanto na área da Administração, designadamente nos sectores da Educação, Saúde e Defesa Nacional.

Quando a este último Ministério, o Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (STEFFAS) reafirmava em 14 do corrente, depois de duas reuniões de negociação com representantes do Governo, que este «continua a utilizar como contraproposta a chantagem» na questão dos aumentos salariais para este ano. O STEFFAS pretende salários aumentados em 13 por cento. O Ministério não garante nada além dos nove. O Sindicato não pode «dar cobertura à política de contenção salarial», pelo que decidiu a semana passada avançar com plenários e outras iniciativas para responder adequadamente à «intransigência do Governo».

Acusações à UGT

A FNSFP, organização intermédia da CGTP-IN, atribui à UGT «graves responsabilidades no processo que conduziu à discriminação salarial da Função Pública pelo Governo». Além da

assinatura do «péssimo acordo» do CPCS, os «sindicatos da UGT» — sublinha a Federação — remeteram-se a um silêncio «embaraçoso e cúmplice» no sector, depois da reunião com o ministro das Finanças. A Comissão Executiva da FNSFP realça, por outro lado, que a justificação «repetidamente invocada» pela UGT foi o aumento dos 10 por cento, pelo menos, o que é agora desmentido pela publicação oficial do Decreto-Lei.

A Federação vai levar o caso à Assembleia da República e ao Provedor de Justiça. À primeira destas instâncias, porque o Decreto-Lei deve ser «alterado»; à segunda, porque fixa «um salário mínimo inferior ao salário mínimo nacional». Daí a solicitação ao Provedor para que «suscite a declaração de inconstitucionalidade». As normas do diploma do Governo que fixam o «adicional» de 2 por cento violam, para a FNSFP, o «direito fundamental à negociação colectiva». Ao criar «adicionais» alheios ao «sistema remuneratório, o Governo continua a subverter e a des-

caracterizar o NSR (novo sistema retributivo) fazendo dele uma autêntica manta de rétalhos».

A FNSFP e os sindicatos prometem, nomeadamente, continuar a bater-se pela «negociação das várias propostas constantes do caderno reivindicativo para 1992».

Audiência na Saúde

A CGTP-IN solicitou, segunda-feira, uma audiência ao ministro da Saúde. «Com vista à revisão urgente das taxas moderadoras», a iniciativa foi tomada em conjunto «com todos os sindicatos do sector». Uma nota da Central recordava em 20 do corrente que, segundo essas taxas, «a população portuguesa terá de pagar quantias que vão de 300 escudos para uma consulta vulgar até 1000 escudos para uma consulta urgente num centro de saúde». Os meios complementares de diagnóstico e terapêutica oscilam entre 100 e 30 mil escudos. Para a CGTP, taxas dessa ordem «traduzem-se na impossibilidade, ou numa extrema dificuldade, de acesso aos cuidados de saúde para a esmagadora maioria da população trabalhadora portuguesa, cujo salário médio se situa nos 73 mil escudos».

Ainda na mesma área, é de salientar a iniciativa dos trabalhadores do Centro de Saúde Mental de Bragança, que em 1 do corrente dirigiram uma carta ao ministro, pedindo que não seja extinto aquele Centro, medida que «será acompanhada — diz a carta — do despedimento imediato de todos os traba-



Várias federações sindicais, com dezenas de milhar de filiados, continuam a conduzir greves em empresas como a Quimilécnica, desmembrada da Quimigal, e no sector do material eléctrico e electrónico. O desmembramento e a privatização têm tido custos muito elevados, que trabalhadores e sindicatos não suportam. Baixos salários, dificuldades acrescidas na negociação colectiva, falta de viabilização — os fundos do Retex, para o têxtil, por exemplo, são postos em causa pela Fesete, por se ver marginalizada no processo da sua aplicação. Enquanto que na metalurgia e metalomecânica, a FSMMP dava por concluído o CCTV (revisão), «na sequência da luta desenvolvida», os trabalhadores e os sindicatos do FMEE marcavam para amanhã nova greve e uma concentração nacional. Na foto: A Cimpor, ameaçada de desmembramento, manifesta-se na rua (4.4) em defesa do SEE

lhadores contratados». A integração ou substituição do Centro por «departamentos de psiquiatria e saúde mental, afectos aos hospitais gerais e distritais», lê-se ainda na carta, provocaria «a passagem ao quadro de excedentes da maioria, ou mesmo da totalidade, dos funcionários administrativos e de serviço geral, e uma integração (para já pouco clara) dos técnicos nos departamentos a criar». Apoiando as posições defen-

das pelos trabalhadores do Centro, o secretariado da direcção da Organização Regional de Bragança do PCP entende que «o financiamento à Saúde Mental não deve ser traído, antes deverá ser aumentado»; que «as medidas a tomar no futuro o sejam de uma forma progressiva, sem precipitação», de modo a não pôr em causa os interesses dos utentes e dos trabalhadores.

Também no sector da

Saúde continua a manifestar-se, designadamente através da greve, o forte descontentamento dos enfermeiros. O Sindicato (SEP) anunciava em 15 do corrente que a paralisação do pessoal de enfermagem do Hospital da Cuf e da Clínica de S. Bento tinha atingido os 100 por cento da adesão. Num plenário no mesmo dia, foi decidido continuar a greve «por tempo indeterminado», acrescentou a mesma fonte.

Protestos nos transportes

Carris e CP pronunciam-se contra a política governamental no sector

Em documentação recente (2.4 e 7.4) as Comissões de Trabalhadores (CTs) da CP e da Carris pronun-

ciam-se separadamente contra a política do Governo para estas empresas de serviço público. Numa concentra-

ção em Lisboa os ferroviários aprovaram um documento de protesto contra «a política de desmantelamen-

to» da CP, contra os «quadros excedentários» que consideram ilegais, e sobretudo contra «a aplicação do Plano de Modernização e Reconversão dos Caminhos de Ferro Portugueses». Segundo a CT da CP, essa aplicação só o foi nos «seus aspectos negativos», isto é, «através do encerramento de horários e supressão de comboios, provocando assim o isolamento das regiões do interior do País e agravando as condições de transporte nas grandes cidades». Além de diversas reclamações de carácter laboral, a CT, recentemente eleita com 11 mandatos unitários, reivindica «do Governo e do conselho de gerência medidas urgentes e concretas que beneficiem de facto as populações». Continuando essas medidas dependentes da «responsabilidade do Estado

português», elas devem reflectir-se na quantidade, na rapidez, na comodidade e segurança dos comboios — afirma a CT.

Na Carris, a CT verifica «com grande preocupação a crescente degradação do serviço prestado pela empresa». Destaca-se a promessa de inaugurar «uma série de carreiras» no ano passado. A promessa — «o único benefício para a população», especifica o texto — foi a criação da carreira 101, que «serve um eixo de grande procura (Marquês-Odivelas)». Em contrapartida, desapareceu «a maior parte dos carros» que reforçavam a carreira 36. «Em resultado da eliminação de algumas carreiras de eléctricos, há zonas, antes servidas por quatro e cinco carreiras, que ficaram só com uma, ainda por cima reduzida a metade

do percurso». Exemplos: Lapa, que já teve 4 carreiras (25, 26, 29 e 30) e que neste momento só dispõe da 25, e ainda assim mais curta; Príncipe Real e Campo de Ourique (extinção das carreiras 29 e 30). Indemnizações por rescisão de contratos: «cerca de 175 mil contos» em 1990 e 1991, quando agora se abrem concursos para as áreas oficial e de tráfego; não houve reconversão de pessoal; baixos salários; práticas de discriminação favorável «ao mero seguidismo e subserviência política». Outros protestos e reivindicações constam ainda do documento da CT que pugna por uma Carris «forte e dinâmica», pois só uma empresa com essas características pode garantir os postos de trabalho e proporcionar o serviço desejado à população.



Baixos salários, má política de pessoal, irresponsabilidade perante os mais elementares direitos dos passageiros caracterizam a política do Governo para os transportes públicos. Na foto: trabalhadores da CP, cuja CT, bem como a da Carris se solidarizam com os utentes e reclamam melhores serviços

Indonésia só quer «bons timorenses» em conversações com Portugal

TIMOR

Parlamento Europeu Audição pública hoje em Bruxelas

A Indonésia inviabiliza a presença da resistência timorense em conversações com Portugal. A ONU demorou três meses a avançar com a ideia de negociações. Em Timor há «campos de reabilitação»

Três meses após a formulação oficial do pedido, o secretário-geral das Nações Unidas, o egípcio Butros-Ghali, comunicou a semana passada às autoridades indonésias a intenção portuguesa de realizar com a Indonésia conversações para a resolução do problema de Timor-Leste, sob mediação da ONU e com a participação de representantes da resistência timorense.

A demora de Butros-Ghali em atender ao pedido português não foi explicada nem pela ONU nem por Portugal, mas certamente revela a falta de capacidade de pressão da diplomacia chefiada por João de Deus Pinheiro na questão de Timor-Leste junto das instâncias das Nações Unidas.

A proposta do Governo português não impõe prazos para a realização destas conversações, mas acrescenta que elas se deverão iniciar o «mais rapidamente possível».

O ministro indonésio dos Estrangeiros, Ali Alatas, comentou já a proposta portuguesa dizendo que o seu país está sempre disposto a dialogar com Portugal acerca de Timor-Leste, sob a égide da ONU, desde que os timorenses emigrados não participem nas conversações, o que é uma forma de, na prática, afastar das negociações os representantes da resistência timorense, já que os que estão no interior do território dificilmente te-

riam acesso às negociações ou, por participarem na guerrilha, não veriam o estatuto de residentes em Timor reconhecido pela Indonésia.

«A Indonésia não aceitará nenhum grupúsculo de timorenses orientais a viver em Portugal ou noutro país e que proclamam ser os representantes de Timor-Leste», disse Alatas à imprensa do seu país, acrescentando um habilidoso argumento para não ser acusado de rejeitar a participação de timorenses nestas negociações: «os representantes de Timor-Leste são os que vivem hoje em Timor-Leste e são autodeterminados há 17 anos».

Assim poderíamos concluir que, para as autoridades indonésias, os representantes do povo de Timor a eventuais negociações seriam, muito provavelmente, pessoas como o actual Governador do território, Mário Carrascalão, ou o deputado no parlamento de Jacarta e conselheiro do presidente Suharto para as questões do território, Lopes da Cruz, várias vezes acusados pela resistência de terem traído os interesses do seu povo.

Alatas afirmou que a Indonésia não levantaria objecções a «um diálogo sob os auspícios da ONU, à semelhança das negociações que decorreram entre 1983 e 1991».

Estas negociações foram interrompidas depois de Lisboa ter anulado a visita

prevista duma delegação parlamentar portuguesa devido à recusa de Jacarta em autorizar uma jornalista australiana de acompanhar a delegação.

O Governo australiano congratulou-se entretanto com as notícias de que as conversações entre a Indonésia e Portugal vão recomençar, em afirmações de um porta-voz do ministério dos Negócios Estrangeiros que manifestou o apoio daquele país a «todos os esforços, através das Nações Unidas, para conseguir reunir as duas partes».

O porta-voz afirmou ainda que o primeiro-ministro da Austrália, Paul Keating, iria analisar o respeito pelos Direitos Humanos na Indonésia durante a visita que esta semana efectuou a Jacarta. É no entanto conhecida a defesa australiana das posições da Indonésia na questão de Timor-Leste.

está localizado em Viqueque, num dos extremos da ilha de Timor, separado de Díli por uma cadeia montanhosa.

Para esta organização, o internamento de sobreviventes do massacre de Santa Cruz e o recente encerramento da Escola Secundária de São José, em Díli são indicadores de que as autoridades indonésias estão envolvidas numa nova onda de repressão contra a comunidade timorense.

Outra organização australiana, a «Catholic Relief», dá conta de um endurecimento indonésio: «a constante pressão imposta sobre os timorenses é demonstrada através do grande aumento de segurança e do contingente militar na área, notando-se também um crescimento dos casos de intimidação», diz o relatório que o governo australiano recusou comentar.

Aumenta pressão indonésia em Díli

Sobreviventes do massacre de de Santa Cruz estão internados num «centro de reabilitação política» numa zona remota de Timor-Leste, segundo uma denúncia feita por uma organização australiana de Direitos Humanos, a «Australian Council for Overseas Aid».

Aquela organização diz que o centro de reabilitação

Quando o primeiro-ministro australiano está com Suharto

Cruzes frente à embaixada indonésia na Austrália

Cruzes brancas, simbolizando cada uma das 124 vítimas do massacre de Díli, reapareceram a semana passada junto da embaixada da Indonésia em Camberra, alguns dias antes de o primeiro-ministro australiano iniciar uma visita a Jacarta da qual a resistência timorense disse antecipadamente «pouco esperar», dado o alinhamento do governo australiano com as posições de fundo da Indonésia na questão do território de Timor-Leste e do estabelecimento dos acordos entre os dois países de exploração petrolífera do mar de Timor.

Cerca de 50 manifestantes timorenses voltaram a pregar as cruzes em frente da missão diplomática indonésia depois de em Janeiro passado o ministro austra-

liano dos Negócios Estrangeiros, Gareth Evans, ter mandado retirar as 124 cruzes ali colocadas sob a alegação de que perturbavam as relações de Camberra com Jacarta.

O Tribunal Federal Australiano considerou a ordem do ministro inválida depois de uma acção posta por Geraldo Magno, familiar de uma das vítimas do massacre de Díli, e Inês de Almeida, porta-voz dos refugiados timorenses em Camberra.

As cruzes, salpicadas com tinta vermelha simbolizando o sangue das vítimas do massacre, contêm a inscrição dos nomes e idades de cada um dos timorenses mortos pelas tropas indonésias no cemitério de Santa Cruz.



Penas leves para militares envolvidos em massacre

O exército indonésio terminou o seu inquérito a cinco oficiais suspeitos de terem faltado aos seus deveres aquando do massacre de Novembro no cemitério de Santa Cruz, segundo informação de um semanário da Jacarta que identifica dois coronéis, um capitão e dois comandantes que tinham responsabilidades na região onde se verificou o tiroteio.

Independentemente de eventual processo a desenrolar em Tribunal Militar, o inquérito vai recomendar ao Alto Comando indonésio a passagem à reforma de um dos oficiais, o regresso de três outros às unidades de origem «para aperfeiçoamento» e iliba um quinto oficial.

Esta notícia vem confirmar a opinião já

manifestada pela resistência timorense, de que eventuais sanções a militares envolvidos no massacre de Díli, onde os indonésios dizem ter morrido 50 pessoas.

Contra as cerca de 100 contabilizadas por diversos observadores, seriam de certo muito leves em relação à gravidade dos seus actos e serviriam sobretudo para tentar calar as vozes de indignação internacional que se levantaram após 12 de Novembro passado.

Já antes, o ministro de Estado indonésio, Mardiono, havia afirmado que o relatório final da comissão indonésia que investigou o massacre não alterou nada de substancial do documento preliminar onde se referiam 50 mortes e 90 desaparecidos.

DORL protesta contra encerramento da UTIC

235 trabalhadores vão ser despedidos

A direcção regional de Lisboa do PCP, numa nota enviada dia 16 à comunicação social, manifestou o seu protesto veemente pela decisão do Governo e do IPE de encerrar a UTIC e de despedir os seus 235 trabalhadores.

A UTIC, que chegou a ser uma das maiores empresas da indústria automóvel, foi durante anos a fio alvo do desinteresse do IPE/Governo, em detrimento das facilidades concedidas a algumas grandes empresas privadas do ramo — recorda a DORL do PCP, precisando que «não foi feito investimento para renovação tecnológica (o único que foi feito para concretizar

indenizações a largas centenas de trabalhadores que, face à degradação da empresa, foram rescindindo o contrato), nem foi imprimida uma dinâmica capaz de responder às potencialidades da empresa», e que «os fundos comunitários nem para formação profissional entram na empresa».

A UTIC é detentora de um valioso património imobiliário.

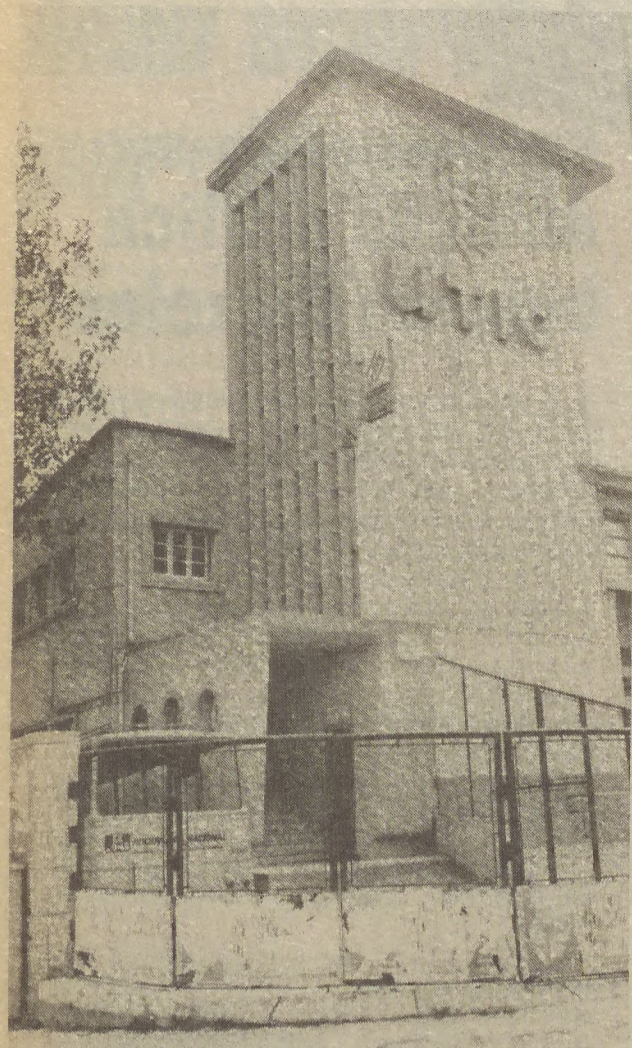
Para os 235 trabalhadores da UTIC, cuja média de idades se situa nos 44 anos, «fica o drama do desemprego, agravado pela ausência de actualização na formação profissional e pelo facto dos valores de negoci-

ação adiados pelo Conselho de Gerência serem bastante inferiores aos praticados nos últimos anos com as rescisões» — denuncia a DORL.

As estruturas dos trabalhadores, recorda-se no documento, «várias vezes avançaram com propostas concretas que, a terem sido consideradas, teriam possibilitado a viabilização da empresa e dos postos de trabalho». Mas o IPE e o Governo preferiram a solução «fácil» do fecho da UTIC.

A DORL do PCP «protesta veementemente contra mais esta decisão do IPE/Governo e considera que esta deve ser enquadrada

no brutal agravamento da situação dos trabalhadores no distrito de Lisboa, que são alvo da contenção dos salários (por via da imposição do tecto salarial do Governo/patronato/UGT), dos aumentos dos impostos, dos principais bens de consumo e dos medicamentos e a introdução das taxas moderadoras, bem como ainda dos vários despedimentos (já verificados) na AEP e na DIALAP e (em curso) na UCAL e na LUSOL, cujas lutas saudamos. São preocupantes também as decisões do Governo quanto ao futuro dos 7 estabelecimentos fabris da Força Armada e dos seus trabalhadores.»



Vítor Ranita visitou Vila Real

No âmbito do programa da sua estadia no distrito de Vila Real, no dia 14 de Abril, o deputado do PCP, Vítor Ranita, que se deslocou à região a convite da DORVIR do PCP, em contacto com a União dos Sindicatos de Vila Real reuniu elementos sobre os mais agudos problemas sociais da região e estabeleceu contacto directo com os trabalhadores da empresa de vestuário EUROVIR e com os mineiros de Jales, aos quais transmitiu a solidariedade e o compromisso de intervenção do Grupo Parlamentar do PCP na Assem-

bleia da República em defesa dos seus direitos.

Vítor Ranita encontrou-se ainda com o executivo da Junta de Freguesia de Bornes de Aguiar (Pedras Salgadas), onde recolheu elementos sobre a situação relacionada com a falta de concretização das contrapartidas locais da concessão da exploração das águas, e obteve documentação que possibilitará levantar na AR um conjunto de questões relacionadas com a defesa do património, com a protecção do ambiente e com a justa e equilibrada valorização dos recursos locais, em função dos interesses das

populações locais.

Dos contactos estabelecidos com os trabalhadores de empresas e nas Pedras Salgadas, ressalta, segundo se refere numa nota do Gabinete de Imprensa da DORVIR, que:

— há empresas que exploram os recursos naturais da região, quando muitas pagam impostos em Lisboa e não realizam nenhum investimento para o desenvolvimento do distrito;

— não há um crescimento de tecido industrial do distrito; pelo contrário, encerram-se empresas (algumas há bem poucos anos instaladas), ou-

tras estão em rotura e crise, e não se instalam novas;

— assim, não há uma maior oferta de emprego, cresce o desemprego e a emigração, ao mesmo tempo que o futuro económico do distrito está cada vez mais comprometido.

Perante as entidades e trabalhadores contactados, Vítor Ranita comprometeu-se, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, a usar os diferentes instrumentos regimentais para levar à Assembleia da República a defesa dos interesses sociais e económicos da região.

Acção com cem pessoas em Caldas da Rainha JCP solidária com Cuba

Por iniciativa da Comissão Distrital de Leiria da Juventude Comunista Portuguesa, realizou-se no passado sábado em Caldas da Rainha uma iniciativa de solidariedade para com o povo e a juventude de Cuba. Participou uma centena de pessoas, sendo notório o grande

número de jovens.

Nesta acção de solidariedade usaram da palavra Jorge Amador (do Secretariado da DN da JCP, que sublinhou os objectivos da iniciativa e destacou a crescente participação dos jovens portugueses em acções de solidariedade), o deputado do PCP, Miguel

Urbano Rodrigues (que abordou diversas questões de um ponto de vista histórico e os progressos económicos e sociais depois da Revolução de 1959), German Blanco (embaixador de Cuba em Portugal, que deu uma informação sobre a situação económica e social no seu

país, as diversas dificuldades e as perspectivas de resolução desses mesmos problemas, salientando a importância do plano alimentar que já entrou em vigor e a grande aposta do seu governo no turismo, e que destacou o papel importante que a juventude cubana está a desempenhar para a construção de uma sociedade mais justa e mais humana).

Durante três horas de debate foram abordadas, entre outras questões, o papel da imprensa nas diferentes sociedades, o boicote económico desencadeado pelos EUA há mais de 32 anos contra Cuba socialista e os reflexos negativos para a economia deste país.

Foi entregue ao Embaixador de Cuba uma quantia no valor de cento e sete mil e duzentos escudos, recolhidos pela Comissão Distrital de Leiria da JCP para a compra de leite em pó para as crianças cubanas.

Sorteio da Páscoa na Emigração

O «Grande Sorteio da Páscoa», iniciativa da Comissão do PCP para o Trabalho entre a Emigração, teve os seguintes resultados (de acordo com a extracção da lotaria nacional):

1º prémio (estadia de uma semana, para duas pessoas, na Praia da Areia Branca, Lourinhã) - 7225

2º prémio (30 mil escudos de livros) - 15907

3º prémio (15 mil escudos de livros) - 38261.

CAMARADAS FALECIDOS

AGOSTINHO OLIVEIRA

Faleceu a 26 de Março, com 71 anos, Agostinho Oliveira. Fazia parte dos corpos gerentes da URPICA, à qual deu, durante alguns anos, o melhor da sua inteligência e capacidade, granjeando respeito e amizade.

NORBERTO PEREIRA

Vítima de um acidente de viação, Norberto Custódio Pereira faleceu no passado dia 11. Ajudante técnico de farmácia, era militante do Partido desde 1974, tinha 49 anos, era natural de Aljustrel e residia actualmente no Montijo, onde estava organizado.

ANTÓNIO AUGUSTO REIS

Membro do Partido desde 1976, faleceu recentemente António Augusto Reis. Pertencia à célula da CELBI e à Comissão Concelhia da Figueira da Foz.

CASIMIRO GOUVEIA

Com 82 anos, faleceu recentemente Casimiro Gouveia. Actualmente membro do núcleo de reformados da Parede, era militante do Partido desde antes do 25 de Abril.

ANTÓNIO AREIAS

Faleceu recentemente, com 80 anos, António Dias Areias, de Terra-Chã, Angra do Heroísmo. Militante há muitos anos, foi um dos três jovens que, em 1938, hastearam a bandeira do PCP nas muralhas da fortaleza de Angra. Era muito conhecido e respeitado em toda a Ilha Terceira.

JOSÉ BRANDÃO DE PINHO

No dia 20 de Abril faleceu em Ovar José Brandão de Pinho. Tinha 46 anos, era operário químico e fazia parte da organização do Partido no concelho.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



PODER LOCAL

PCP de Almada contra transporte ferroviário pesado Governo devia usar a Ponte para transporte público rápido

A recente decisão do Governo de iniciar a instalação do transporte ferroviário pesado no segundo tabuleiro da Ponte 25 de Abril merece a discordância da Comissão Concelhia de Almada do PCP.

Numa nota que divulgou na semana passada, aquele organismo afirma que «com tal solução, o Governo adia a resolução de um gravíssimo problema que diariamente penaliza a vida de dezenas de milhares de homens, mulheres e jovens que, vivendo na península de Setúbal, trabalham ou estudam na margem Norte ou mesmo no Monte da Caparica».

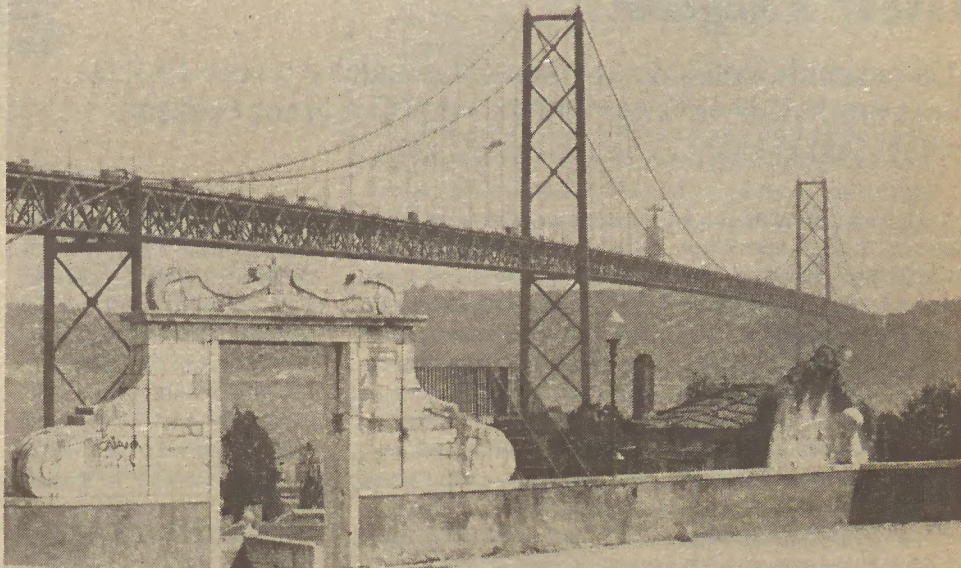
A decisão do Governo, como se regista na nota da concelhia, tem em perspectiva usar o segundo tabuleiro para a ligação ferroviária pesada Norte-Sul (nacional), para as ligações urbanas e suburbanas na Área Metropolitana de Lisboa e para transporte de mercadorias. Os comunistas de Almada contrapõem que, «se o Governo tivesse optado por dar prioridade à resolução do problema dos transportes públicos, na perspectiva da resolução dos problemas das populações», teria optado «pelas propostas do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, ou seja, teria decidido afastar da actual ponte 25 de Abril a ferrovia pesada nacional e as mercadorias, e teria decidido usar o segundo tabuleiro para um transporte público rápido sobre carril, tipo metropolitano de superfície ou eléctrico

moderno, com ligação à Costa de Caparica, a Almada, Cacilhas, Cova da Piedade, Laranjeiro e Miratejo, podendo eventualmente fazer ligação ao transporte ferroviário pesado no Barreiro».

A concelhia do PCP refere que mais de 70 por cento das deslocações através da Ponte 25 de Abril entre as duas margens do Tejo têm origem nos concelhos de Almada e do Seixal, afirmando que «o tráfego gerado em

transporte individual só será aliviado através de uma oferta de transporte público rápido e de qualidade».

«Mais uma vez, o Governo decidiu mal para as populações», acusa o PCP, recordando que «tal como já aconteceu relativamente a outras decisões, também esta não será irreversível, se cada um de nós for agente activo do descontentamento e exigir uma rápida reparação da decisão tomada».



A decisão de fazer passar pela Ponte 25 de Abril a ferrovia pesada não é irreversível «se cada um de nós for agente activo do descontentamento»

Utentes da Linha de Sintra um postal ao ministro

A Comissão de Utentes da Linha de Sintra propõe a todos os interessados no bom funcionamento daquela linha férrea que enviem ao ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, um postal manifestando a justa apreensão pelo estado degradante em que a mesma se encontra. A iniciativa surge após a divulgação de uma entrevista do responsável das Relações Públicas da CP no «Jornal de Queluz», onde se fazem afirmações contraditórias com os objectivos anunciados pelo ministro à Comissão de Utentes, em encontro realizado no passado dia 13 de Março. Na ocasião, a Comissão entregou ao ministro uma exposição pormenorizada das preocupações e propostas para fazer face aos problemas da Linha de Sintra, tendo o ministro reconhecido a sua justeza e explanado um conjunto de objectivos do Governo que vão ao encontro das propostas dos utentes. A sua concretização, no entanto, está prevista em prazos tão dilatados que colidem com o panorama vivido actualmente na Linha de Sintra, pelo que

considera a Comissão ser necessário continuar a pressionar o executivo para a resolução do problema.

É neste contexto que surge o postal a enviar ao ministro. Os utentes apenas terão de preencher a parte do remente, já que o postal, impresso, dá conta das principais deficiências da Linha de Sintra:

Incumprimento, praticamente diário, dos horários dos comboios; falta de segurança pelo facto de o material ser velho e mal conservado, bem como a sinalização e a via férrea; mortes frequentes na Linha; falta de segurança física quando viajamos a horas de pouco movimento; falta de comodidade devido ao excesso de passageiros nas horas de ponta; falta de higiene; etc., etc. Por tudo isto, solicitam os utentes que o ministro **intervenha energeticamente tendo em conta as suas elevadas responsabilidades e competências**, de forma a que os utentes da Linha possam viajar, o mais rapidamente possível, de acordo com elementares padrões de dignidade humana.

Quadros do PCP apelam à continuação da luta Novas freguesias de Carnaxide já em 1993

Os quadros do PCP de Carnaxide, reunidos no passado fim-de-semana, decidiram aprofundar a luta pela aprovação na Assembleia da República da constituição das novas freguesias, de forma a que nas eleições autárquicas de 1993 possam já ser eleitos os respectivos órgãos.

Carnaxide é a maior freguesia do País, com 110 mil habitantes e mais de 70 mil eleitores. A sua reestruturação administrativa (com a criação de 4 novas freguesias) só não avançou porque o PSD boicotou o processo na AR - como denuncia a Comissão Concelhia de Oeiras numa nota enviada segunda-feira à imprensa. Uma das formas de luta referidas neste documento é a recolha de assinaturas, a decorrer, para uma petição parlamentar.

Os quadros comunistas, que reuniram no Palácio dos Aciprestes, em Linda-a-Velha, analisaram a situação na freguesia, a qual revela «de forma clara a incompetência da gestão PSD e também da Câmara Municipal de Oeiras nas questões que se prendem com a resolução dos problemas de Carnaxide».

Para os quadros do PCP, «a política desenvolvida pelo PSD no concelho e na freguesia não só não resolve, como agrava os problemas, com reflexos muito negativos na vida da população». No documento divulgado pela concelhia de Oeiras são referidos, entre outros problemas da freguesia, a higiene e limpeza urbana, o trânsito e estacionamento, a segurança de pessoas e bens, centros de saúde, degradação do património, rede escolar, abastecimento público, habitação, e a «situação económica catastrófica» da freguesia, com um défice de mais de 30 mil contos, que é «agravada com a não descentralização de competências e a retirada de meios» por parte da Câmara.

A análise na reunião das perspectivas que se abrem ao PCP, no quadro da CDU, para as eleições autárquicas de 1993 permitiu concluir que «sendo o projecto CDU o único alternativo ao PSD no concelho e na freguesia, necessário se torna divulgá-lo junto da população». Assim, foi decidido realizar desde já reuniões abertas em todas as localidades que vão passar a freguesias, e iniciar o trabalho de elaboração das listas de candidatos da coligação. Os quadros do PCP de Carnaxide exigem que o PSD resolva a situação financeira catastrófica a que conduziu a freguesia. Da CM de Oeiras, reclamam que garanta a função social dos infantários e os direitos dos respectivos trabalhadores. O PCP vai ainda «apoiar e desenvolver a luta reivindicativa da população para a resolução dos problemas mais sentidos», nomeadamente a abertura da escola C+S de Queijas, a segurança nas escolas e na freguesia em geral, a recuperação do Palácio Ribamar e Aciprestes, o novo centro de saúde de Linda-a-Velha e a higiene urbana em Algés.

STA dá razão à CDU

Reposta a legalidade em Caminha

O Supremo Tribunal Administrativo confirmou a sentença do Tribunal Administrativo do Círculo do Porto que deu razão ao recurso apresentado pelo eleito da CDU na Assembleia Municipal de Caminha relativamente à forma como decorreu a sessão de instalação daquele órgão, em Janeiro de 1990.

A decisão do STA teve já como resultado a convocação da Assembleia Municipal de Caminha para amanhã, de forma a repor a legalidade.

A reunião de 12 de Janeiro de 1990 fora convocada inicialmente apenas para instalação do órgão

autárquico. A mesa, contudo, introduziu na ordem de trabalhos (por pressão da Câmara Municipal) a definição do número de vereadores a tempo inteiro, a determinação e compensação dos membros do conselho de administração dos Serviços Municipalizados e a delegação de poderes às juntas de freguesia.

Ainda que alertados pela CDU de que a ordem de trabalhos não podia ser alterada desta forma, os eleitos da maioria (socialista e absoluta) insistiram na sua posição e fizeram aprovar as deliberações sobre aquelas matérias.

O eleito da CDU, José

Nogueira Gil, interpôs recurso no Tribunal Administrativo do Círculo do Porto, que declarou as decisões da AM como feridas do vício de violação da lei. «A Assembleia Municipal de Caminha, na pessoa do seu presidente da mesa, eleito do PS, talvez mais na expectativa de que o mandato entretanto terminasse do que na força das suas razões, recorreu da decisão do TAC do Porto para o Supremo Tribunal Administrativo», que agora veio confirmar a justeza da posição da CDU - relata uma nota da direcção regional de Viana do Castelo do PCP, emitida na semana

passada. Para a DORVIC do PCP, o comportamento do PS «revela, além do mais, uma estranha concepção do Estado democrático de direito e traduz um conceito distorcido de gestão democrática», e coloca mesmo uma interrogação: «As maiorias absolutas, tantas vezes procuradas e propaladas em nome da estabilidade e segurança, não serão, na maioria dos casos, fonte de instabilidade e geradores de comportamentos autoritários limitativos da liberdade, da democracia e do respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos?»

CDU/Açores

Perigo de nova vaga de despedimentos nas Lajes

Os despedimentos de açorianos nas Lajes e o caso FLAD mostram fraquezas imperdoáveis dos Governos Central e Regional perante os norte-americanos

A ameaça de uma nova vaga de despedimentos na base das Lajes nos Açores e o aproveitamento de alegadas irregularidades no funcionamento da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) para os Estados Unidos não cumpriram as suas obrigações constantes dos acordos existentes, são duas preocupações manifestadas a semana passada pela Coligação Democrática Unitária (CDU) dos Açores que em comunicado «condena firmemente as posições de desresponsabilização do Governo Regional (em sintonia com as do Governo Central), indiciadas em declarações públicas recentes do Presidente do Governo Regional», Mota Amaral, relativas aos possíveis despedimentos de trabalhadores portugueses na Base Aérea das Lajes. «Lavar as mãos como Pilatos neste caso, implica tão-somente ratificar às FEUSAçores em território nacional poderes que de facto e por direito não têm, que ofendem a dignidade nacional e que se materializam concretamente, como já aconteceu no primeiro caso, na desgraça de muitas famílias açorianas», afirma a CDU/Açores.

A coligação afirma ainda que «nada nem ninguém» desculpou a falta de firmeza

perante a diplomacia americana desmonstrada pelos governos central e regional aquando do primeiro processo de despedimentos, realizado em plena fase de renegociação do acordo das Lajes. Essa fraqueza, no entender da CDU, foi a «primeira responsável por não ter sido reposta a legalidade» e «eventualmente facilitará a nova ofensiva ilegítima que o Comando americano está preparando».

A CDU/Açores alerta ainda para «entendimentos inqualificáveis que tenham a ver com «prazos posteriores às eleições regionais»».

Quanto ao caso da FLAD, a coligação diz que «independentemente das irregularidades que existam» a CDU pensa que «tal situação não pode nem deve ser atirada como manobra de diversão para justificar seja o que for no respeitante ao rigoroso cumprimento dos acordos relativamente aos Açores».

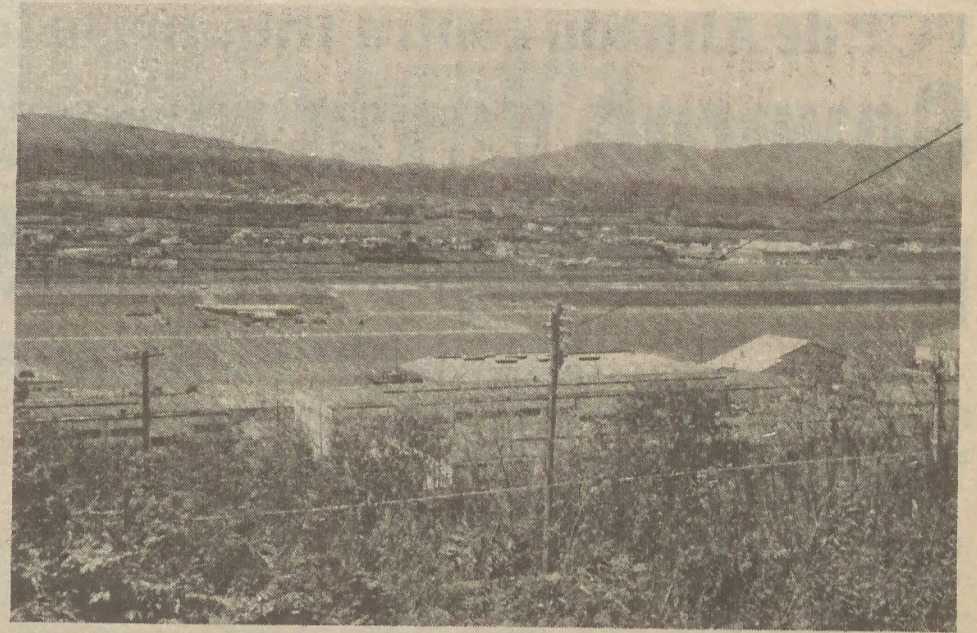
CDU em São Jorge

Iniciar de imediato os trabalhos de preparação de uma lista de candidatos da Coligação Democrática Unitária (CDU) pelo círculo de São Jorge, nos Açores, foi uma das decisões tomadas numa reunião daquela coligação na

freguesia de Santo Amaro, no passado dia sete de Abril, que contou com a participação de José Decq Mota, coordenador do PCP/Açores e membro da Comissão de Coordenação Eleitoral Regional CDU, e António Freitas, também membro da referida Comissão de Coordenação Eleitoral.

A reunião teve como tema central a apreciação da situação pré-eleitoral naquela Região Autónoma onde se realizam eleições para o Parlamento Regional no próximo mês de Outubro, com destaque para a situação existente na ilha de São Jorge.

Foram também decididas formas de intervenção e coor-



Os portugueses que trabalham na parte americana da Base das Lajes têm o seu futuro comprometido (foto de arquivo)

denação de trabalho com vista à elaboração e atempada apresentação pública de um Manifesto Eleitoral da CDU que, como se diz num comunicado emitido após aquela reunião, «seja um contributo efectivo para a plena democratização e desenvolvimento económico-social do futuro desta ilha».

«A CDU de São Jorge, completamente identificada com os objectivos políticos eleitorais da CDU-Açores, irá desenvolver um acentuado esforço de intervenção e

abertura política, confirmando-se como um espaço político no qual podem ter intervenção activa cidadãos independentes cujo contributo é essencial ao progresso desta ilha», diz ainda o comunicado emitido após a reunião na freguesia de Santo Amaro, que conclui: «Desenvolver São Jorge como parte integrante de pleno direito da Região Autónoma dos Açores constitui um desafio que só pode ser realizado com uma clara perspectiva de participação dos cidadãos na vida colectiva» pelo que «a

contribuição da CDU é por isso necessária e indispensável».

Durante a visita que José Decq Mota realizou a esta ilha para participar naquela reunião, teve ainda ocasião para estabelecer contactos informais com entidades locais, trabalhadores, agentes económicos, militantes do PCP e simpatizantes da CDU, tendo visitado a delegação da Assembleia Legislativa Regional e apresentou cumprimentos na rádio Lumena.

Águas poluídas na serra da Estrela

O agravamento da poluição das ribeiras de Gouveia, no Parque Natural da Serra da Estrela, foi questão recentemente levantada pelo eleito da Coligação Democrática Unitária (CDU) na Assembleia Municipal daquela localidade, numa intervenção que destaca o caso mais recente ali ocorrido, na ribeira das Aldeias, diariamente a sofrer descargas de produtos poluentes de uma unidade sediada nas suas margens e

cuja situação atingiu agora aquilo a que autarca chama de «calamidade» depois milhares de litros de nafta terem sido lançados naquelas águas «espalhando a morte entre as espécies piscícolas e inviabilizando a utilização de pastos, com prejuízos evidentes para pastores e agricultores», assinala o texto da intervenção do eleito CDU na autarquia de Gouveia, que exige o apuramento de responsabilidades, a indemnização dos prejudicados e a prevenção de futuros acidentes.

Outros casos de poluição de águas da serra da Estrela são ainda referidos como o da ribeira Ajax: «as suas águas continuam a ser pintadas das cores das anilinas utilizadas em cada dia pela unidade industrial poluente», diz o autarca da CDU que não acei-

ta «a chantagem utilizada pela administração da empresa de encerrar a fábrica como alternativa» à alegada impossibilidade de adopção de medidas que minorem os efeitos poluidores, estando em risco a própria população da localidade da Nespereira que bebe a água captada na ribeira sem garantias de que ela esteja em condições de consumo.

Também as populações de Rio Torto e Cativeiros e os pescadores do concelho de Gouveia são vítimas da poluição causada pela fábrica de lacticínios, existente na primeira daquelas localidades, e nenhuma medida para diminuir os níveis de poluição foi adoptada, apesar de existirem já subsídios comunitários para ajuda à constru-

ção de uma estação de tratamento de águas.

Finalmente, o eleito da Coligação Democrática Unitária assinala ainda a poluição produzida por uma recente unidade de extracção de areias na margem direita da ribeira das Aldeias, cujo desassoreamento e lavagem de cascalho e areia transformam a água num caudal de lodo, a dizimar a fauna piscícola e tornando a água imprópria para consumo doméstico.

«Quem autorizou tal exploração? Os serviços hidráulicos ou a Câmara Municipal? Quem vai pôr cobro àquela situação que resulta em claro prejuízo das populações ribeirinhas?», pergunta o eleito da CDU na Assembleia Municipal de Gouveia.

MDM

Mulheres contra taxas moderadoras

O Movimento Democrático de Mulheres (MDM) tomou posição pública contra a instituição pelo Governo das chamadas Taxas Moderadoras num comunicado desta semana onde se afirma que as referidas taxas «de moderadoras nada têm» e, na referência ao período pascal que agora se atravessou, que «para amêndoas são muito amargas».

O MDM, que apela às mulheres e à população em geral para protestar contra esta medida, diz que «mais uma vez», serão as mulheres especialmente prejudicadas, pois são elas que mais recorrem aos serviços de saúde e são elas que acompanham filhos e familiares aos médicos.

«Depois da última revisão constitucional, onde se lê «a saúde é gratuita» passou a ler-se «a saúde deve ser tendencialmente gratuita»... na altura questionávamo-nos sobre o que poderia significar o «tendencialmente», diz o MDM para concluir: «ao fim de três anos já compreendemos, «tendencialmente» quer dizer pagar e «caro» os serviços de saúde, quantas vezes sem condições mínimas de atendimento e tratamento».

O movimento de mulheres refere que neste momento as esperas nos serviços de urgência

podem ir de três a 12 horas questionando o destino das verbas agora arrecadadas: «Será para minimizarem os meses de espera de uma consulta? Será que a partir de hoje ir a um hospital é ser logo e bem atendido? Será que é desta que vamos assistir à inauguração de todos os centros de saúde e hospitais que o país necessita?» A estas questões o próprio MDM dá uma resposta: «Não acreditamos. Não é verdade.»

Maria Lamas

O MDM realiza hoje na Casa do Ribatejo em Lisboa um encontro com a comunicação social a propósito da formação de uma Comissão para a instalação do monumento a Maria Lamas, em Torres Novas, sua terra natal.

O Presidente da Câmara de Torres Novas, Fernanda Tavares, responsável local do MDM, e Armando Ferreira, autor do projecto que apresentará a respectiva maquete, estarão presentes nesta conferência de imprensa que divulgará uma iniciativa que pretende reavivar na memória colectiva a vida e obra de Maria Lamas.

Emigrantes na Holanda querem cidadania completa

A comunidade portuguesa na Holanda entende que, no processo de ratificação dos acordos de Maastricht, o Governo português deve exigir «que a nova cidadania europeia seja uma cidadania completa, com uma política social efectiva e vinculativa e apoio concreto às minorias comunitárias residentes em outros países comunitários, para que a evolução em palavras de migrante a cidadão comunitário seja uma realidade».

Este apelo está contido na moção que foi aprovada no 2º Congresso da comunidade, realizado em Haia no dia 12 de Abril, com a presença de 70 participantes mandatados pelas associações, bem como de representantes de associações da Bélgica e do Luxemburgo. Estiveram também presentes o embaixador e o cônsul de Portugal na Holanda.

No congresso foram analisados outros aspectos da situação dos emigrantes portugueses face às alterações que se vêm verificando na Comunidade Europeia.

Na moção que o congresso aprovou reclama-se «um aumento substancial de verbas para apoiar as comunidades portuguesas», uma vez que a verba orçamentada, de 300 mil contos, é «ridícula», particularmente quando comparada com a totalidade das remessas dos emigrantes.

Os emigrantes na Holanda reclamam ainda «do Governo, das embaixadas e consulados uma informação clara sobre Maastricht e as suas consequências para a comunidade portuguesa, quer através dos órgãos de informação escrita e falada, quer através das associações e em diálogo com elas».

PE aprova RETEX

Reconversão dos têxteis exige participação dos parceiros sociais

Ajuda a Portugal vai depender do respeito pelas normas da OIT sobre o trabalho infantil

A reconversão do sector têxtil/vestuário não pode ser feita sem a participação dos parceiros sociais, defendeu o eurodeputado Sérgio Ribeiro no Parlamento Europeu, que aprovou na sua sessão plenária deste mês o relatório do português Cunha de Oliveira sobre uma iniciativa comunitária relativa às regiões fortemente dependentes do sector têxtil/vestuário-programa RETEX.

A iniciativa comunitária é no essencial uma acção de desenvolvimento destinada a permitir a diversificação e a modernização das actividades económicas das regiões em causa. Para a sua concretização prevê-se um montante global de 500 milhões de ecus, para um período de cinco anos, do qual 80 por cento reverte a favor das regiões "objectivo 1", em que se inclui Portugal. Recorda-se que a indústria têxtil/vestuário na Comunidade ocupa mais de três milhões de pessoas e representa cerca de nove por cento do valor acrescentado pela indústria transformadora comunitária. Está concentrada em certas regiões de Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia sendo, nalgumas delas, responsável por mais de 50 por cento do emprego industrial.

Para Portugal, a aprovação do RETEX «será um passo significativo num processo que, por esforço pluripartidário e multinacional de deputados, transformou o que se considerava problema localizado, e na periferia, em problema comunitário». As palavras são do eurodeputado do PCP, Sérgio Ribeiro, ao

intervir no Parlamento Europeu sobre a matéria.

Na ocasião, Sérgio Ribeiro lembrou a «cumplicidade» dos comunistas portugueses nas tentativas de resolução da grave crise que afecta as regiões dependentes do sector têxtil/vestuário, de que são exemplo «o parecer que assinámos em nome da comissão económica» e «a participação em propostas de emendas que foram aceites» por Cunha de Oliveira.

Na sua intervenção, o eurodeputado comunista reafirmou a posição, adoptada pela comissão económica (como o «Avante!» divulgou na sua edição de 26 de Março), da

necessidade de o RETEX, sem prejuízo da sua natureza de acção de desenvolvimento regional, «ser também um programa sectorial e intersectorial». Criticou, por outro lado, o facto de a Comissão das Comunidades não dar ao princípio fulcral da participação a necessária atenção. Para Sérgio Ribeiro, «não pode ser exclusivamente o governo central a decidir como se utilizarão os fundos que materializarão» o RETEX.

Esta iniciativa comunitária - afirmou - não pode ter interpretação que leve um governo a considerar os meios a disponibilizar

como alimento de uma sua fórmula, tal como a criação de um fundo de capital de risco, decisão totalmente à margem da consulta e participação dos parceiros sociais e das autoridades de poder local ou regional, e até de posições que têm tornado públicas.

A reforçar esta posição, Sérgio Ribeiro referiu os seus recentes contactos no norte de Portugal com a federação sindical e a associação de empresários dos têxteis, onde a expectativa relativa ao RETEX se encontra mitigada «por esse sentimento de marginalização» reflectido «na demissão em bloco da direcção da associações empresarial do sector que representa 17 por cento do valor acrescentado bruto industrial e perto de 1/3 do emprego e das exportações portuguesas».

O PE manifestou-se sensível à questão e propôs a participação de entidades oficiais, regionais e privadas, incluindo empresas e sindicatos, na execução e controlo dos projectos contemplados por aquela iniciativa.

De referir ainda que, segundo Cunha de Oliveira, as ajudas comunitárias à reconversão das regiões portuguesas excessivamente dependentes do sector têxtil/vestuário serão em breve condicionadas ao cumprimento das normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) contra o trabalho infantil. O próprio comissário de política regional, Bruce Millan, é favorável à inclusão de uma cláusula prevendo a não afectação de verbas às empresas que empreguem menores de 16 anos.

Pergunta à Comissão

A propósito dos estudos sobre situações nacionais para o programa específico para regiões têxteis da Comunidade (RETEX), o deputado Sérgio Ribeiro fez a seguinte pergunta à Comissão das Comunidades:

«Com data de 11 de Novembro de 1991, fiz uma pergunta à Comissão sobre o tema em epígrafe, a partir do conhecimento do encargo, ao gabinete KSA, da elaboração do estudo sobre as situações nacionais do sector têxtil com vista ao programa RETEX, com o curtíssimo prazo de entrega até ao final desse ano.

«Já neste mês de Abril, em visita ao norte de Portugal, tive encontros com os parceiros sociais e, junto da associação dos industriais (ANITAF), soube que tinha havido um contacto de técnicos da empresa KSA, não se tendo chegado a realizar qualquer encontro por falta de tempo desses técnicos, aliás justificada pelo tempo ocupado em Espanha com vista a este estudo.

«Recebi, entretanto, a resposta da Comissão à minha pergunta, com data de 12 de Março, em que se dizia, entre outras coisas, que esse estudo «deve ser concluído nas próximas semanas».

«Assim, pergunto à Comissão se tal estudo já está concluído, quando estará disponível, que participação teve de entidades portuguesas, nomeadamente de representantes da indústria e de parceiros sociais?»

Aguarda-se a resposta.

Cimeira de Washington

A cimeira CEE-Estados Unidos, que ontem reuniu em Washington Cavaco Silva, Jacques Delors e George Bush, foi considerada por muitos observadores como a última oportunidade para se conseguir um acordo político que permita aos 108 países envolvidos nas negociações para a liberalização das trocas comerciais concluir o Uruguai Round.

À hora de fecho desta edição desconhecia-se ainda o resultado das negociações, mas tanto Cavaco Silva, na sua qualidade de presidente do Conselho Europeu, como Jacques Delors, presidente da Comissão Europeia, foram aos EUA com o objectivo de aproximar as posições da CEE e norte-americanas nos

dossiers mais difíceis - a agricultura, o acesso aos mercados e os serviços - na convicção de que só com um acordo político até ao fim do corrente mês será possível começar a implementar o Uruguai Round em Janeiro de 1993.

Iniciado em 1986, no Uruguai (daí o nome), para regulamentar e liberalizar o comércio mundial, o Uruguai Round visa reduzir as barreiras alfandegárias para os produtos industrializados e outros bens, estabelecer regras de protecção à propriedade intelectual, abrir os mercados mundiais às empresas de serviços e aos investimentos, regulamentar a concorrência no acesso aos mercados de produtos agrícolas e fortalecer as medidas de combate ao "dumping" social.

Os interesses em jogo são naturalmente muitos, agravados pelas profundas disparidades existentes entre os países signatários do acordo. As principais divergências - que opõem a CEE aos EUA - estão centradas na política agrícola. Os EUA pretendem, para o período de 1993 a 1999, a redução drástica dos subsídios e medidas compensatórias no sector agrícola: 36 por cento nos direitos aduaneiros de acesso aos mercados, 36 por cento nos subsídios orçamentais à exportação e 20 por cento nos apoios internos ao produtor.

A Comunidade, por seu turno, aceita reduzir os subsídios à exportação mas defende a inclusão na chamada "caixa verde" (medidas de

apoio pacíficas), das despesas de desenvolvimento regional, dos investimentos agrícolas e das medidas previstas na reforma da política agrícola comum (PAC), também elas ainda sem acordo a nível comunitário.

Pressionados pelas reivindicações internas dos seus agricultores e pela necessidade de um acordo global - sem o qual o comércio mundial arrisca entrar em grave crise - os principais protagonistas destas negociações dificilmente conseguirão conciliar todos os interesses em jogo e a contento das partes. Os países menos desenvolvidos, como Portugal, para quem o pacote agrícola é fundamental, têm acrescidas razões para se preocuparem.

Barragem do Maranhão

A Comissão das Comunidades Europeias anunciou recentemente pretender solicitar às autoridades portuguesas informações mais pormenorizadas sobre os trabalhos de reparação da Barragem do Maranhão, que estiveram na origem do morticínio de mais de mil toneladas de peixe.

A intenção foi expressa em resposta a uma pergunta do deputado Sérgio Ribeiro, sobre as medidas a tomar para fazer face à catástrofe ecológica provocada e as responsabilidades das autoridades portuguesas em terem autorizado as referidas obras sem um estudo prévio sobre o impacto ambiental que o escoamento das águas iria provocar.

A Comissão afirma ter tomado conhecimento do problema «através de uma queixa que lhe foi apresentada» e reconhece que os trabalhos de reparação da Barragem se inserem nos que «devem ser objecto de um estudo de impacto ambiental», mas para além de pedir explicações às autoridades portuguesas não parece apostada em mais nenhuma iniciativa.

Recorda-se que após o morticínio de mais de mil toneladas de peixe na Barragem do Maranhão, provocado pelo seu esvaziamento para obras de reparação das comportas e uma operação de limpeza, as autoridades procederam à incineração e enterro do peixe morto (que se mantinha a apodrecer no leito da barragem), na bacia da albufeira, em sepulturas de pouca profundidade e sem a necessária celeridade. Para além da poluição da água provocada pela putrefacção dos peixes, as autoridades locais (no concelho de Avis) alertaram a população para o perigo que representa para a saúde pública o consumo de água e peixe da barragem, bem como a contaminação que os lençóis de água subterrâneos podem provocar em poços, furos artesianos e fontes.

Até ao momento, continua a não haver resposta nem medidas que minimizem os efeitos negativos resultantes da incuria governamental sobre a actividade económica da região e o perigo para a saúde pública.

Fundo Social Europeu

A Comissão Europeia está a analisar quais as medidas mais apropriadas que poderão ser adoptadas a fim de assegurar um melhor sistema de informação dos casos de fraude na utilização dos fundos comunitários. A informação foi dada pelo próprio presidente, Jacques Delors, em resposta a uma pergunta dos deputados comunistas Joaquim Miranda e Sérgio Ribeiro sobre as alegadas fraudes na utilização do Fundo Social Europeu em Portugal.

Reportando-se a notícias veiculadas pela imprensa sobre alegados casos de desvio de fundos comunitários no âmbito do FSE, destinados a acções de formação profissional em Portugal, os eurodeputados questionaram a Comissão sobre os mecanismos que se propõe desencadear para garantir a transparência e a correcta aplicação dos mesmos. Em resposta, Jacques Delors informa os eurodeputados que, até ao momento, 328 dos casos comunicados estão já em fase de resolução, tendo para além disso a Comissão decidido constituir-se parte civil no que se refere a 27 processos.

Afirmando que a Comissão «está empenhada em fazer com que as autoridades nacionais melhorem a estrutura da formação profissional, em especial no que diz respeito aos critérios de acesso e de financiamento de novos programas», o presidente daquele organismo recorda que o Código de Conduta elaborado «para tornar mais transparente a utilização dos fundos» foi anulado pelo Tribunal de Justiça, pelo que neste momento a Comissão estuda as medidas apropriadas a tomar.

Transportes

O eurodeputado Rogério Brito questionou o Conselho das Comunidades sobre a liberalização da cabotagem aérea e marítima para os Açores e a Madeira, na sequência das decisões tomadas no Conselho de Ministros de 26 e 27 de Março.

Em relação à cabotagem aérea, lembra o deputado que o Conselho se pronunciou favoravelmente pela liberalização das tarifas no quadro do terceiro pacote de liberalização dos transportes aéreos, bem como pelo princípio do acesso generalizado a todas as rotas aéreas, estando em discussão o período de transição para a sua liberalização. Considerando que se encontra também em debate o fim dos subsídios estatais às companhias aéreas nacionais, pergunta o deputado: «Qual o período de transição que se pensa adoptar para a liberalização da cabotagem em relação aos Açores e à Madeira e quais as consequências previsíveis sobre as tarifas praticadas actualmente para estas populações insulares derivadas do fim da cabotagem e dos subsídios estatais?»

Quanto à cabotagem marítima a pergunta é: «Quais as razões e os critérios que excluem a situação específica dos Açores e da Madeira de um período de transição semelhante ao da Grécia (até ao ano 2004)?» Embora ainda não oficializado, o acordo do Conselho de Ministros sobre a matéria prevê um período de transição até 1999, com excepção justamente da Grécia.

INTERNACIONAL

ALBÂNIA

Os subsídios de desemprego vão ser reduzidos, afirmou o primeiro-ministro albanês, Alexandre Meksi, no mesmo dia em que era nomeado o novo governo.

Esta parece ser a primeira medida de um programa de austeridade que o novo governo se prepara para aplicar num dos países mais pobres da Europa, cujos 3,2 milhões de habitantes dependem actualmente em grande medida de ajuda alimentar estrangeira.

Segundo o actual sistema de subsídios, os desempregados recebem 80 por cento dos seus salários. No novo sistema, o Estado pagará aos desempregados apenas 60 por cento do salário nos primeiros seis meses, após o que não haverá qualquer subsídio.

Entretanto uma equipa do FMI chegou a Tirana para estabelecer um acordo de assistência económica à Albânia que deverá passar por cortes nas despesas do Estado, especialmente dos subsídios de desemprego.

MARROCOS

Nubir Amaui, secretário-geral da Confederação Democrática do Trabalho, foi condenado a dois anos de prisão por um tribunal e a uma multa de 1000 dirhams.

O sindicalista foi de imediato preso, apesar de os seus advogados terem interposto recurso da condenação no tribunal de primeira instância.

Amaui era acusado de «injúrias e difamação» ao governo, pelas afirmações proferidas numa entrevista dada em Março ao diário espanhol «El País», em que classificou o governo de «bando de ladrões».

BRASIL

A Ordem dos Advogados do Brasil denunciou a existência de um grande complexo carbonífero onde são exploradas como escravos e em condições desumanas mais de 4000 pessoas.

Nas minas de carvão situadas na Bacia do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul, mil homens e suas famílias, são obrigados a trabalhar em troca de comida e a residirem em grupos de seis em habitações de lona com precárias condições de higiene, revelou a Ordem.

Deputados de uma comissão parlamentar pediram a intervenção das empresas que trabalham na zona, uma região de 500 mil hectares, que em 1970 foi reflorestada para apoiar um projecto da indústria de celulose.

A Ordem dos Advogados denunciou que crianças de seis anos são recrutadas para carregar lenha e manter os fornos de barro em funcionamento.

Como os seus pais, os menores não recebem remuneração pelo trabalho e não têm acesso a qualquer tipo de assistência médica em caso de doença ou acidente.

Os administradores da empresa carbonífera são acusados pela Ordem de exercerem actos violentos e intimidatórios sobre os trabalhadores.

SUDÃO

A organização de defesa dos direitos humanos Amnistia Internacional (AI) denunciou a prática pelo governo de Cartum de torturas e detenções diárias de opositores no Sudão.

«A tortura faz parte dos interrogatórios aos opositores do governo nas instalações de segurança de Cartum», refere a AI num comunicado divulgado em Londres, sede da organização.

Segundo a AI, apesar de o executivo sudanês ter anunciado em Abril de 1991 a libertação de todos os presos políticos, «muitos deles estão ainda detidos», ideia rejeitada recentemente pelo Ministério da Justiça do Sudão que alega que nas suas prisões já não se encontram presos políticos.

No seu relatório, a AI informa que no Oeste e no Sul do Sudão, onde o Governo lutou desde 1983 contra as tropas do Exército de Libertação dos Povos do Sudão (SPLA), são comuns os desaparecimentos e as execuções extrajudiciais de elementos do SPLA.

ÁFRICA AUSTRAL

África Austral, incluindo a África do Sul, terá de importar urgentemente produtos alimentares numa escala sem precedentes devido à seca na região, sublinhou um relatório oficial divulgado em Joanesburgo.

O documento frisa que a situação mais crítica é em Moçambique, onde os efeitos devastadores da seca são multiplicados pela guerra civil que há 15 anos destrói o país.

De acordo com um estudo da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação e o Programa Mundial de Alimentação, a África Austral precisará de importar nos próximos 12 meses cerca de 11,5 milhões de toneladas de alimentos, em vez dos habituais dois milhões.

O relatório sublinha ainda que esta situação de desastre só poderá ser minorada através de um esforço gigantesco de ajuda internacional, para evitar a morte pela fome de 17 milhões de pessoas.

Alemanha

Função Pública luta por aumentos salariais

Mais de dois milhões de funcionários públicos da parte ocidental da Alemanha deverão entrar brevemente em greve.

Em declarações a um jornal de Berlim, a presidente do sindicato alemão dos Serviços Públicos e Transportes, Monika Wulf Mathies, prevê que a maioria dos trabalhadores vote, na próxima semana, a favor da realização de uma greve, que será a primeira no sector nos últimos dez anos.

A dirigente sindical responsabilizou o Estado pelo fracasso das negociações colectivas, interrompidas a semana passada. A última proposta do governo alemão relativamente aos aumentos salariais era de 4,7 por cento, quando a arbitragem do conflito tinha apontado para um aumento salarial de 9,5 por cento.

Quanto às negociações relativas aos funcionários públicos dos cinco Estados federados que integravam a República Democrática Alemã, mais de um milhão, a sindicalista defendeu a rápida equiparação de salários em toda a Alemanha.

Os salários da ex-RDA ainda são muito inferiores, representando cerca de 70 por cento dos do resto do país.

A luta dos funcionários públicos alemães insere-se num movimento reivindicativo que tem mobilizado diferentes sectores de trabalhadores na luta por melhores salários, face a uma marcada resistência do patronato e do governo da Alemanha, que invocam a pretendida necessidade de sacrifícios (por parte dos trabalhadores...) para aumentar a competitividade alemã no quadro do Mercado Comum.

Helmut Kohl entrou directamente na liça, para incitar os «parceiros sociais» a conter os aumentos salariais abaixo dos 4%, quando a inflação em 1991

foi de 4,2% e os últimos números divulgados pelo Bundesbank revelam uma tendência para o seu aumento.

No início deste mês, e após dois meses de luta, que passaram por paralisações de trabalho, particularmente seguidas em grandes cidades com Hamburg

e Frankfurt, os empregados bancários conseguiram aumentos salariais da ordem dos 6,4 por cento.

São os trabalhadores da siderurgia que, em Fevereiro, na sequência de uma ameaça de greve no Ruhr, abrem a primeira brecha no tecto salarial que governo e patronato pretendiam im-

por. O nível de referência para os outros salários passou assim para os 6,4%.

O acordo alcançado na banca — onde entretanto se avoluma também a reivindicação de redução do horário de trabalho — abre agora caminho à luta dos trabalhadores da função pública.

Factos inquietantes

Nos Estados federados que constituíam a RDA, os candidatos à Função Pública são obrigados a preencher questionários em que lhes é perguntado se foram membros do SED, ou de outro partido autorizado na RDA ou ainda filiados num sindicato. Prática velha na Alemanha, mas hoje ainda agravada, apesar de ir contra o artigo 3 da Constituição que estipula que «ninguém pode ser prejudicado ou favorecido em função do sexo, origem, raça, língua, país de origem, religião, opiniões religiosas ou políticas».

Este um entre outros factos inquietantes, que ocorrem na Alemanha de hoje, ao arripio do respeito pelos mais elementares direitos humanos.

De referir, por exemplo, a expulsão de alemães de Leste, por força do direito reconhecido aos antigos proprietários, na Alemanha Ocidental, de recuperar os seus bens imobiliários do passado.

Numerosos funcionários são vítimas da decisão de não contabilização dos anos de serviço quando da existência da RDA, para efeitos de reforma, sempre que se considera terem sido demasiado «próximos do sistema». A lei que fixa actualmente o montante das reformas e pensões penaliza os cidadãos da ex-RDA. Os sistemas de pensões complementares deixaram de ser tomados em conta.



O desemprego e um grande desencanto, na ex-RDA, com a evolução da situação socioeconómica, têm vindo a ser utilizados pela extrema-direita. Cerca de 400 agressões contra estrangeiros foram registadas no primeiro trimestre de 92

Na verdade, os trabalhadores da ex-RDA são duplamente discriminados, por um lado, auferem de rendimentos claramente inferiores (o que constitui uma preocupação por parte do movimento sindical alemão), por outro são atingidos por uma discriminação suplementar no exercício de alguns cargos e profissões. De referir o caso dos professores do ensino superior, da Faculdade de Medicina de Humboldt, que desde Novembro de 91 viram os seus rendimentos reduzidos ao nível do de um assistente, em princípio de carreira, na Alemanha Ocidental.

Em 1991, mais de 20.000 professores foram afastados.

Nos novos Lander dirigidos pela CDU (Democracia Cristã), as comissões encarregadas da escolha dos juizes não aceitam mais de 50% de cidadãos da ex-RDA. Em Berlim, a situação é particularmente grave, sendo essa percentagem reduzida aos 10%.

O PSD (ex-comunistas) é o alvo principal destas acções discriminatórias, algumas particularmente orientadas no sentido de tentar desvalorizá-lo aos olhos do eleitorado, na perspectiva das eleições municipais de Berlim, em 24 de Maio.

A sua sede central foi revistada cinco vezes desde Outubro de 1990.



Encontro PCP/DKP

Helga Rosemberg, membro do Secretariado do CC do Partido Comunista Alemão (DKP) e um dos seus porta-vozes, foi recebida no Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, por Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, acompanhado por Albano Nunes, membro do Secretariado, e Laura Cunha, da Secção Internacional.

Durante o encontro foram trocadas informações e opiniões acerca da situação nos dois países e a actividade dos dois partidos e questões da actualidade no plano europeu e mundial.

Foi confirmada a vontade de desenvolver as relações de amizade e solidariedade entre os dois partidos, tendo sido dirigido ao DKP convite para a visita a Portugal de uma sua delegação e transmitido ao PCP o convite para se fazer representar no próximo Congresso do DKP.

Afeganistão

Crise e jogos de poder

A situação que actualmente se vive no Afeganistão é de total instabilidade. Dificilmente alguém saberá dizer mesmo quais serão as perspectivas até ao próximo fim-de-semana. Como pano de fundo, os jogos de poder entre grupos armados, marcados por diferenças tribais e religiosas, e pelos respectivos apoios exteriores.

Neste momento, Cabul, cercada, é governada por um Conselho Provisório, composto por quatro vice-presidentes, pelos presidentes das duas câmaras do Conselho

Nacional e representantes do Partido Democrático do Povo Afegão (Watan), até à data no poder. Abdul Rahim Hafet é o presidente interino do país, uma figura considerada como favorável a consensos políticos.

Multiplicam-se os apelos a uma solução política, negociada, da crise. Numa declaração lida à imprensa em nome dos quinze membros do Conselho de Segurança da ONU, o seu presidente em exercício, o embaixador do Zimbabwe, Simbarashe

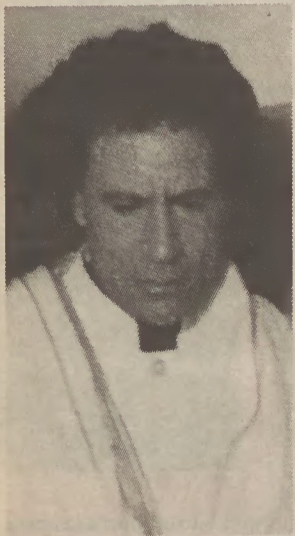
Mumbengegwi, pediu «a todas as partes envolvidas que mostrem contenção e apoiem os esforços do emissário do secretário-geral, Benon Sevan, a favor de uma solução política da crise afegã, que é a única solução».

Entretanto, é uma lógica de guerra e de ambições de poder que domina o país. Gulbuddin Hekmatyar, dirigente do Hezb-e-Islami, partido islâmico fundamentalista, assente quase inteiramente na etnia patchum, e esmagadoramente apoiado pelo Paquistão, tem reais pretensões

a um poder absoluto e ameaça eliminar a Junta Militar se esta não se render «incondicionalmente» às suas forças.

Outros grupos islâmicos, com destaque para a Jamiat-islami, coligação de base essencialmente tadjique, dirigida por Massud, parecem apostar num governo conjunto integrando vários grupos islâmicos.

Neste compasso de espera, a população de Cabul vive na expectativa de mais guerra e morte no confronto entre grupos rivais.



O chefe do Estado líbio, na foto, é alvo, como o seu país, do recurso a sanções económicas que, segundo o CPPC, «têm criado situações desumanas», correndo-se o risco, como acontece no Iraque, de as sanções matarem mais inocentes do que a própria guerra

Líbia

CPPC denuncia «pretensão julgamento de um caso de terrorismo»

«A resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas que começou a ser aplicada contra a Líbia não pode, num primeiro nível de análise, desligar-se do conjunto de decisões e comportamentos assumidos por aquele organismo, de algum tempo a esta parte e, com particular destaque, em toda a crise do Golfo e episódios subsequentes», afirma-se em Declaração do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), a propósito das sanções contra a Líbia.

Na Declaração sublinha-se que o CPPC «sempre condenou política e moralmente o terrorismo» e tem insistido que «a resolução dos problemas sociais, políticos e económicos — que constituem o terreno fértil para o desenvolvimento do terrorismo e para a sua existência, expansão e afirmação do fundamentalismo étnico e religioso — deve fazer-se por via pacífica e no respeito mútuo».

Desenvolve-se paralelamente uma frontal crítica ao posicionamento que o Con-

selho de Segurança tem vindo a assumir, nomeadamente pelo seu papel no agravamento de tensões no mundo.

«Ao invés de aplacar conflitos e se orientar de forma permanente para a sua resolução política, através do diálogo e da negociação, a postura do Conselho de Segurança, em certos momentos, abre e agrava focos de tensão na cena internacional, propícios à eclosão de conflitos militares» — afirma o CPPC, que dá também particular destaque às consequências socioeconómicas das sanções — «O recurso a sanções económicas tem criado situações desumanas, atingindo muito particularmente crianças, velhos e mulheres; como acontece por exemplo no Iraque, corre-se o risco das sanções matarem mais inocentes do que a própria guerra».

Abordando concretamente a Resolução do Conselho de Segurança que impõe um embargo económico e aéreo contra a Líbia, a Declaração do CPPC destaca, como factos que importa considerar:

«a) Esta Resolução e os meios e iniciativas desen-

deadas tendo em vista a sua aplicação inscrevem-se no quadro de um afrontamento continuado e violento dos Estados Unidos da América contra a Líbia, cujo episódio mais significativo foi o «raid» aéreo contra Tripoli e Benghazi, em 1986, dirigido contra a própria residência do Chefe de Estado, matando uma das suas filhas;

«b) a Resolução foi tomada antes que o Tribunal Internacional de Haia tenha proferido qualquer sentença sobre o assunto; este argumento continua a ser válido mesmo depois de o Tribunal ter recusado «emitir um parecer provisório» como tinha sido solicitado pela Líbia;

«c) foram sucessivamente recusadas, e continuam a sê-lo, todas as propostas e iniciativas de mediação e negociação, o que demonstra que, mais do que o pretensão julgamento de um caso de terrorismo, o que está em causa é levar por diante um processo político de humilhação e submissão de um Estado soberano;

«d) são legítimas e pertinentes as interrogações e

dúvidas colocadas, quer quanto à legalidade e legitimidade da medida agora aplicada com os fundamentos que foram apresentados, quer mesmo quanto à sua justeza:

note-se que diversas fontes, americanas, israelitas e inglesas, têm apontado não a Líbia mas a Síria ou o Irão, como eventuais instigadores do atentado de Lockerbie;

«e) vale a pena fazer notar que este processo é desencadeado no quadro de uma campanha eleitoral na qual George Bush está a enfrentar dificuldades; recorde-se, a este propósito, como foi manipulada a opinião americana para o apoio ao presidente Bush no decurso da Guerra do Golfo;

«f) acresce — e este não é por certo o elemento menos importante de toda esta problemática — que esta Resolução para além de agravar a tensão numa região já de sim altamente conturbada e onde os fundamentalismos ameaçam alargar a sua influência, é susceptível de influenciar negativamente o Processo de Paz no Médio Oriente.»

Brasil

Polícia participa no extermínio de crianças

Os menores assassinados nas ruas das cidades brasileiras são maioritariamente de raça negra e jovens pobres, enquanto os assassinos, de maneira geral, são agentes ou têm ligações com os serviços locais da polícia e segurança.

Um documento oficial da Câmara de Deputados brasileira, elaborado após oito meses de trabalho, denuncia que a vítima típica é o rapaz, pobre, negro, com idade inferior a 16 anos, que sobrevive a vagar pelas ruas.

O estudo revelou que entre 1989 e 1991 foram assassinadas no Brasil 4611 crianças e adolescentes — uma média diária de 4,2 — das quais 52 por cento foram vítimas de uma arma de fogo.

Organismos humanitários receiam que um número indeterminado de menores dados como desaparecidos tenha sido assassinado.

O extermínio institucional, como o denominou o Núcleo da Violência da Universidade de São Paulo (USP), ocorre nas grandes cidades brasileiras como o Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte.

Uma alta percentagem dos 120 testemunhos recolhidos pela Comissão Parlamentar, presidida por Rita Camata, acusa a polícia de participar ou ser cúmplice no extermínio das crianças com a total impunidade das autoridades.

No Rio de Janeiro e São Paulo foram já identificados polícias que participaram em assassinatos de crianças, além de irregularidades nos registos policiais, inclusivamente na relação de óbitos no Instituto de Medicina Legal.

Um testemunho da Comissão, além de denunciar que agentes da polícia militar de São Paulo cometem assassinatos a título pessoal, declara que os menores são submetidos a tortura, com a utilização de máquinas eléctricas.

Integrada por 15 parlamentares de 12 partidos da Câmara de Deputados do Brasil, a Comissão exigiu a Procuradoria-Geral da República que inicie processos contra os presumíveis responsáveis do extermínio, e propôs leis para o combater.

«Reprovamos este holo-

causto. Não nos repugna somente o seu lado social, político, jurídico e ético. Condenamos a partir da nossa verdade existencial, de seres humanos com acesso à dimensão da morte, o amor pela vida», lê-se no texto dos deputados.

ESCAP reunida em Pequim

Butros-Ghali alerta para recessão

O secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, alertou para a «possibilidade de uma recessão global» e disse que o desenvolvimento socioeconómico «deve ser uma das primeiras prioridades das Nações Unidas».

«A situação é crítica e requer acção urgente. A economia mundial sofreu consideráveis choques e nos últimos anos houve um abrandamento geral», disse Butros-Ghali na abertura da 48.ª sessão da Comissão Económica

e Social da ONU para a Ásia-Pacífico (ESCAP).

A reunião da ESCAP, que decorre em Pequim até 23 de Abril com representantes de 47 países e regiões, entre as quais Macau, é a primeira do género realizada na República Popular da China.

O secretário-geral da ONU saudou o «fim da guerra» como «uma oportunidade única» para o desenvolvimento equilibrado do mundo, salientando contudo que a situação na Europa de Leste e na antiga União Sovi-

ética constitui «fonte de grande incerteza».

Butros-Ghali lembrou por outro lado que «alguns países da Ásia e a maior parte da África e América Latina enfrentam há muitos anos uma situação crítica».

«Na verdade, em grande número desses países o nível de vida regrediu», disse o secretário-geral da ONU.

Butros-Ghali realçou a «vigorosa performance económica» da Ásia-Pacífico, mas lembrou que «mesmo nesta região há ainda países

que necessitam de apoio e assistência para acelerar o seu progresso».

«É ainda na Ásia que existe a maior concentração de absoluta pobreza e analfabetismo», disse Butros-Ghali.

O secretário-geral da ONU elogiou a política de «coexistência pacífica» de Pequim e disse que «a China, como o mais populoso país em vias de desenvolvimento, compreende bem as aspirações dos povos do Terceiro Mundo».

É necessária outra política agrícola

■ Lino de Carvalho

A agricultura e os agricultores portugueses estão hoje a braços com uma crise sem precedentes resultante de uma conjunção explosiva de factores estruturais e conjunturais, agora agravada pela seca, a que o PSD, à frente do Ministério da Agricultura há anos, tem sido incapaz de dar resposta.

O inventário da crise

O inventário é elucidativo: os produtores de vinho mantêm nas adegas, pelo segundo ano consecutivo, milhões de hl sem escoamento; os produtores de tomate debatem-se com a diminuição das áreas de plantação (prevê-se que sofram uma quebra de 40% na campanha de 92), com a dívida de cerca de 1 milhão de contos por parte dos industriais que entretanto já receberam os respectivos subsídios comunitários com o aval do Governo, industriais que por sua vez perderam nos últimos anos mais de 30% dos mercados externos e com o não cumprimento das promessas eleitorais do ministro da Agricultura que lhes tinha garantido pagar o diferencial resultante de uma aplicação precipitada dos novos critérios de classificação; mais de 16 600 produtores de leite, 17% do número total de produtores (e, ao que consta, o número real é bastante superior), inscreveram-se para resgatar a sua quota e abandonaram a produção, o que evidencia a falta de perspectivas para milhares de agricultores.

Os produtores de carne de bovino e ovino viram os preços cair cerca de 30% e 15% e debatem-se com crescentes dificuldades de escoamento; a produção futura de cereais e as respectivas regiões produtoras estão seriamente comprometidas pela ausência de uma política de apoio ao reordenamento da produção, à introdução de novos cultivares e à falta de um programa de incentivo a culturas alternativas como as proteaginosas; na produção hortofrutícola, onde é opinião consensual que Portugal detém aí vantagens comparativas, verifica-se que nas frutas passámos de uma situação em que, em 1985, exportávamos 2 vezes mais do que importávamos para uma situação actual em que importamos 3 vezes mais do que exportamos. Nos hortícolas frescos passámos de um quadro onde exportávamos 10 vezes mais que importávamos para uma situação em que as importações já igualem as exportações.

Se nos virarmos para a política florestal o panorama não é mais brilhante: a orientação seguida nos últimos anos não obedeceu a nenhuma estratégia de defesa e valorização do património florestal português que desse corpo a uma política de ordenamento dos espaços florestais e de prevenção contra os incêndios. O incremento da área florestal tem vindo a ser feito de forma casuística e anárquica, ao serviço sobretudo dos interesses das celuloses.

Como resultado desta ausência de uma política de defesa, valorização e ordenamento da floresta aí está o galgar, de ano para ano, dos incêndios florestais: mais de 100 mil hectares desde 1980 que percorreram mais de 1 milhão de hectares, lambendo inclusivamente vastas áreas protegidas.

No plano agrícola regional, os PDAR's não têm tido eficácia visível e o caso do Alentejo é, sem dúvida, um dos mais paradigmáticos: a ausência de uma política da água para a região (como, aliás para o País), o adiamento indefinido de projectos hídricos estratégicos como o Empreendimento do Alqueva, a ausência de uma política de fomento e reconversão agrícola leva, numa região essencialmente agrícola e onde não se verifica uma interpretação do trabalho na agricultura com o trabalho na indústria como existe em muitas zonas de pequena exploração, ao despovoamento e enfraquecimento do tecido económico e social. Não há, no País, uma política de gestão dos recursos hídricos como não há uma política integrada de desenvolvimento rural. As consequências resultantes da seca aí estão e são um enorme libelo acusatório contra o Governo.

As cooperativas de comercialização, decisivas para o escoamento de muitas produções estão em grande parte à beira de ruptura financeira. Não se investe vigorosamente no associativismo de produção e na criação de novos mecanismos de ligação dos produtores ao mercado. A expectativa criada aos jovens agricultores está a ser frustrada. Os serviços de extensão rural, de investigação agrícola aplicada, de orientação e informação agrícola não funcionam com eficácia, não saem para o campo, não rompem com a enorme máquina burocrática que é o Ministério da Agricultura.

Poder-se-ia dizer que de qualquer modo o esforço de mobilização de fundos comunitários e nacionais e as políticas a montante da produção estariam a preparar, a prazo, as alterações estruturais que se impõem.

Mas não é assim. O resultado de cerca de 400 milhões de contos de investimento têm-se vindo a esfumar como as especiarias da Índia. Um indicador: a evolução do valor da produção bruta por hectare por unidade de SAU tem diminuído à taxa média anual de 9%. Quando em 85/86 correspondia a 52% da média comunitária não ultrapassa hoje os 46%.

Enquanto se mantém a pressão sobre os preços ao produtor (sem qualquer efeito positivo para os consumidores), os agricultores continuam a ser obrigados a pagar os factores de produção e os combustíveis a preços superiores em 30%, 40% ou mais do que a média comunitária. Dois exemplos: os adubos compostos custam, na CEE, em média 22.44 ECU's e em Portugal 31.85 ECU's mais 42% (sem contar com o IVA). O gasóleo está na Comunidade a 58\$00 (valores médios), em Portugal os agricultores são obrigados a comprá-lo a 70\$00.

Entretanto crescem as dividas e atrasos nos pagamentos por parte dos organismos oficiais. Aliás, todo este emaranhado de indemnizações, contrapartidas, prémios e subsídios atrasados deu lugar a mais um tentacular edifício burocrático (a que a corrupção anda associada). Chegou-se ao ponto de haver já produtores que se vêem obrigados a contratar advogados para conseguirem receber do INGA os prémios e subsídios a que têm direito! Os agricultores são empurrados para semear ou conservar o efectivo pecuário só para receber o subsídio e aguentar os rendimentos e não motivados por preocupações de melhorar a qualidade e a produtividade. O discurso da qualidade, que o ministro tanto falou e que agora já abandonou, encontra nos efeitos da actual política o seu mais cabal desmentido.

Não é por isso de estranhar que todos os indicadores globais da situação económico-social na agricultura se degradem. Dois deles resumem todo este quadro: o défice da balança alimentar agravou-se em 141% durante a 1ª etapa do período de transição.

Os rendimentos dos agricultores, de acordo tanto com o Eurostat como o INE, têm vindo a cair ano após ano. Só no ano de 1991 o rendimento dos agricultores portugueses caiu 24,4% enquanto na média comunitária a quebra não foi além de 4% e nos países que nos são mais próximos, como a Espanha e a Grécia, os agricultores, no primeiro caso, mantiveram o seu rendimento e, no segundo, aumentaram-no em quase 6%.

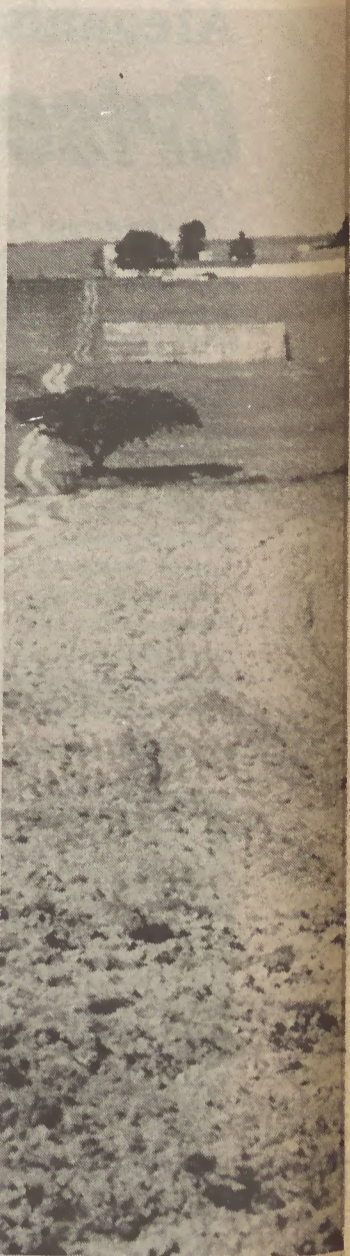
A situação vai agravar-se no próximo ano com a política de congelamento de preços decidida pela Comunidade para a próxima campanha associada à valorização cambial do escudo.

A reforma da PAC

Assistimos, hoje, a críticas à política agrícola nacional e comunitária vindas de todos os quadrantes, mesmo daqueles que têm sido o seu principal suporte.

Ao longo de anos, desde a adesão e ainda antes da adesão, o País e os agricultores assistiram ao discurso irresponsável das facilidades, dos subsídios, do dinheiro a jorros. PSD, CAP — mas também o PS — criaram ilusões a milhares de agricultores.

Prometeram o Paraíso,



25 ABRIL é jovem

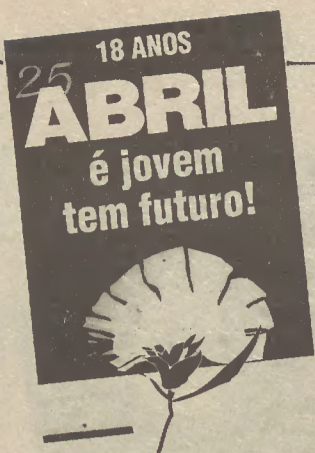
Nunca até hoje na Terra,
Como em Portugal se viu,
Um soldado em pé de guerra,
Para meninos sorriu.

João Paulo dos Santos Amaro
Telescola - Santarém (1979)



António Fernando Moreira
2.ª fase - 2.º ano - Escola 24, 6.ª zona (1979)

tem futuro



Eu sou uma criança
 do país de Abril,
 Sou livre de escrever o que quero
 Sou livre de ver passarinhos
 E gosto de ir à escola
 Sou livre de ver ribeirinhos
 E de dar nomes a pedras
 A pedras muito limpinhas
 Com o seu musgo na frente
 Mas não são branquinhas
 Como as folhas de papel
 Onde escrevo textos livres.
 Gosto muito de ver flores
 Como uma rosa
 muito lindinha
 muito graciosa
 muito rosadinha.
 Gosto de ver um cravo
 Cor-de-rosa e vermelhinho
 que represente a liberdade
 Cá pr'ó meu coraçãozinho.
 Sou livre de tudo
 Mas só uma coisa
 eu não posso realizar,
 é um sonho que sempre sonhei
 é andar de cavalo
 e ver campos verdinhos,
 lindos passarinhos muito azuis e amarelinhos.

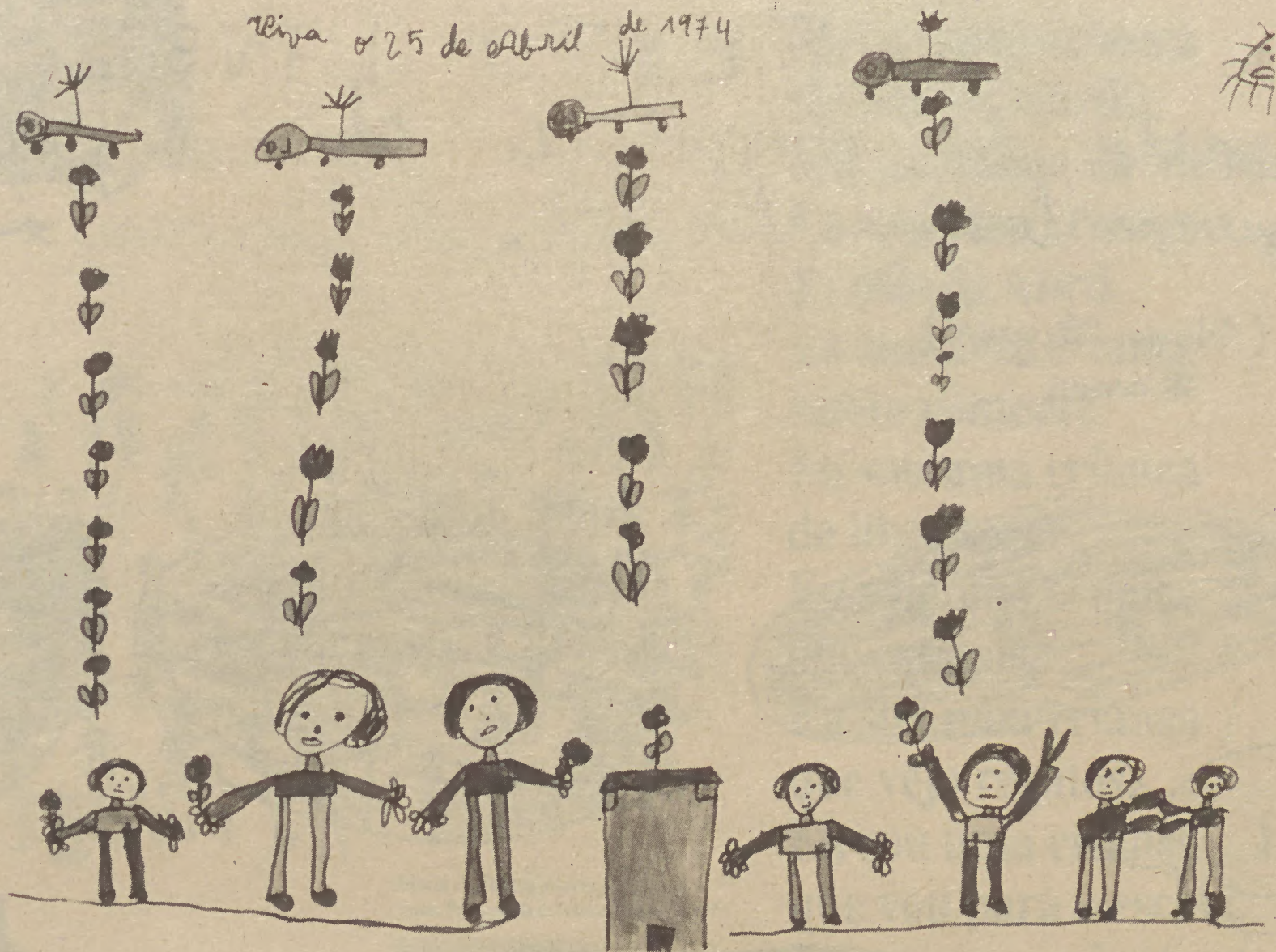
TEXTO LIVRE

Lá na minha escola a gente faz a
 democracia. Muitos a falar opinião é que é a
 democracia e a gente gosta, mas o Paulo que sempre
 falar primeiro e isso assim não é a democracia.
 (Paulo José)



(Paulo José) Escola Primária da Várzea do Sinto
Faixa etária - 6 a 8 anos

Luísa Margarida Figueiredo Miranda - 9 anos
 Escola Primária de Canas de Senhorim (1979)

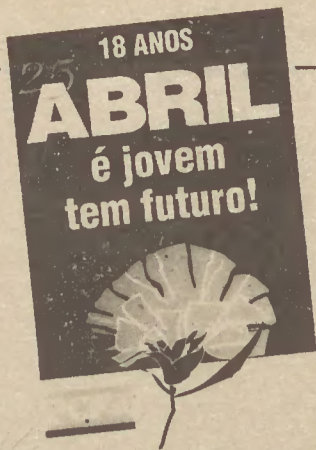


O dia 25 de Abril deu a liberdade ao País.
 Já não se prendem as pessoas por dizerem o que pensam.
 No dia 25 de Abril toda a gente parecia estar contente.
 Todos cantavam pelas ruas. Parecia uma festa.
 Agora ainda cantam, mas já não são todos.
 Porque será? Já não gostarão de cantar ou já não estarão contentes?
 Eu queria que o 25 de Abril fosse todos os dias...

Margarida Maria - 9 anos (1979)



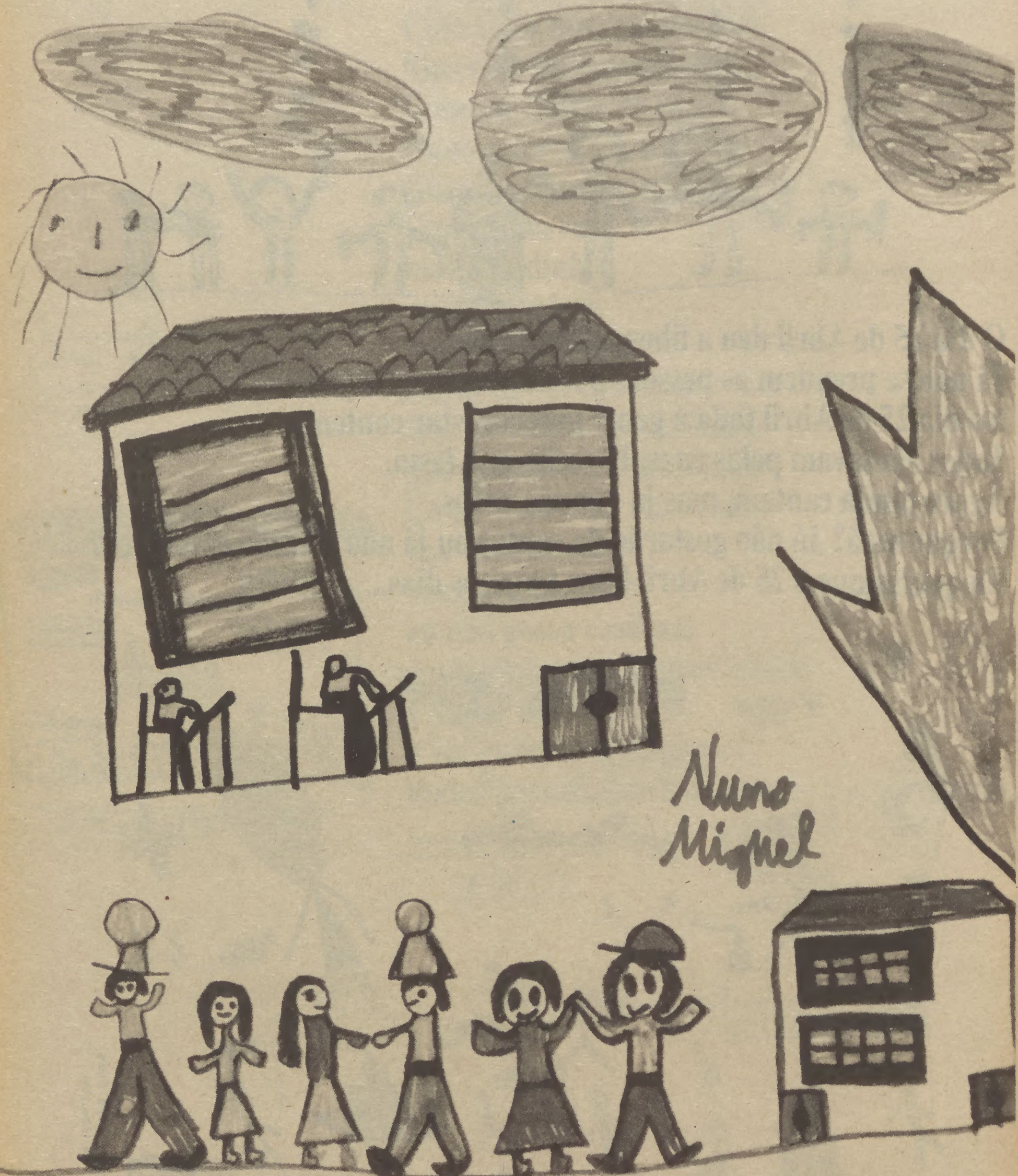
Tiago Lencastre Oliveira - 6 anos
 Escola Mista nº 210 - Lisboa (1979)



TEXTO LIVRE

Não gosto das guerras da televisão porque as guerras tiram a liberdade. A liberdade é alegre.

(Nuno Miguel)
7 anos



Nuno Miguel - 7 anos
Escola Primária da Várzea de Sintra (1979)



Maria de Fátima Soares - 7 anos
Escola Preparatória de Pombeiro da Beira (1979)



Jorge Manuel - 7 anos
Escola nº 3 - S. João da Madeira (1979)



Maria Elizabeth Janeiro Verissimo - 11 anos
Escola Carolina Micaellis (1979)

Eu sou uma criança
Do país de Abril!
Sou do tempo da liberdade!
Eu sou uma criança
do mês de Abril.
Eu sou uma criança
muito contente.
Eu sou uma criança
de liberdade.
Eu sou uma criança
dos campos.
Eu sou uma criança
que vejo regatos.
Eu sou uma criança
que vou para a escola.
Eu sou uma criança
que vou aprender.
Eu sou uma criança
que tenho alegria.
Eu sou uma criança
que vou passear.
Eu sou uma criança
que não faço mal.
Eu sou uma criança
que gosto de brincar.

António Manuel Carreira Pais - 12 anos
Escola Primária de Canas de Senhorim (1979)



Ser livre
é dançar na chuva.
Ser livre
é ter a rosa da justiça.
Ser livre
é voar pelos campos.
Ser livre
é viver.
Ser livre
é poder brincar.
Ser livre
é escrever o que sentimos.
Ser livre
é pegar na rosa da verdade.
Ser livre
é poder ir à escola.
A palavra liberdade é isto tudo.
É lutar pela vida.
LIBERDADE!...
LIBERDADE!...
Que lindo anel de ouro!...
Que linda rosa de cristal!...



Alunos da 1ª fase - 6-8 anos
Escola Primária da Várzea de Sintra (1979)

Em 1974, tempo da revolução
Eu como era muito nova
Não me deu preocupação.

Para uns foi muito bom
O 25 de Abril
Uns puseram a chorar
E outros ficaram a rir

Para uns foi muito bom
Para outros muito mau
Até chegou a altura
Em que jogavam com um pau.

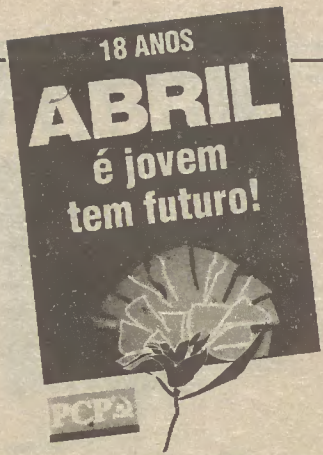
Esse Dia para mim
Sempre há-de ser lembrado
Deus queira que sempre o passe
Como sempre o tenho passado.

O 25 de Abril adoro-o no coração
Nasceu a minha maninha
Um ano depois da revolução

Mesmo pobre como sou
Com muita satisfação
Vou terminar os versos
Eu sou Vitória Lapão.

Vitória de Jesus Cristo Lapão - 10 anos
Escola Preparatório de Sebastião da Gama - Estremoz (1979)

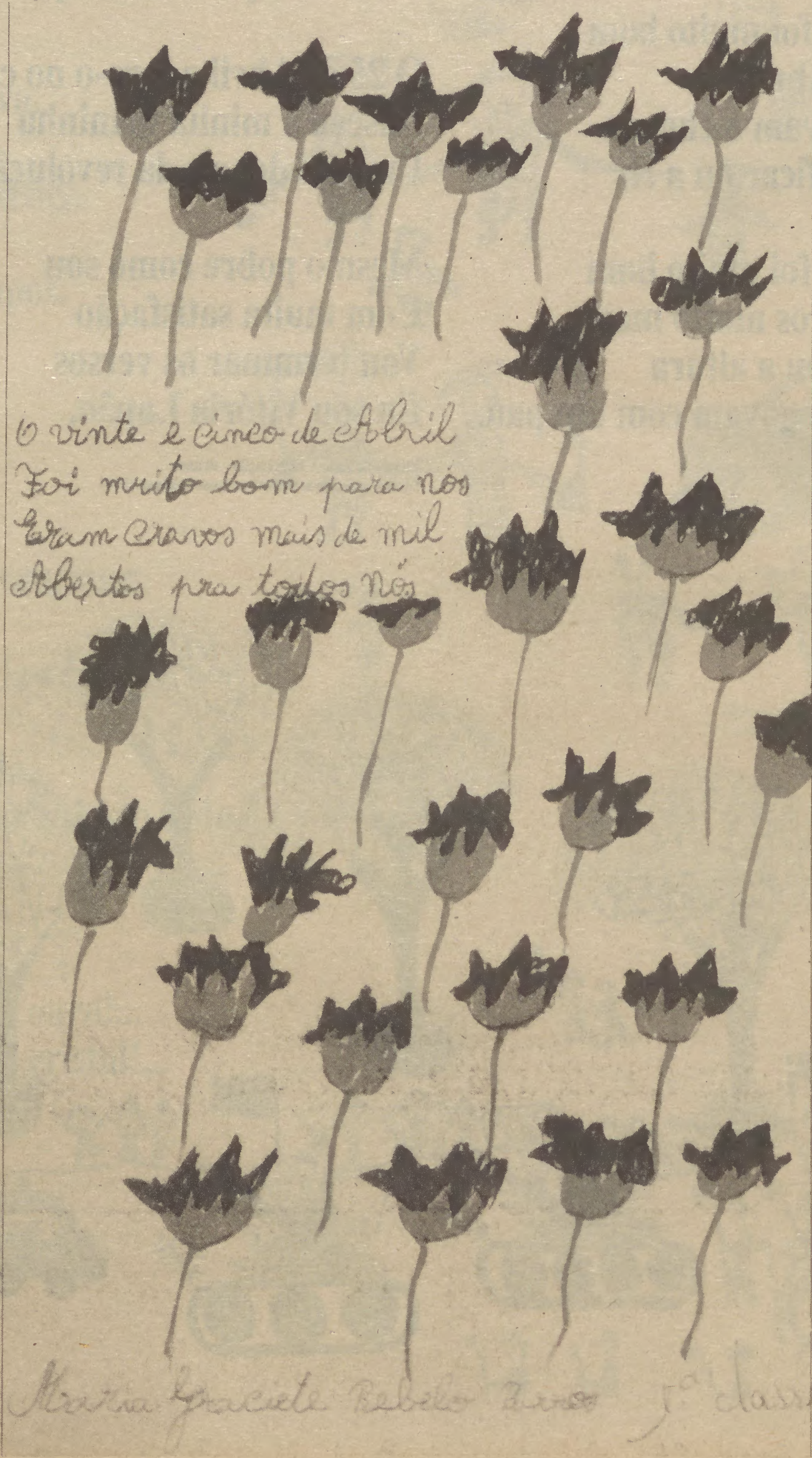




SUPLEMENTO

**Liberdade é livre como uma Flor.
Liberdade está tão linda, tão linda como a minha mãe.**

Nuno Manuel Gomes Quintão Lage - 10 anos
Escola Primária do Murtal (1979)



der
De
me
aos
ser

do
FE
ten
das
ção

por

con
pou
e co
apr

três
bas
apo
per
exp

Rel

reg
gue

das

agr
nív
fac

cer
mil
imp
alin

liza
agr
ban
ago
col
que
abs

hist
can
que
cult



Presidência, por aceitar os seus princípios, não insistindo na diversidade profunda das agriculturas regionais, prejudicando a agricultura portuguesa e reduzindo a capacidade negocial do País unicamente com o objectivo propagandístico de precipitar o encerramento de dossiers durante este primeiro semestre.

O PCP tem propostas

Importa travar e inverter este processo.

A par de um Projecto de Resolução apontando 17 medidas concretas (que o «A vante!» já divulgou), de emergência e estruturais para o combate à seca e às suas consequências, o Grupo Parlamentar do PCP entregou na Mesa da Assembleia da República um projecto de Resolução sobre a reforma da PAC e a política agrícola nacional.

O PCP propõe os seguintes princípios e medidas concretas de política agrícola:

- A reconsideração das condições de integração da agricultura portuguesa na PAC;
- A defesa de uma reforma da PAC que atenda à diversidade das agriculturas comunitárias e que corrija as diferenças existentes entre os níveis de desenvolvimento e entre os rendimentos dos agricultores dos vários países da Comunidade, que reconheça o direito de cada país à segurança alimentar, que defina mecanismos de sustentação dos preços e rendimentos modulados em função das especificidades nacionais e regionais e limitados em função da dimensão das explorações e do seu grau de intensificação;
- Portugal deverá invocar o interesse vital para o país que envolve a Reforma da PAC se os interesses nacionais não forem suficientemente acautelados e protegidos;
- Sem prejuízo da necessidade do lançamento de um Programa Nacional de Orientação, Reconversão e Fomento da Produção Agrícola, Pecuária e Florestal, o PCP propõe um Programa de Emergência que dê resposta urgente às áreas que actualmente estão a sentir maiores dificuldades: a elaboração de um pacote de medidas de apoio técnico e financeiro para as cooperativas de comercialização; uma intervenção excepcional no mercado do vinho e medidas de financiamento à destilação; uma intervenção no mercado da carne de bovino a preços reenumeradores e suspensão temporária das importações, o pagamento imediato aos produtores de tomate do diferencial da campanha de 91 prometido pelo ministro da Agricultura e das dívidas dos industriais;
- Uma política financeira e de preços a montante da produção que promova a aproximação dos preços dos factores de produção e dos combustíveis para a agricultura e das taxas de juro aos valores médios da Comunidade.

Os agricultores portugueses têm o direito a produzir, a verem a sua função socialmente valorizada, a serem reenumerados de acordo com o seu trabalho, e devem rejeitar ser transformados

em pensionistas do Estado para viverem à sombra da segurança social.

O País precisa de preservar o seu espaço rural, de garantir um nível suficiente de segurança e aprovisionamento alimentar, de promover produções competitivas e onde possa ter vantagens comparativas (e onde se inclui o fomento de produções regionais de reconhecida tipicidade), de assegurar o futuro da sua agricultura e dos seus agricultores, designadamente dos pequenos e médios agricultores que contribuem com 60% do VAB agrícola.

Para isso, é indispensável rejeitar esta proposta de reforma da PAC e reorientar totalmente a política agrícola nacional. A movimentação e a luta da lavoura portuguesa, que já se estendeu aos Açores, devem merecer uma total solidariedade porque só elas podem mudar o rumo de uma política agrícola que, decididamente fracassou, não serve nem os interesses nacionais, nem os interesses dos agricultores portugueses.

deram o Purgatório e estão agora a empurrar para o Inferno! Desde o início que o PCP advertia que a actual PAC, feita à medida das agriculturas mais ricas da Europa, não se adaptava aos interesses do nosso país e dos países e explorações menos desenvolvidos e por isso deveria ser modificada.

A Comissão das Comunidades confirmou-o em Fevereiro do ano passado ao afirmar que «80% do apoio concedido pelo FEOGA se destina a cerca de 20% das explorações» e que o «sistema não tem em devida conta os rendimentos da grande maioria das pequenas e médias explorações familiares», nem «as situações de determinadas regiões».

Então, e só então, ouvida a voz de Bruxelas, o Governo português começou a criticar a PAC e a reclamar a sua reforma.

Mas a proposta concreta de Reforma da PAC contida na comunicação da Comissão ao Conselho de Julho de 91, tem pouco ou nada a ver com as intenções apresentadas em Fevereiro e com os proclamados objectivos de coesão económica e social aprovados em Maastricht para a União Europeia.

De um ponto de vista global, a proposta optou pela pior das três soluções possíveis: as ajudas por ha em vez das ajudas com base na produção impondo um tecto acima do qual não haveria apoios ou as ajudas completamente desligadas da produção permitindo um capital de maneo a aplicar na reconversão das explorações.

Do ponto de vista dos vários Estados-membros a proposta de Reforma da PAC

- Não tem em conta a diversidade profunda das agriculturas regionais e, em particular, a especificidade da agricultura portuguesa, tratando a Europa como um todo igual;
- Ignora factores nacionais determinantes para o rendimento das explorações e dos agricultores;
- Ignora, no caso de Portugal, as deficientes estruturas agrárias, as limitadas áreas de solo de boa qualidade, os baixos níveis de produtividade e ainda os elevados custos relativos dos factores de produção.

Não se pode dizer a um país como Portugal, que importa cerca de 70% das suas necessidades, que abandone mais de 100 mil hectares de terra arável, que produza ainda menos e que importe mais pondo em causa um nível razoável de segurança alimentar.

Não se pode ter andado, ainda há dois ou três anos, a mobilizar os agricultores para investir e para produzir em qualidade, agricultores que em muitos casos contraíram elevadas dívidas à banca na expectativa das receitas futuras que esperavam, para agora se virem propor subsídios para que parem de produzir, coloquem as terras no regime de *set-aside* e aceitem uma enorme quebra dos preços à produção. É completamente irracional e absurdo.

Não se podem propor níveis de produtividade com base nos históricos de cada País nem critérios de extensificação e encabeçamento para efeitos da definição das ajudas compensatórias que congelariam as possibilidades de desenvolvimento da agricultura nacional, que afastariam uma grande parte dos produto-

res pecuários do acesso aos subsídios. Não se pode, por um lado, eleger a coesão económica e social como princípio e objectivo da Comunidade e, por outro, inviabilizar o desenvolvimento das agriculturas mais atrasadas e deficitárias.

Não se podem propor as mesmas medidas para países como a Holanda, onde a média do rendimento dos agricultores é de 5200 contos/ano, e para Portugal, onde essa média é de 426 contos/ano.

Não se podem penalizar países como Portugal por excedentes para os quais não contribuimos.

Não se pode afirmar (como temos ouvido a responsáveis do PSD e do Governo) que só devemos produzir o que é rentável porque, reduzindo essa afirmação ao absurdo, teríamos de fechar a maioria das actividades económicas do País.

Não se pode, em suma, acolher uma proposta de reforma da PAC irracional e absurda, que consagraria uma agricultura europeia a várias velocidades, que condenaria países de produção mediterrânica como Portugal ao abandono da agricultura onde se salvariam apenas alguns nichos que, em suma, tem pouco a ver com os interesses da Europa — e em particular com os países menos desenvolvidos e os pequenos e médios agricultores, mas mais com os interesses dos EUA e das negociações do GATT. Face a isto, como reage o Governo do PSD?

Em primeiro lugar recusa-se, sectariamente, a dialogar com todas as organizações representativas da lavoura, o que só reforçaria o poder negocial do país. O PSD, marginalizando outras estruturas e confederações, privilegiou praticamente uma única organização, a CAP, a quem tem subsidiado largamente e entregue uma grande parte das infra-estruturas da lavoura, ficando prisioneiro da estratégia dos grandes proprietários e dos interesses comerciais que têm pouco a ver com os interesses do país e da pequena e média agricultura que constitui o suporte essencial do nosso tecido agrícola.

Em segundo lugar, verifica-se que, a pouco e pouco, o Governo tem abandonado o seu discurso contra a proposta de reforma da PAC terminando agora, no decurso da



Modernidade e água benta...

A obsessão de modernidade alastra como uma epidemia e atrai todos os dias para a cama do ridículo segmentos variados da população nacional. Ser considerado moderno é o sonho maior dessas gentes que, na ânsia de se verem aceites no templo da modernidade, programam a sua actividade, a sua postura, o seu discurso para esse exclusivo objectivo.

A síndrome da modernidade é particularmente visível no sector autodenominado «nova esquerda», ou «esquerda com futuro», ou ainda, e inevitavelmente, «esquerda moderna». Pode dizer-se mesmo que, para este sector, ser aceite como moderno é questão de vida ou de morte. Enfraquecidos pelos tratos de polé a que voluntariamente se sujeitaram, estes desesperados da modernidade exibem abundantes efeitos da terapia de choque que, em dois tempos complementares, lhes foi administrada. Primeiro, um apagão geral riscou-lhes da memória princípios e valores em que durante anos acreditaram e pelos quais lutaram; depois, uma súbita revelação preencheu, com princípios e valores outros (por vezes de sentido oposto aos primeiros) o vazio criado. Estes modernistas de memória orwelliana vagueiam, assim, num universo de brumas e equívocos, presos na teia urdida pelos donos da nova ordem, procurando, cada vez mais desajeitadamente, iludir e iludir-se quanto ao rumo dos caminhos que percorrem. O desejo ardente de serem aceites e aplaudidos no selecto círculo da modernidade empurra-os para a permanente procura dos palcos que melhor lhes permitam atingir o estrelato. O *sketch* em que se exibem como renovadores de uma esquerda «velha e conservadora» é um dos seus preferidos e porventura o que mais rentável se tem mostrado. Nesse papel proclamam que o passado nunca existiu e vituperam os que, segundo eles, se mantêm presos ao... passado. Outro número que com frequência representam é o da intervenção original e espectacular através da qual se esforçam por apresentar uma irreverência jovial destruidora de tabus (embora raras vezes consigam esconder a propecta idade das ideias que regra geral traduzem). Estas práticas geram situações penosas e ridículas e com frequência descambam em desatinos discursivos de que é exemplo o caso a seguir referido.

Num recente colóquio sobre «O Futuro do Sindicalismo Europeu», José Luís Judas produziu a original e espectacular reflexão que se segue: «Pode ser que o homem não precise de sindicatos no ano 2000» (sic). Se tal afirmação proviesse de um qualquer cidadão anónimo e tivesse sido proferida no café, depois da bica, ou no autocarro a (des)propósito das greves dos trabalhadores dos transportes, não teria qualquer relevância. Disparates semelhantes ouvem-se com frequência, e qualquer activista sindical de base está em condições de contrapor a uma tal afirmação um simples «e pode ser que precise...», após o que, em simples conversa de café ou de autocarro, poderá enunciar algumas das múltiplas razões que tornam a existência de

sindicatos não só necessária mas indispensável para os trabalhadores portugueses (e também para os outros trabalhadores europeus e do resto do mundo).

Acontece, entretanto, que o preopinante não é um cidadão anónimo mas um conhecido dirigente sindical e esse facto confere ao despropósito uma dimensão e uma gravidade particulares. Acresce, ainda, que a «tese» de Judas cavalga estribada numa bizarra fundamentação, cuja é: «os sindicatos só têm 150 anos e o homem tem relações de trabalho há sete mil, e viveu quase sempre sem este tipo de organizações» (outra vez sic). É óbvio que também esta argumentação (mesmo sem retirar à fulgurante incursão de Judas pela estória do trabalho o aparato de saber que a envolve) poderia ter sido aduzida pelo mesmíssimo cidadão anónimo acima desenhado. E também neste caso, o já referido activista sindical de base estilhariaria com duas gargalhadas a argumentação expendida.

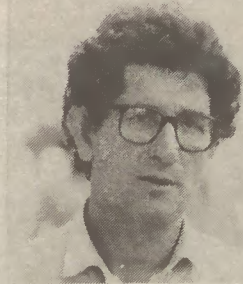
Posto isto, algumas questões emergem da semiprofecia anunciada por José Luís Judas.

Por que carga de água é que o homem (o trabalhador, bem entendido) haveria de deixar de precisar de sindicatos no ano 2000? Será que Judas pensa que os trabalhadores devem baixar os braços, desistir da luta, capitular, aceitar o capitalismo e a sua essência exploradora e oprimadora? Ou a perspectiva é a outra? Mas então que alterações, que mudanças, que evoluções é possível prever, no tempo que nos separa do ano 2000, susceptíveis de tornarem desnecessários (para os trabalhadores, bem entendido) os sindicatos? Será que, na opinião de Judas, o sistema capitalista está a chegar ao fim e estamos a meia dúzia de anos do termo da exploração do homem pelo homem, da opressão, do desemprego, das pesadas injustiças sociais inerentes ao dito sistema? (E mesmo admitindo esta hipótese absurda estaria esgotado o papel dos sindicatos?). Será que alcançamos, enfim, o ideal e definitivo modelo de organização e vida das sociedades humanas e, assim, chegámos ao «fim da história»?

Qualquer cidadão medianamente consciente do mundo em que vive sabe que a situação é bem outra e que a perspectiva de alterações nesse sentido não é visível no curto horizonte do ano 2000 pelo que a luta tem que continuar (mais avisado do que Judas na matéria se revelou o dr. Mário Soares que no mesmo colóquio observou: «O conceito de luta de classes ou de consciência de classe pode estar em mutação, mas tem uma razão sociológica de existência - o facto de continuar a haver exploradores e explorados.»).

Olhamos à nossa volta - em Portugal, na Europa e no Mundo - e que vemos? A acentuação de novas e velhas formas de exploração, sofisticadas umas, brutalmente selvagens outras; a intensificação de práticas de repressão, de intimidação e de chantagem; uma forte ofensiva visando desarticular a acção organizada dos trabalhadores; centenas de milhares de trabalhadores atirados para o desempre-

«Uma prática de permanente intervenção na defesa dos explorados contra os exploradores continua a ser, no mundo em mudança em que vivemos, a mais expressiva manifestação de modernidade.»



JOSÉ CASANOVA
membro
da Comissão Política

go e outros tantos na iminência de o serem; cada vez mais milhões de pobres (que aumentam, só na CEE, ao ritmo de um milhão por ano).

Olhamos à nossa volta e vemos que - em Portugal, na Europa e no Mundo - contra as situações acima resumidas lutam os trabalhadores e nessa luta desempenham papel decisivo as organizações sindicais.

Como é possível então que, face a esta realidade, um dirigente sindical conceba e torne pública a ideia de que os sindicatos talvez não sejam precisos no ano 2000?

Ou estará J. L. Judas a pensar no tal «sindicato» europeu, esboçado em diversas intervenções no referido colóquio? Um «sindicato» que «deve ser quase pós-ideológico mas cheio de ideias»; que deve ser um «espaço de solidariedade para construir uma economia social de mercado» e no qual não se pergunta aos recém-chegados «onde vêm» porque o que interessa é que cheguem dispostos a ir «para onde todos queremos ir» - ou seja, se a comparação me é permitida, uma estrutura muito próxima das existentes na sociedade prevista por Orwell ou, se se preferir outro exemplo, um «sindicato» de certa maneira concebido à imagem dos «bombeiros» de Bradbury (voando nas seus flamejantes carros não para apagar incêndios mas para os provocar queimando todos os livros).

Duas últimas observações:

- a bombástica reflexão de J. L. Judas, não sendo um exemplo de modernidade (antes pelo contrário), tem no entanto uma outra leitura óbvia: o facto de um dirigente sindical, em 1992, considerar que os sindicatos podem não ser precisos no ano 2000 constitui uma notável clarificação sobre o fôlego, a convicção e a determinação com que ele cumpre as suas tarefas e funções;

- mesmo correndo o risco de alguma simplificação, tenho para mim que uma prática de permanente intervenção na defesa dos explorados contra os exploradores continua a ser, no mundo em mudança em que vivemos, a mais expressiva manifestação de modernidade.



Parlamento Europeu e Maastricht

— Contradições e incoerências

■ Sérgio Ribeiro

Na última sessão plenária do Parlamento Europeu, a de Abril, o tema mais importante foi Maastricht, com a discussão e votação de um relatório da comissão institucional, elaborado pelo deputado trabalhista britânico/escocês David Martin, embora outros também igualmente importantes para nós — como o programa RETEX — tenham feito parte da ordem de trabalhos.

A discussão e votação do relatório sobre Maastricht tinha acrescido significado por, logo após a reunião do Conselho Europeu naquela cidade holandesa que vai ficar na história por aí se ter realizado tal reunião — para além de que nela parece que teria morrido d' Artagnan —, na sessão de Dezembro de 91, o PE não ter conseguido encontrar uma maioria que se pronunciasse sobre tal acontecimento.

Mas, agora, essa maioria foi confortável, e a votação a favor do relatório Martin foi apresentada como um sinal para os parlamentos nacionais rapidamente ratificarem os acordos de Maastricht. Esse sinal, que se quis enfatizar talvez para dar importância à decisão do PE e ao próprio PE, tem, no entanto, várias leituras e reflecte as contradições e incoerências que atravessam a construção da chamada União Europeia que teria sido colocada nos carris depois de Maastricht.

Antes de mais, os deputados europeus digerem mal que não tenham competência para ratificar tais acordos. A falta dessa competência é um sinal, também ela, da situação de défice democrático de que tanto se fala e a que, a bem dizer, se dá tão pouca importância. Para compensar essa «incompetência», os deputados — não todos... — quiseram que o seu voto sobre o relatório da sua comissão institucional, isto é, um mero parecer da instituição Parlamento Europeu, a partir da adopção de um parecer da sua comissão institucional, tivesse a força do tal sinal por que estariam à espera parlamentos nacionais (ainda) com essa competência ratificadora. Para essa presunção (que, como a água benta, cada um toma a que quer...), contribuíram alguns parlamentos nacionais que, expressamente, disseram não avançar com o processo de ratificação sem que o PE se pronunciasse, assim manifestando as suas reservas relativamente ao agravamento do dito défice em resultado de Maastricht.

E o PE veio, pressuroso, corrigir a sua indecisão de Dezembro, e mostrar-se, zeloso, francamente a favor, se não de Maastricht e dos seus acordos, do relatório Martin, e pareceres incorporados de outras comissões, procurando que tal fosse interpretado, como o afirmaram vários deputados, como o seu sinal verde para rápida ratificação.

A nosso ver, este processo reflecte uma situação de enorme ambiguidade e grandes contradições, com toques caricaturais ou até ridículos, que se esconde por detrás de uma larga maioria a favor do relatório Martin e da sua apresentação como um sim a Maastricht. Sim, ou parecer favorável, que, aliás, repita-se, ninguém pediu ao PE, pois para isso não lhe foi passada competência...

Como disse um deputado gaulista (o ex-ministro de la Malène), o debate foi «sobre um parecer, nem sequer um parecer sobre os acordos de Maastricht, mas um parecer sobre um parecer da nossa comissão institucional», e um outro (Musso), na sua declaração de voto, reafirmou-o limpidamente: «Este voto não é um voto de ratificação sobre o tratado de Maastricht, mas um voto sobre o parecer da nossa comissão institucional», e logo acrescentou que «este parecer, contra o qual votei na comissão, recomenda aos nossos parlamentos respectivos, é certo, que o ratifiquem, mas também se encarrega de denunciar lacunas ao mesmo tempo que reconhece os seus aspectos positivos», acabando por dizer que, para o seu grupo, se tornava im-

possível aprovar tal relatório. No entanto, se este deputado francês, gaullista, referiu a denúncia de lacunas e reconhecia aspectos positivos no relatório e anunciou que, apesar disso, o seu grupo não o iria aprovar e, até, que alguns deputados desse grupo iriam votar contra, outros deputados disseram bem mais e mais duro, sobre o relatório e sobre os acordos de Maastricht relativamente aos quais dava parecer, e tiravam a conclusão de que iriam votar a favor!...

Quase todos os deputados, senão todos e muitos foram a intervir, enunciaram aspectos positivos e aspectos negativos, só que alguns dos que mais críticos se mostraram, que mais duros foram na formulação das críticas e das preocupações sobre Maastricht foram, também, os mais decididos no voto positivo ao relatório Martin e na interpretação deste voto como recomendação, ou até apelo, para que os parlamentos rapidamente ratifiquem os acordos.

Todo o debate foi repositório de contradições, a começar por esta de se se ter votado um relatório, dando-lhe acordo expresso e prestando-lhe homenagem pelo que, nele, levaria a votá-lo contra. Para uns, Maastricht não foi suficientemente longe, ficou muito aquém do que era o mínimo desejável, pelo que era preciso que fosse rapidamente ratificado (por quem para tal tem competência...); para outros, Maastricht foi longe de mais, não podia ir tão longe, e tão desequilibradamente, pelo que era necessário apoiar o parecer da comissão institucional e reforçar o sinal a dar aos parlamentos nacionais para urgente ratificação.

David Martin, ao apresentar o seu relatório, confirmou o seu «criticism» e avançou com quatro pontos que o traduziam; Herman, co-relator e autor do parecer da comissão económica, falou de «reproches» ao texto de Maastricht, e arrolou quatro principais; Colom i Naval, autor do parecer da comissão de orçamentos, disse seguir a linha de Martin, que daria ao seu relatório «um «si» com reparos», sem poder dissimular que «a primeira reacção de alguns colegas foi bastante negativa»; o autor do parecer da comissão social, Buron, disse de «insuficiências graves», falou da

cidadania, «devendo lamentar-se que se limite a direitos cívicos e não cubra o conjunto dos direitos fundamentais — logo, os direitos sociais — dos cidadãos, como o tinha desejado o nosso Parlamento», afirmou inquietações por via das «regras que presidem à instalação da união económica e monetária» e considerou que as soluções encontradas, no domínio do social, introduzem «dificuldades jurídicas e práticas extremamente complexas»; a responsável pelo parecer da comissão dos direitos das mulheres, Domingos Segarra, não escondeu «qual foi a nossa desilusão ao comprovar que o princípio da igualdade de tratamento só está nos protocolos» e quis mostrar «a nossa preocupação pelo modo como se está a levar para a frente a convergência económica nalguns países» e concluiu dizendo «que as mulheres não nos rendemos»; para terminar esta ronda, cite-se a deputada Dury que considerou que «a disposição mais importante (de Maastricht) é sem dúvida a que prevê a possibilidade de uma revisão geral dos dispositivos em 1996»!

Os deputados portugueses também intervieram neste debate, além do secretário de Estado da Integração Económica, Vítor Martins, ter feito duas intervenções como presidente em exercício. Capucho, o cabeça de lista do PSD no PE, afirmou que «são muitas, e nalguns casos graves, as omissões e insuficiências dos acordos celebrados em Maastricht», embora as omissões e insuficiências que anota nada tivessem a ver com as dimensões sociais e regionais, e não o tivessem feito recuar perante a afirmação do «imperativo (d)» voto positivo e sem condicionalismos, acompanhado de um apelo aos parlamentos nacionais para que Maastricht seja ratificado com a brevidade possível, em ordem a que a dinâmica em curso não seja afectada; Cravinho também não hesitou em considerar que «com os acordos de Maastricht, a Comunidade ultrapassou um marco histórico na sua evolução para a união europeia», embora tenha acompanhado «as recomendações do relatório Martin no sentido de deplorar as inúmeras insuficiências de que enfermam os acordos», e de «julgar essencial obter confirmação do sucesso das negociações do pacote Delors II antes da ratificação dos acordos de Maastricht pela Assembleia da República Portuguesa»; Miranda da Silva, aliás, fizera desta ligação entre Maastricht e Delors II a questão central da sua intervenção, mostrando como a coesão económica e social fica «dependente da aprovação do futuro quadro financeiro», e, ao contrário de outros, tirou uma conclusão coerente, demarcando-se da aprovação do relatório Martin, apesar dos aspectos em que coincide com ele e que são, pela sua crítica a Maastricht, o fundamento dessa demarcação da aprovação do relatório e do sinal que nela se quer ver no sentido da incondicional ratificação de Maastricht.

Como disse René Piquet, na declaração de voto do Grupo Coligação de Esquerda, Maastricht, «em termos económicos, é, ao mesmo tempo, o ultraliberalismo e o dirigismo absoluto». É a expressão acabada de uma contradição, e os deputados deram-lhe expressão pessoal.

Para acabar, como dizia um outro deputado (que votou a favor do relatório... e do sinal que ele devia dar), «finalmente, mostramos a nossa preocupação pela posição de alguns governos nacionais que, em nome de Maastricht e para alcançar folgadoamente os índices de uma convergência económica nominal, realizam políticas anti-sociais que produzem os efeitos contrários à coesão económica e social e a uma convergência real que deve ser a expressão das condições de vida dos cidadãos europeus para além dos índices monetaristas».

Será aceitável discutir a ratificação de Maastricht sem se definir o seu quadro orçamental?

Há quem ache (nós, por exemplo) que **«é inaceitável assinar Maastricht enquanto não houver Delors II»**.

Percebe-se. Quer dizer que não é aceitável assinar, ou sequer discutir, um projecto, este projecto concreto que saiu de Maastricht, isto é, o seu quadro financeiro, isto é, Delors II, isto é, os meios para as ambições, como decorre do título do documento conhecido com o nome do presidente da Comissão mais o 2 porque o 1 foi relativo à primeira reforma dos fundos estruturais.

No entanto, há quem ache que **«é inaceitável não assinar Maastricht por não haver Delors II»**.

Percebe-se (ainda que não se concorde). Quer dizer que não se deve deixar de assinar um projecto, este projecto, este projecto saído de Maastricht, pelo facto de não estar definido o quadro financeiro em que se vai concretizar, ou seja, definam-se as ambições que os meios virão... e, se não vierem, já se entreteve a opinião pública com as mais ou menos boas intenções.

Ainda se podem encontrar formulações mais «soft» relativamente a cada uma das posições extremas:

«é aceitável não assinar Maastricht porque ainda não há Delors II».

ou

«é aceitável assinar Maastricht apesar de não haver Delors II».

Percebem-se à primeira, não obstante uma certa (chamemos-lhe) flexibilidade.

Mas há quem diga (e foi Lucas Pires) que:

«é inaceitável não assinar Maastricht enquanto não houver Delors II».

Já não se percebe bem, pelo menos à primeira. Depois, numa segunda leitura, lá se entende o que se pretende dizer com as duas negativas (Inaceitável não assinar Maastricht...) enquanto uma terceira negativa (não haver Delors II...). Quer dizer-se que não haver Delors II não torna aceitável que se não assinem Maastricht. Pensamos que é tão mau o conteúdo como a forma. Considera-se inaceitável... não se aceitar demagogia — ambições sem meios — e tal é dito de forma confusa, possibilitando ou estimulando leituras desencontradas, indefinindo o que é claro, sendo, numa palavra, política no mau sentido dessa palavra.

Conquistas dos trabalhadores no ponto de mira do Governo (1)

Intervenção de Domingos Abrantes no Porto

«O debate aqui hoje realizado confirma que os trabalhadores, as organizações de trabalhadores e as organizações do Partido defrontam na sua intervenção novos e complexos problemas em consequência das permanentes e profundas alterações que se estão a verificar no tecido produtivo, no aumento da repressão, no facto de o patronato estar hoje mais organizado e apoiado pelo Governo e disfrutando da mais completa impunidade».

Foi com estas palavras que Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do PCP, iniciou a sua intervenção no seminário recentemente realizado no Porto, no Centro de Trabalho de Boavista, ao qual chegaram os testemunhos da complexa e difícil situação dos trabalhadores, do avolumar dos problemas sociais, do acentuar das desigualdades, da generalização da precarização do trabalho e das graves dificuldades e problemas que se adensam em numerosas empresas.

O dirigente comunista, que salientou a necessidade de um profundo conhecimento da realidade para a definição de uma orientação justa que responda aos problemas, sublinhou também que tal estudo se deve inserir na preparação do próximo congresso do Partido, aprofundando as questões levantadas no seminário.

Domingos Abrantes chamou a atenção dos participantes para o facto de, na campanha eleitoral, Cavaco Silva e o PSD se terem furtado a falar sobre as perspectivas reais do desenvolvimento e sobre os grandes problemas que afectam os portugueses: Passados que são seis meses sobre a revalidação da maioria absoluta do PSD/Cavaco Silva, as consequências desse resultado tornam-se cada vez mais claras para largos sectores sociais e em particular para os trabalhadores.

O Governo falou em estabilidade, mas gerou com a sua política uma profunda instabilidade social. Há vários meses consecutivos que largos e muito variados sectores sociais protestam contra a política do Governo, naturalmente encontrando-se na primeira linha os trabalhadores.

A degradação social e os níveis de conflitualidade que tem gerado confirma existir um profundo descontentamento com a política do Governo, que se avolumam os problemas da nossa economia, que não é dada resposta a profundas carências dos portugueses em áreas essenciais.

O crescimento económico foi uma das bandeiras do Governo durante a campanha eleitoral, mas o crescimento, manifestamente insuficiente, se se tiver em conta que o nosso atraso se mede por décadas em relação aos países mais pobres da comunidade, já nessa altura havia indicadores que apontavam para uma diminuição do nível das taxas de crescimento situando-se em cerca de metade dos anos anteriores, quer em consequência da diminuição real das exportações, quer de uma baixa de crescimento do investimento.

A taxa de inflação mantém-se elevada. A aplicação do IVA a cerca de 4000 produtos, até agora isentos, já está a ter repercussões no aumento dos preços, muitos deles de bens essenciais. Para este ano é de prever que o Produto, as exportações e o investimento deverão manter taxas de crescimento muito baixos.

As debilidades estruturais da economia portuguesa revelam-se cada vez mais nas dificuldades de importantes sectores da indústria e da agricultura para fazerem frente a uma intensa concorrência externa, acentuadas por uma política financeira -- altas de juro e cambial -- valorização artificial do escudo, premiando a actividade especulativa em detrimento da actividade produtiva.

Uma das grandes vantagens apontadas para a nossa integração na CEE era estarmos integrados num grande mercado de 320 milhões de pessoas. Acontece porém que nós vamos tornando cada vez mais compradores e menos vendedores.

A vertente social da integração

Mais adiante, Domingos Abrantes deteve-se sobre a questão da chamada «coesão económica e

social», reivindicação que os comunistas apoiaram e cuja realização continuam a exigir, apesar de as promessas sobre essa perspectiva se mostrem hoje como miragens.

Seguidamente, afirmou:

A situação confirma que a defesa dos interesses nacionais tornam necessária uma nova política que promova o desenvolvimento na base do aproveitamento dos nossos recursos e capacidades, que seja orientada para a satisfação das necessidades fundamentais dos portugueses. Uma tal política exige, obviamente, uma mudança na orientação governativa do país, exige uma luta determinada contra a

política do Governo PSD/Cavaco Silva.

A política de restauração monopolista, prosseguida e intensificada após a nova vitória eleitoral do PSD, faz-se acompanhar de uma poderosa ofensiva contra as condições de trabalho e os direitos dos trabalhadores. As conquistas sociais e democráticas dos trabalhadores estão no ponto de mira do Governo.

Uma política orientada para a ultrapassagem das dificuldades descarregando os custos sobre os ombros dos trabalhadores é profundamente injusta e tem elevados custos sociais, quando os trabalhadores portugueses são, na Europa, os que mais horas trabalham e menos ganham, os que mais pagam para a segurança social e menos segurança social têm.

Portugal tem os mais baixos níveis salariais da Europa, e a grande distância mes-mo dos mais baixos e no entanto o Governo, no falso pressuposto de que os salários são os principais responsáveis pelas elevadas taxas de inflação, faz da política de contenção salarial um dos objectivos fundamentais, apesar de se saber que são os salários que determinam decisivamente o nível de vida dos trabalhadores.

O Conselho Permanente de Concentração Social foi transformado numa peça importantíssima para a consagração da política do Governo.

O Acordo firmado entre o Governo, as organizações do grande patronato e a UGT, no âmbito do CPCS, ao consagrar para os aumentos salariais um referencial, na base de hipotéticas taxas de inflação, na prática funciona como um tecto salarial e tornou-se num importante instrumento da política governamental assente nos baixos salários, além de funcionar como estímulo ao patronato para resistir às reivindicações e à luta dos trabalhadores por justas actualizações salariais. A natureza de classe desta política tem a sua expressão muito concreta

no facto de a parte do trabalho na riqueza nacional se continuar a reduzir, quer porque os salários não acompanham o crescimento da produtividade, quer porque os lucros crescem mais fortemente que os

salários. Esta distribuição da riqueza torna-se ainda mais injustificável e socialmente injusta porque ela se verifica no quadro de crescimento económico e aumento do volume do emprego, o que deveria representar um aumento da parte salarial.

No plano dos distritos, como é o caso do Porto, a distribuição da riqueza assume um carácter mais injusto. Lucros e mais lucros é a palavra de ordem. E é porque os lucros crescem (ou decrescem) no sentido inverso ao dos salários que o Governo estimula o patronato a resistir às reivindicações dos trabalhadores.

A luta reivindicativa pela melhoria dos salários, contra o Acordo saído da concertação social, incluindo o desmascaramento da UGT, pelo direito à livre negociação colectiva, deve constituir uma das direcções fundamentais da luta reivindicativa.

O Governo contra as liberdades

Referindo-se depois à prática política do Governo, que atenta contra as liberdades e direitos dos cidadãos, nomeadamente dos trabalhadores, disse Domingos Abrantes:

Em numerosas empresas os trabalhadores estão proibidos de exercer actividades sindicais. Crescem os métodos de chantagem, intimidação e repressão contra os activistas. Os processos disciplinares somam-se por milhares. E tudo isto se passa na mais completa impunidade.

Mas as violações e limitações aos direitos e conquistas democráticas não assumem só o carácter

repressivo. O direito à livre contratação colectiva é posto em causa por diversos mecanismos, incluindo a acção do CPCS. A nova organização do tempo de duração do horário de trabalho a generalizar-se (e conhecem-se já pressões do patronato para alterações mais profundas), significaria um enorme retrocesso na luta dos trabalhadores pela redução do horário de trabalho. A decisão do Governo Cavaco Silva de denunciar a Convenção da OIT, que proíbe o trabalho nocturno, fere gravemente os direitos das mulheres e terá pesados custos sociais.

Os exemplos aqui trazidos mais não fazem que demonstrar que o que se passa no distrito do Porto traduz uma realidade nacional e que os ataques aos direitos dos trabalhadores confirmam a tese do Partido, de que estamos perante um processo de desfiguração do regime democrático, desfiguração que se acentua quanto mais progride e se consolida a restauração do capital monopolista. A luta pela defesa dos direitos, contra a repressão e a arbitrariedade patronais é indissociável da luta reivindicativa geral e em muitos aspectos acabará por ser determinante para

o resultado final da luta. Não menos importante é exercer efectivamente direitos que, por subestimação da sua importância, e até por desconhecimento se deixa de exercer. **Conclui no próximo número**



O chamado «regresso das religiões»

■ Jorge André

O actual retalhar do tecido social que revestiu os grandes Estados do Leste europeu, particularmente nos casos da URSS e da Federação da Jugoslávia, tem sido acompanhado pelo recrudescimento de práticas religiosas arcaicas, com base étnica e sentido nacionalista.

O fenómeno atinge, frequentemente, proporções alarmantes, não apenas políticas mas também religiosas, preocupando as centrais que dirigem as duas mais numerosas confissões europeias, a católica e a ortodoxa. Desprovidas como estão de propostas ideológicas próprias, aceitáveis pelas bases populares, as forças políticas que dominam os novos pequenos Estados buscam fundamentos nos revivalismos culturais e religiosos.

Esta inesperada movimentação deve suscitar um grande interesse, nomeadamente no plano sociológico. Globalmente, mobiliza enormes massas humanas e vem provar que as vetustas tradições religiosas, de há muito consideradas extintas, podem ressurgir numa sociedade moderna com insuspeitado vigor.

Desenha-se, pois, em muitos de nós, a curiosidade de saber por que obscuras razões isto se pode ainda verificar? E que relações haverá entre as alterações recentes do mosaico político europeu e as mudanças em curso na geografia religiosa da Europa?

As ideias que temos sobre este assunto não pretendem esgotar um tão amplo campo de debate. Pelo contrário, visam promovê-lo, rasgar-lhe horizontes e provocar uma conversa franca, se necessário polémica mas enriquecedora do conteúdo inteligente e humano das nossas posições ideológicas.

Religiões, seitas, grupos e fracções

Os historiadores da religião assumem, frequentemente, posições controversas ou, mesmo, antagónicas. No entanto, em certos aspectos, chegam a fácil acordo, como acontece quando descrevem o arco ascendente/descendente dos percursos das grandes religiões.

Na sua fase ascensional, os sistemas religiosos mundiais arrancam a partir da simples noção individual do transcendente. Exemplo característico dessa situação é a imagem do caçador primitivo que se perde da horda e enfrenta, sozinho, a Natureza, presa dos seus medos, da sua impotência mas movido, igualmente, pela íntima esperança de sobreviver.

Mais tarde, com a fixação do Homem à terra e a divisão da propriedade, a noção individual do absoluto passou à fase dos cultos colectivos e da individualização das divindades. É nessa extensa época que se dão os primeiros passos no sentido das grandes religiões de massas.

Do simples para o complexo, foram surgindo formulações religiosas cada vez mais ousadas, incorporando elementos culturais da maior importância, como o pensamento filosófico, a linguagem abstracta, a arte e a arquitectura, etc. As pequenas religiões até aí nascidas, os mitos e as magias, as superstições locais, as seitas e os cultos secretos, cedo desapareceram, vencidos pelas confissões mais poderosas. Mas, como diria bem mais tarde o P. Teilhard de Chardin, a religião é como uma árvore que faz nascer ramos verdes e ramos secos, sem que por isso estes deixem de pertencer ao mesmo tronco comum.

O processo de selecção natural das religiões, destruindo as mais fracas e expulsando para as culturas laicas os elementos não assimilados pelos credos vencedores, viria a ter uma influência decisiva na formação mental das gerações posteriores.

Importa reconhecer que ainda actualmente existe uma postura cultural, laica e atea, que recusa a religião mas que, indirectamente, permanece religiosa. Basta recordarmos os casos do «culto da personalidade», dos grandes retratos de dirigentes políticos transportados em público, como se fossem ícones, ou do ateísmo ensinado nas escolas, tal como qualquer religião dominante.

A derradeira etapa da curva ascensional das religiões é-nos familiar. Identificada com o Estado, a igreja triunfante dispõe de textos sagrados, de dogmas intocáveis, de uma hierarquia e de um corpo sacerdotal altamente especializado, possui bens, templos, extensas propriedades, e controla posições influentes na sociedade civil.

Quando assim acontece, as grandes religiões atingem o cume da sua ascensão. Começa, depois, a sua fase decrescente balizada, em sentido inverso, pelos mesmos estádios da caminhada anterior. Corrompida a sua coesão interna, essas igrejas dividem-se em seitas, grupos e fracções. Perdem o ascendente cultural sobre as populações e são finalmente arrastadas pela derrocada dos sistemas sociais em que tradicionalmente se apoiam. A história prova-nos que acontecimentos destes se repetem ciclica-

mente, podendo ser exemplificados com a ascensão e queda das igrejas altamente influentes, como a Xintoísta ou a dos milenários cultos do Egipto ou da Babilónia. Foram poderosas e a tal ponto se identificaram com os respectivos Estados que, quando estes entraram em derrocada e novos deuses surgiram, caíram em colapso e foram-se diluindo na memória dos homens.

Constata-se, pois, que tal como os seres vivos também os sistemas religiosos nascem, crescem e morrem.

Mas não terão eles formas específicas de morrer? Não herdarão as religiões, uma das outras na sua sucessão, maneiras comuns de análise e de intervenção na vida social? Que sofismas se conterão nesta noção de «regresso das religiões»?

São questões que ficam em suspenso.

O labirinto das ideias

Esta questão do «regresso das religiões» está longe de ser pacificamente aceite pelas grandes igrejas mundiais. «Regresso» encerra a ideia de uma invasão do presente pelo passado e subentende que os valores regressados se instalam de forma duradoura ou definitiva.

Ora, é impensável que uma igreja altamente organizada e actual, que cuida da imagem de modernidade que transmite às massas, possa admitir o regresso de aspectos teológicos arcaicos, isolados de contextos que a doutrina de há muito condenou. A igreja que assim procedesse condenar-se-ia à pura autodestruição.

A verificação é aplicável a todas as grandes religiões. Mas é natural que nos interessemos, sobretudo, pelo que se passa nesta importante área e se refere à igreja católica.

É curioso constatar-se que o Vaticano mantém um prudente silêncio logo que se trata da análise dos aspectos religiosos associados aos movimentos independentistas europeus. Mutismo contraditório face à euforia com que a igreja acolheu as mudanças políticas do Leste europeu. Mas, também, atitude sensata se considerarmos que um elogio rasgado aos surtos místicos emergentes dos nacionalismos neomedievais corresponderia a uma perigosa sobrecarga do mundo católico, com os pesos mortos de um passado distante que o Vaticano nem de longe pretende reanimar.

A imagem de marca que a Santa Sé divulga de si própria procura corresponder à ideia de uma instituição moderna, semi-religiosa e semipolítica, com preocupações sociais traduzidas na opção preferencial pelos pobres e por enquadramentos constantemente recolhidos no Concílio Vaticano II e na leitura mais progressista da doutrina social católica.

Tendo tudo isto em conta, e embora não enjeite os louros da vitória a Leste, o Vaticano retrai-se quando se fala nas consequências religiosas das recentes transformações políticas na Europa. Olha com benevolência o

caos que acompanha a formação das sociedades de consumo mas não deixa de se insurgir contra o «materialismo prático» a que dão origem. Participa activamente na formação do grande capital financeiro mas declara-se estupefacta em presença da exploração crescente que os interesses desse capital determinam. Parece que, para o Vaticano, há sempre uma forma ambígua de estar.

Assim, o actual panorama religioso europeu apresenta-se como um perfeito labirinto. As igrejas católicas nacionais comportam-se como autênticos partidos políticos, o islamismo avança, os ortodoxos dividem-se, as velhas seitas ressurgem, os grupos económicos e políticos inventam os Moons, os Cientologistas, os Caodaístas e dezenas de outras facções, o Ecumenismo repete-se e esvai-se do seu conteúdo inicial. Minada a força do Estado — sua perpétua referência — as grandes religiões vêem desabar sobre si os destroços esmagadores das convulsões sociais.

Como marxistas, pensamos que a proliferação das seitas e dos resíduos religiosos que alastra por toda a Europa, deve-se em grande parte à inegável falha de estruturas socialistas incapazes de responder às responsabilidades históricas assumidas. «A religião» — afirma Carl Marx — «é a consciência e o sentimento do Homem que ainda não se encontrou ou já se voltou a perder. Mas o Homem não é um ser abstracto, exterior ao mundo. O Homem é o mundo do Homem, o Estado, a Sociedade».

As religiões não «regressam». Cada sistema religioso tem uma base secular bem definida no tempo. Quando uma sociedade se desagrega, desfaz-se e nunca mais se reconstitui a religião que lhe esteve ligada. O espectro religioso que lhe sobrevive integra-se noutras religiões, assume aspectos culturais mas nunca «renasce», como uma totalidade. Só quando as relações de vida dos homens se modificam é que surgem novas concepções ideológicas e novas religiões.

A forma como colocamos a questão das «novas religiões» não significa que outras análises, talvez mais ricas de conteúdo, possam vir a ser feitas.

O que, naturalmente, nos leva a desejar a próxima realização de um debate que inclua este assunto.



7º Congresso do Algarve

As propostas e as esperanças

Há razões para esperar que as propostas saídas do congresso vão ser concretizadas?

No 7º Congresso do Algarve, realizado em Vila-moura de 19 a 22 de Março por iniciativa do Racial Clube de Silves, foram feitas propostas concretas para diversas áreas, como o «Avante!» noticiou. Tentámos saber junto dos autores de algumas dessas propostas se têm esperança em que as ideias que avançaram vão ser concretizadas.

Produtividade ovina

O engenheiro zootécnico **Joaquim Castelão**, da Direcção Regional da Agricultura, propôs o aumento da produtividade ovina, através de um cruzamento de raças que possibilita melhores resultados nas condições naturais da serra algarvia. Tem esperança que a sua proposta «se concretize, vá muito mais além e seja, até, prejudicial». Explica porquê: «Como é muito fácil distinguir um animal que é cruzado, e há falta de conhecimentos, de informação, de associações, muito criadores irão deixar ficar para o rebanho o bicho que é grande, para depois cruzar com outro semelhante; ora isto levará a uma grande variedade genética dentro do rebanho, que vem depois entrar em regressão. Não é isso que se pretende, mas sim aproveitar o máximo logo na primeira geração, recomeçando os cruzamentos com raças puras. A proposta que foi aqui apresentada é precisamente para ser concretizada em termos políticos, ao nível a que estas decisões têm que ser tomadas, seguindo uma política dirigida ao aumento da produtividade ovina na serra».

Produtos regionais

Álvaro Teixeira, dirigente da Confederação de Empresários do Algarve, entre outras propostas contidas na sua comunicação sobre agricultura, apelou ao incremento do consumo de produtos regionais. Embora ache que «a esperança é a última coisa a morrer», reconhece que «muitas vezes andamos aqui todos, com as nossas ideias e as nossas propostas para melhorar a região, mas as nossas vozes nem sempre chegam onde deviam chegar, nem sempre são bem entendidas e até são esquecidas. O Congresso do Algarve vai na sua 7ª edição, e de um congresso para o outro há muitas ideias que ficam por realizar. Um papel importante cabe aos políticos, procurando entender o que nós aqui adiantamos e desejamos ver concretizado. Quanto às propostas que foram aqui feitas, quem de direito, se tiver um bocadinho em atenção as conclusões do congresso, poderá tirar algum partido delas, pedir a colaboração que entender, agarrar nos temas e analisá-los melhor, tentar pôr alguma em prática».

Dinamização cultural

Ana Balmori e Rui Loureiro integram a Comissão Municipal dos Descobrimientos que está em actividade em Lagos. Na sua comunicação conjunta defendem que, aproveitando as comemorações nacionais dos 500 anos das Descobertas, deve ser feito um trabalho de dinamização da vida cultural do Algarve. A sua experiência recente anima-os: «Nós começámos com os Descobrimientos, mas estamos a actuar num campo cultural mais vasto. Já conseguimos, por exemplo, um pólo universitário para Lagos, e a Academia de Música já criou duas escolas em três anos. Isto, e mais, não só com o apoio da Câmara, mas também da iniciativa privada». São de opinião que, «quando os projectos são bons, eles vingam», e que tal «depende muito das pessoas que têm interesse nos projectos: têm de ser sempre as pessoas a defender o seu projecto e a tentar canalizar os apoios para ele. Desta forma é que nós conseguimos fazer qualquer coisa, não ficámos à espera que a Câmara ou a Universidade do Algarve viessem oferecer apoio. Temos

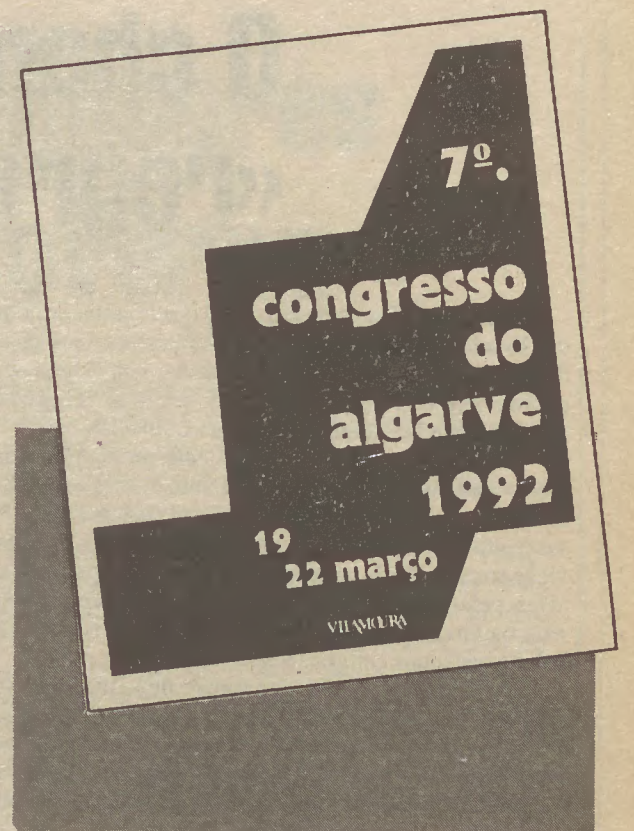
tido apoios, mas a iniciativa parte de nós, tal como a responsabilidade é nossa.»

Toxicoddependência

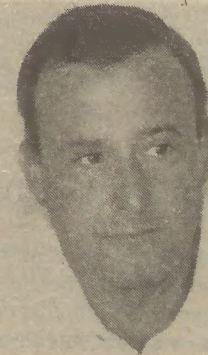
Álvaro Pereira, médico do Centro de Saúde de Olhão, trabalha há meia dúzia de anos com toxicodpendentes. Defendeu a criação no Algarve de um centro estatal para o combate e prevenção da toxicodpendência: «Desde há dois anos que existe um serviço nacional para a prevenção e tratamento da toxicodpendência. Há serviços já na zona Norte, na zona Centro, em Lisboa, Setúbal, Santarém... Aqui no Algarve há técnicos, há pessoas interessadas e a mexer, mas não têm os meios necessários para intervir eficazmente. É difícil perceber por que é que se mantém esta situação, tanto mais quanto a toxicodpendência é no Algarve um problema grave». Afirma que «é perfeitamente imprevisível prever se o centro vai ser criado ou não», uma vez que «à necessidade social e ao interesse técnico sobrepõe-se a vontade política. Há projectos que têm pelo menos um ano de existência e estão na Secretaria de Estado da Saúde, têm-se mantido engavetados, empacotados, por falta de decisão política de os implementar».

Teixeira Gomes e Museu da Mulher

A realização de uma homenagem a Manuel Teixeira Gomes e a criação do Museu da Mulher Algarvia foram duas propostas que partiram de **Glória Marreiros**. Disse-nos que, «quando se avança uma ideia, há pelo menos a esperança de que ela seja ouvida. A concretização, principalmente em propostas deste tipo, depende muito da vontade política, aos vários níveis, conforme a dimensão dos objectivos. O congresso não tem poder decisivo. Não é o Racial que vai agora pôr em prática as conclusões. As pessoas que trazem as propostas devem, depois, procurar elas próprias as vias para as concretizar. De outro modo, ficam as propostas como atitude intelectual: surgiram, alertaram, alguém poderá ouvir, ou não. Concretamente em relação ao museu da Mulher, a conservadora do Museu Regional de Faro mostrou-se interessada em conversar e colaborar de alguma forma na concretização da ideia. Eu não sou especialista em museologia, mas não vou abandonar a ideia, vou fazer os meus contactos, de modo a, no próximo congresso, dar alguma conta dos frutos desta sementeira.»



Regionalização em 1993



O responsável da direcção regional do PCP, **Carlos Luís Figueira**, defendeu no Congresso a criação de um forte movimento de opinião pública favorável à institucionalização da Região Administração. Recorda que «a ideia da regionalização tem estado presente em todos os sete congressos do Algarve» e que «também produto dos congressos -- e com o cumprimento dos compromissos que, pela nossa parte, assumi-

mos nessa matéria -- conseguiu-se aprovar na última sessão legislativa da Assembleia da República dois importantes instrumentos para a implementação das regiões administrativas. Falta o passo seguinte, e eu creio que, perante os últimos recuos do Governo nesta matéria, se justifica que a consciência regional que aqui se manifesta tome corpo num forte movimento de opinião pública para exigir que esta AR aprove rapidamente a definição do quadro das regiões e a lei das finanças regionais, para que possamos eleger os órgãos das regiões administrativas quando se realizarem as eleições autárquicas de 1993.

«A proposta tem o acolhimento que tem neste congresso. Importa dar-lhe sequência: ou o Racial, ou um conjunto de forças políticas, culturais e sociais, deveremos encontrar uma forma de promover esse amplo movimento de opinião pública. Apesar de hesitações e mesmo retrocessos que, particularmente no partido da maioria, estão a verificar-se nesta matéria, tenho esperança que a vontade das populações seja mais forte e que tenhamos força necessária para tornar realidade em 1993 a Região Administrativa do Algarve.»

Cada vez menos na gaveta

Jorge Pereira é dirigente do Racial Clube de Silves e o secretário permanente do Congresso do Algarve. Quando o questionamos sobre a possibilidade de concretização das conclusões, começa por notar que a região «cresce tão depressa que, se já não se sente os problemas resolvidos por influência do congresso de 1990, somos afectados por outros entretanto surgidos». Recorda que naquele congresso «debateu-se muito as questões do ambiente, e nessa área foram resolvidos alguns problemas, vê-se que aí as coisas estão a andar. Também se debateu bastante, acho que no 3º Congresso, os problemas do saneamento básico e das infra-estruturas, e chegamos à conclusão que eles estão a ser igualmente resolvidos. Pode-se dizer que não foi pela vontade dos governos, mas pelos dinheiros da CEE, e não foi por causa do congresso e do Racial que vieram os milhões de contos da CEE; mas houve o congresso que alertou para os problemas e deu um grande contributo para que o Algarve não continuasse esquecido, isso é um facto.

«Tal como é um facto que ainda continua esquecido em muitos vectores, sendo mesmo discriminado na distribuição de verbas comunitárias, como se disse aqui. Ora, neste

7º Congresso houve já a garantia, inclusivamente dos grandes responsáveis pelo Algarve e pelo País, dizendo que o Algarve vai deixar de ser discriminado. Se, logo no dia de encerramento, se vê assim uma resposta a uma das conclusões, já valeu a pena ter feito o 7º Congresso.»

Para Jorge Pereira «há razões para acreditar que as conclusões deste congresso se vão concretizar». Quanto ao papel dos organizadores, afirma que «o Racial está sempre aberto a actividades várias, e é isso que nos tem dado prestígio. Mas ao Racial -- porque não é político, porque não tem força económica, força de coesão dos grandes lobbies económicos ou outros -- não cabe abrir uma guerra, uma frente, para que, por exemplo, se faça a regionalização. Agora pertence ao Racial, e isso sempre temos feito, apoiar como pode e como sabe tudo o que se fizer para bem do Algarve. A concretização de muitas conclusões do congresso ficam, isso é fatal, na mão de quem tem as competências e os instrumentos necessários. Nós apenas aprovamos conclusões e recomendações. Agora posso garantir que, de congresso para congresso, elas vão ficando cada vez menos na gaveta.»

O Algarve e o futuro

Carlos Brito

Membro da Comissão Política do CC do PCP

«O Algarve e o futuro» foi uma das questões centrais do 7º Congresso do Algarve, efectuado recentemente em Vila-moura, por iniciativa do Rocal Clube de Silves. Tive oportunidade de participar no painel que ao tema foi dedicado, com uma intervenção oral em que chamei a atenção para quatro aspectos, a meu ver, importantes: o enquadramento, as prioridades, o modelo e a vontade política. Como a questão reveste um saliente interesse regional e não só, volto a ela, embora resumidamente, no presente artigo.

1. Enquadramento

O enquadramento nacional, comunitário e internacional é extremamente importante para ajuizar das perspectivas de desenvolvimento do Algarve, para o bem e para o mal. Num congresso em que se pretendeu dar relevo aos Descobrimientos, cabe dizer que o Algarve é uma embarcação, não muito grande e pouco moderna, que navega, no conjunto da frota que é o todo nacional, num mar que é a integração comunitária, muito subordinado aos seus ventos e marés, e ainda influenciado pelas correntes internacionais, com profundas mutações. Acresce que estamos a atravessar um momento muito importante, nesta passagem de 1992 para 1993, com a integração plena na Comunidade Europeia. É a passagem de um cabo, talvez um cabo Bojador no sentido que lhe deu Fernando Pessoa: «quem quer passar o Bojador, tem que passar para além da dor», isto é, a dor do parto, a dor do futuro, o parto do futuro, o caminho para o futuro.

Se, neste contexto, olharmos para a economia portuguesa, temos que chegar a esta conclusão: um dos grandes objectivos que a política oficial tem colocado e que é alcançar o «pelotão da frente» dos nossos parceiros comunitários não está a ser alcançado, mas comprometido, como mostram alguns indicadores vindos recentemente a público. No quadro comunitário, além deste passo para a integração plena, temos já os novos desafios dos acordos de Maastricht, com tudo o que significam: a União Económica e Monetária vai condicionar profundamente a vida do País e a vida do Algarve; quer queiramos, quer não, estamos à beira de aderir ao SME, está à nossa frente a moeda única europeia; por outro lado, o pacote Delors II, que era uma boa perspectiva, tal como foi anunciado pela Comissão, neste momento está em recuo, pois os países ricos querem baixar muito as verbas e retardar o processo o mais possível. O processo comunitário vai trazer grandes complicações para o Algarve, como, naturalmente, algumas vantagens; mas as obrigações e os custos têm sido superiores às vantagens.

Outro facto que devemos ter em conta, é que há neste momento, além de outros problemas globais, um surto de recessão ou grandes dificuldades nas economias mais desenvolvidas: Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão, Suécia, Canadá... Isto tudo não deixa de repercutir no nosso país, está já a reflectir-se, como mostraram os resultados de 1991 - para além das responsabilidades da uma política governamental.

2. Prioridades

O PCP tem lutado ao longo dos anos para que o investimento público tenha em atenção três prioridades de grande importância para o Algarve.

Em primeiro lugar, a água. Esta tem sido para nós uma das questões essenciais por que nos temos batido, até fizemos uma campanha eleitoral em que afirmávamos que o futuro do Algarve dependia de duas coisas: a água e a regionalização. Portugal é dos países da Comunidade que têm maiores problemas e maiores dificuldades em relação aos recursos hídricos, mas é, seguramente, o maior esbanjador; isto é mais verdadeiro para o Algarve. Hoje estamos perante uma situação grave, que podia ter sido prevenida a tempo e que tem repercussões em todas as esferas de actividade algarvias, incluindo no turismo. Se as barragens de Odelouca e Odeceixe estivessem feitas (para já não falar do Alqueva) as nossas preocupações neste momento seriam menores.

A segunda prioridade para que chamamos persistentemente a atenção dos poderes públicos é a saúde, em duas componentes essenciais: por um lado, os cuidados primários e a grande atenção que é preciso dar aos centros de saúde, e por outro lado, a construção de uma grande

unidade hospitalar no Barlavento algarvio. Por esta nos batemos há anos, conseguindo até incluir no Orçamento de Estado uma verba para promover estudos tendentes à elaboração do projecto. A situação, no entanto, é a que todos conhecemos. A Comissão de Saúde da Assembleia da República visitou o distrito, dirigida por um deputado da maioria, e ele próprio reconheceu que a situação da saúde no Algarve é um caos. Estão alguns a dizer que o Hospital de Portimão vai arrancar, mas não há terreno, e o que está previsto no Orçamento de Estado para 1992 são 100 mil contos, verba que não dá quaisquer esperanças de um arranque em força ainda este ano. Não atender a esta esfera prioritária pode comprometer o futuro do Algarve em todos os domínios, e também no turismo.

Em terceiro lugar, chamamos a atenção para a necessidade de combater as assimetrias, em especial combater a desertificação da serra. É preciso ter em atenção que a desertificação não pára, não «fica por ali», se não se tomam medidas. O deserto cresce, cresce sempre. Esta é outra

samos é de outra ideia de modelo, outras formas de intervenção, o que está em causa são as grandes opções. É necessária alguma engenharia financeira, são precisas sociedades de investimento? Não contestamos. O aproveitamento dos recursos endógenos e o avanço do tecido produtivo é uma parte do desenvolvimento que ninguém vem fazer por nós, pelo contrário. Exige uma nova concepção de participação dos trabalhadores, dos sindicatos, das autarquias, dos empresários regionais e das suas associações e de tudo o que mexe verdadeiramente na região. Exige a participação das forças políticas. É preciso um verdadeiro plano de desenvolvimento regional, um plano que saia desta participação e não dos gabinetes da CCR, praticamente sem diálogo e sem auscultação da região, como infelizmente tem sucedido. Precisamos de planos directores municipais participados da mesma forma.

4. A vontade política

Há questões que nos escapam, que nos fogem. Não podemos mandar no investimento, não se pode canalizar o investimento estrangeiro só para onde nos convém, nem o investimento nacional, nem tão pouco o investimento regional. Os empresários tentam levá-lo, naturalmente, para onde pensam fazer melhor negócio... Por muito esclarecidos que sejam os incentivos, estas são coisas um tanto aleatórias. Nos planos de desenvolvimento regional e nos planos directores municipais devemos criar os estímulos, as formas, os apoios para canalizar o investimento para onde ele é necessário. Mas foge-nos um pouco. Há, no entanto, uma área que não nos foge: é a área institucional, onde é a vontade política que decide. É absurdo que estejamos tão atrasados no processo da regionalização.

Foi dado um grande passo no final da legislatura anterior, com a aprovação da lei-quadro das re-

giões administrativas. Já está definido o que vão ser as regiões, como vão ser constituídos os seus órgãos e como são eleitos, há alguns princípios em relação às competências e alguma coisa sobre as finanças regionais. Creio que isto é positivo e deve ser salientado aqui, pois os congressos do Algarve deram uma contribuição muito grande para este avanço do processo da regionalização. E mais: criou-se um clima tal que o próprio Programa do Governo é forçado a prometer que até ao final da presente legislatura irá mandar para a Assembleia da República uma proposta de lei de instituição das regiões administrativas.

Mas, quando na AR dois partidos da oposição propuseram há dias um calendário para o desenvolvimento do processo legislativo da regionalização (falta a lei que delimite as regiões e falta regulamentar a lei-quadro, particularmente em relação às finanças regionais), com que se pretendia criar as condições para que estes passos fossem dados em tempo de as primeiras eleições para os órgãos das regiões se puderem fazer, pelo menos nalgumas regiões, em 1993, coincidindo com as eleições para as autarquias locais, tal proposta foi chumbada pelo partido do Governo. E mais uma vez o processo fica bloqueado.

O Algarve e o País perdem gravemente com isto.

A questão das regiões está, não a cair, mas a subir na CE. Nos acordos de Maastricht foi criado o Comité das Regiões, de consulta obrigatória para um conjunto de matérias e num nível de importância semelhante ao do Comité Económico e Social. Neste novo comité, Portugal vai ter doze lugares. Como vão ser ocupados esses lugares? Por presidentes das CCR, que não são eleitos? Não creio que isto seja admitido.

Além disso, o País e a região perdem várias vantagens que teriam no quadro comunitário se estivessem já eleitos os órgãos das regiões: em apoios, em fundos, em lobbies, em solidariedades. Este é um grito de alma que tem que sair do congresso: não podemos esperar mais!

A Região Administrativa do Algarve não é uma varinha de condão que se agita e deixa o futuro assegurado. Mas a verdade é que a regionalização permitiria novas condições de desenvolvimento dos recursos endógenos, de lançamento e de coordenação das actividades e potencialidades, de estímulo às actividades económicas, ao desenvolvimento regional, com instrumentos novos e importantes para construirmos o futuro da região. Seria, além disso, para usar uma expressão da gíria futebolística, uma verdadeira «chicotada psicológica».

Naturalmente, a regionalização (voltando à navegação) não vai inventar os ventos, as marés e as correntes marítimas. Mas traz-nos novas técnicas de marear, nova inspiração para chegarmos à Índia do nosso futuro.



questão que não tem sido atendida e que pode ter gravíssimas repercussões. Por exemplo: este ano, aos dois concelhos mais desenvolvidos do Algarve (Faro e Portimão) cabe 60 por cento dos investimentos do PIDDAC considerados de grande interesse municipal; entretanto, três concelhos tipicamente serranos (Alcoutim, Monchique e Aljezur) têm apenas 1,5 por cento dessa verba. Assim não há combate às assimetrias! Elas aprofundam-se. Além disso, os programas operacionais e o próprio PIDR do Nordeste algarvio têm estado a ser progressivamente esvaziados. A desertificação não é um problema só para quem vive na serra: é um problema que, se deixarmos que permaneça, acabará por se projectar sobre o litoral.

3. Modelo

Temos ouvido várias opiniões expressando um grande optimismo em relação ao surto de obras públicas no Algarve. Sem dúvida, fizeram-se, com apoio dos fundos comunitários, importantíssimas infra-estruturas: o aeroporto de Faro, a ponte do Guadiana, a ponte de Portimão, a própria via do Infante (com toda a polémica que tem acarretado o seu incorrecto traçado e com os problemas que produziu a falta de debate prévio com a população), os portos de Portimão e de Olhão. Mas este surto de obras públicas tem trazido aumento da riqueza, ou o desenvolvimento da economia? Não vale a pena usar figuras de retórica: vemos que não.

Aliás, a experiência estava feita; esse foi também o erro do fontismo, e a história respondeu. O fontismo estava convencido que, com estradas e caminhos-de-ferro, tínhamos o desenvolvimento assegurado e a industrialização vinha por si. A história demonstrou que não, que só isso não chega. Se estamos a fazer novos portos, mas se ao mesmo tempo estamos a abater a frota e se não há iniciativas financeiras capazes de empreender uma nova frota, se não há estímulos nem orientação, podemos ficar com portos, mas Sem Peixe, como a cidade da telenovela «Araponga», já aqui citada neste congresso.

Persiste o afunilamento económico no turismo (se é que não se acentuou ainda mais), o que, sem diminuir em nada a importância desta actividade, é uma evolução que todos reconhecem como perigosa.

Compreende-se o optimismo oficial em relação às obras públicas. É a sua inclinação para a propaganda, que pode iludir gravemente o País e, no caso concreto, a região. Temos que encontrar e as respostas a partir de uma base séria. Verifica-se um grande consenso em torno das pequenas opções que aqui ouvimos recitar. Mas o que nós preci-

Ensino em Castelo Branco «bitola» do desenvolvimento?

Nunca se falou tanto de desenvolvimento como nos últimos tempos em Castelo Branco. Pelo menos na boca dos nossos ministros ou personalidades ministeriais. Assim foi a oratória do nosso Primeiro na «cavaqueira» eleitoral, assim é o discurso dos nossos ilustres autarcas, com destaque para o «nosso primeiro» na Câmara Municipal. Assim continua a ser o discurso oficial da «democracia de sucesso» da nossa maioria «laranjinha».

Facilmente «confundem» crescimento desequilibrado com desenvolvimento harmonioso. Talvez a culpa não seja inteiramente só deles e seja justo partilhá-la pela «fábrica» de diplomas em que eles próprios estão a transformar o nosso sistema de ensino. Daí, naturalmente, as «confusões» entre questões elementares como crescimento e desenvolvimento.

As condições de ensino, constituem certamente, ainda que de grosso modo, uma «bitola» para medir esse tão grande «desenvolvimento» de Castelo Branco, aliás de todo o país. O que nos coloca na cauda da Europa quase em relação a tudo e no pelotão da frente em tudo o que há de mais gravoso do ponto de vista social. Inequivocadamente, esta situação é fruto da tal «democracia de sucesso» do PSD (que há mais duma década desgoverna o país) e que na gíria popular já é conhecida por nos serem a todos «a pão e laranja».

Tentarei não perder muito tempo a referir as questões do Ensino Básico, dado que muito pouco há a dizer. No entanto, vale a pena referir os quilómetros aliciantes que as crianças desafiam logo pela manhã, aliando assim logo de início, o ensino à prática desportiva, refiro-me neste caso à marcha, o que, para além de ser muito saudável, constitui sem dúvida um forte combate ao insucesso escolar. Os professores, graças à sua fértil criatividade, conseguem aliar a História dos nossos antepassados aos mais elementares conceitos dos cuidados com a higiene pessoal, demonstrando como os nossos antepassados (quando ainda não se falava de desenvolvimento) faziam as suas necessidades atrás duma árvore. E, se por acaso se esqueceram de comprar papel higiénico, a demonstração continua recorrendo àquela verdura embelezante que rodeia a escola.

Enfim, quer os professores, quer as crianças têm de entender que isto de governar não é fácil, e que dotar todas as escolas primárias de instalações sanitárias levaria inevitavelmente à «falta de harmonia da carga fiscal». Então não se vê logo?

Outro aspecto interessante e marcante do desenvolvimento no Ensino Básico é, sem dúvida, a questão da alimentação das crianças que o frequentam. Não foi por acaso que o Governo pôs à sua disposição o leite que é distribuído. Não é por acaso que os professores vão contribuindo com o lanche, hoje para um, amanhã para outro. E pronto, aí estão as crianças todas felizes, bebendo o leite do Governo e comendo o lanche do professor, e lá vão saboreando esta «dupla ração» naquele ambiente naturalista sem aquelas construções a que se chamam

cantinas que apenas servem para desfigurar estas escolas de aldeia, que prezam pelo seu isolamento nesses descampados verdejantes.

Mas deixemos o Ensino Básico entregue à «Mãe-Natureza» para falar um pouco da Escola Preparatória Afonso Paiva, esta já na Cidade, onde

o «desenvolvimento» substitui a bom ritmo as zonas verdes pelos «jardins de cimento» que dominam tudo o que nos rodeia.

A Afonso Paiva, com os seus 20 anos, além dos alunos da Cidade conta com os estudantes das freguesias dos arredores, onde nalguns casos os «escassos» 16 Km são percorridos «rapidamente» em hora e meia, e graças à «descoberta» dos transportes escolares.

Construída para 800 estudantes, com a sua boa vontade alberga hoje 1254 alunos. O problema do espaço vai-se «resolvendo», nem que para isso se transformem átrios ou corredores em cantina ou salas de aula. Vão-se constituindo turmas de 31/32 alunos, etc. E à noite, os trabalhadores-estudantes, não sendo absentistas, nem as cadeiras chegam. É vê-los sentados pelo chão, interessados, claro!, com a máxima atenção, é óbvio!, salvo quando da passagem dum aluno ou professor lá cai um tampo de carteira, ou assento de cadeira, ou ainda se alguém tropeça nos tacos levantados do chão. Outros equipamentos vai havendo. Por exemplo, existem retroprojectores mas o mesmo não se pode dizer das lâmpadas para estes. Nesta Escola existe o único Ginásio desportivo coberto da Cidade onde a nossa juventude vai suando no Verão e tiritando no Inverno conforme o ritmo do tempo.

Aliás, diga-se de passagem, que quase todos os estabelecimentos de ensino na Cidade dispõem de instalações desportivas. Pena é, no entanto, a situação quase de ruptura orçamental, o que impede o arranjo do piso dos Ginásios e a manutenção dos aparelhos desportivos, tornando-os quase obsoletos. Mas enquanto vêm ou não verbas, a educação física vai-se fazendo, embora se torne necessária muita «ginástica», sobretudo orçamental.

No que respeita ao Ensino Secundário, é de valorizar o esforço da Secundária Nun'Álvares pelo feito de comportar a mais 1200 alunos. O que se tivermos em conta que representa 54% da sobrelotação total das escolas da Cidade, perceberemos melhor por que quase já não existem corredores nesta escola.

Mas podem os nossos estudantes do secundário ficar cansados, que com o «desenvolvimento» imprimido pela «maioria laranja» isto resolve-se. Até já se fala duma nova Escola C+S. E para que não fiquem dúvidas, o Governo inseriu no PIDDAC Regional uma verba de 10 mil contos para a sua construção. Não é muito, mas enfim, sempre dará para as primeiras pedras e uma inauguração certamente.

Pena é que esta nova C+S, a construir, «nascerá» já sobrelotada, pois, maior que seja, não será tarefa fácil albergar os 2674 estudantes a mais na Cidade. Mas certamente esse não será um problema que trave esta estratégia de «desenvolvimento» dos nossos governantes. Se a construção duma nova C+S não resolver, pode agora recorrer ao Prof. Anibal, ao Santos que ocupa agora o Ministério da Educação e pedir o milagre do «numerus clausus» ou uma PGA para o Secundário.

Entretanto, como o bom ritmo deste «desenvolvimento» manda que se criem espaços provisórios, quanto mais depressa se tornem definitivos melhor. Mas voltemos ainda à Nun'Álvares, para descansar os seus alunos de que o refeitório está já concluído. Só não entrou ainda em funcionamento por falta da instalação do elevador da cozinha para o refeitório, não se sabendo para quando a sua instalação. Mas provisoriamente o problema está resolvido, podem continuar a ir comer ao refeitório da Escola Secundária Amato Lusitano. Esperemos que não de-

finitivamente, pois também ela tem os seus problemas, e com os seus 800 alunos a mais não pode definitivamente resolver o problema.

Esta breve alusão ao Secundário ficaria incompleta sem uma pequena ronda pela Faria de Vasconcelos. Uma escola nova, situada a 4 Km da Cidade, que serve também não só a Cidade como muitos alunos das freguesias. Estes últimos obrigados a um duplo passe, já que se têm de deslocar das freguesias para a Cidade e daqui para a Escola. E isto porque a benemérita Câmara do PSD colocou 2 ou 3 carreiras para os estudantes, o que, não resolvendo problemas de horários, sempre é uma ajudinha.

Apesar de nova, a Faria de Vasconcelos terá ainda de esperar uns 7 meses pelos balneários. Pior é o Pavilhão desportivo: orçado em 130 mil contos, só daqui por uns 36 meses se espera estar concluído.

Embora na periferia da Cidade, perto da escola há uns 3 cafézitos, onde os estudantes nos «feriados» sempre podem ir bebendo umas cervejitas, matando os tempos livres. Não é fruto do acaso, este tão falado desenvolvimento que coloca o distrito nos primeiros lugares do alcoolismo.

Mas Castelo Branco é uma Cidade já tão desenvolvida que até já tem um Instituto Politécnico (para além de alguns privados que começam a proliferar, e até já se fala na vinda da Católica). O Instituto Politécnico de C. Branco conta com a Escola Superior de Educação e a Agrária, e ainda com o Instituto de Tecnologia e Gestão, este localizado, imaginem, no Concelho de Idanha-a-Nova, concelho rural. O facto de aí estar instalado deve-se apenas à boa vontade do presidente da Câmara que disponibilizou os terrenos e arranjou umas moradias para os estudantes se instalarem. Es-

peremos que a sua instalação neste Concelho rural tenha pelo menos o mérito de lembrar aos nossos governantes a necessidade duma pequena biblioteca para esses estudantes.

Outro facto curioso no Politécnico é o da Escola Superior de Educação Física, mas as instalações desportivas estão na Escola Superior Agrária (a alguns quilómetros).

O Ensino Politécnico funciona em C. Branco desde 1983 e conta hoje com 120 docentes e mais de 1500 estudantes, muitos deles não residentes. A estadia destes ronda os 50 contos mensais (alimentação, quarto e transportes).

Mas sempre há uns apoios: ao fim de 9 anos de funcionamento, o Politécnico vai inaugurar este ano uma residência para 100 estudantes. Não é muito... e até já se fala noutra. Esperemos que não sejam necessários outros 9 anos. E há, ainda, o apoio da Acção Social Escolar, que subsidia em 100\$00 as refeições, pagando a aluno a módica quantia de 300\$00 por refeição (as mais caras do país). Estes preços, praticados após a privatização da Cantina, levaram os estudantes a protestos e manifestações. O serviço de refeições baixou de cerca de 200 para 30 a 40. Para ajudar à situação, teremos aí, em breve, as propinas. E assim se vai tornando o ensino «tendencialmente gratuito».

Carências não faltam. O curso de Artes e Tecnologias não dispõe de salas específicas, de ateliers, de estiradores, etc.

A Escola Superior de Educação, com cerca de 500 estudantes a mais, necessita do alargamento das instalações. Necessita ainda da cobertura do Polidesportivo. Nesse sentido, os comunistas na Assembleia da República propuseram verbas adicionais ao PIDDAC Regional para estas duas obras. Incrivelmente, os pala-

ditos do «desenvolvimento» recusaram-nas. O PSD e o CDS votaram contra e até o PS se absteve. É como se vê.

Questão não menos importante para o Ensino Politécnico relaciona-se com a tão falada redução dos cursos superiores. Se as Universidades reduzirem os seus cursos de 5 para 4 anos e, na mesma linha, o Politécnico de 3 para 2 anos, será possível continuar estes cursos e serem reconhecidos como superiores?

Bom, já vai longa de mais esta ronda pelo Ensino em C. Branco.

Chegados aqui, importa que fique claro o franco crescimento de Castelo Branco, mas por outro lado a necessidade premente duma verdadeira política de desenvolvimento, só possível com o avanço da regionalização. Que inevitavelmente passa por outra política, que não a do PSD. Política essa que generaliza o descontentamento e o protesto.

A demissão do ministro Durão, fruto dos enormes protestos estudantis em torno da PGA (leia-se Problema Geral de Alunos), é bem evidente dessa realidade. Estou certo que os nossos «medias» se esforçarão agora por fazer coro com o Governo no sentido de responsabilizar exclusivamente o titular da pasta da Educação, absolvendo os responsáveis, designadamente o nosso Primeiro.

Mas tal como a luta dos estudantes e professores levou à demissão do Durão, certamente o desenvolvimento da luta de massas em todos os sectores acabará por resolver o Problema Social da Democracia (leia-se PSD), e certamente quer Cavaco Silva quer todo o Governo irão fazer companhia ao ex-ministro da Educação.

Jorge Amorim
Membro da Direcção da Organização Regional de Castelo Branco do PCP.



EM FOCO

ORÇAMENTO DE ESTADO/92

PARA DESENVOLVER O DISTRITO
E PROMOVER O BEM ESTAR DAS POPULAÇÕES

- O PCP Propõe
- PSD e CDS Votam contra
- PS Abstêm-se

No âmbito da discussão do OE para 92 o Grupo Parlamentar do PCP apresentou para o Distrito de Castelo Branco 40 propostas de aditamento referentes aos sectores da Habitação e Urbanismo, Infraestruturas Rodoviárias, Educação, Desporto e Ocupação dos Tempos Livres, Agricultura, Silvicultura e Pecuária, Formação Profissional, e Defesa e Protecção do Ambiente no valor de 938,2 mil contos. Apesar de inegável importância para o nosso Distrito estas propostas foram rejeitadas com os votos contra dos deputados do PSD e do CDS, e a abstenção dos deputados socialistas.

PROPOSTAS	LOCALIDADES	VALOR Contos	VOTAÇÃO		
			PCP	PSD/ CDS	PS
Casa Inf. e Juv. Castelo Branco	C. Branco	6.000	A Favor	Contra	Abstenção
Lar D. Bárbara	Penamacor	9.000	A Favor	Contra	Abstenção
EN Alvalade — V.V. Ródão	V. V. Ródão	30.000	A Favor	Contra	Abstenção
Cobertura Polidesportivo ESE	C. Branco	10.000	A Favor	Contra	Abstenção
Ampliação Inst. ESE — 1.ª fase	C. Branco	20.000	A Favor	Contra	Abstenção
Centros de Dia de: Escalos de Cima S. Aleixo — Unhais da Serra Ferro Misericórdia — Sertã	Esc. de Cima U. da Serra Ferro Sertã	24.500	A Favor	Contra	Abstenção
J. Infantil Misericórdia — C.B.	C. Branco	4.000	A Favor	Contra	Abstenção
C. Infantil Padres Redentoristas	C. Branco	20.000	A Favor	Contra	Abstenção
Parque Desportivo da Covilhã	Covilhã	10.000	A Favor	Contra	Abstenção
Barragem do Cõa	Cova da Beira	50.000	A Favor	Contra	Abstenção
Prod. Agro-Pecuária - Cova da Beira	Cova da Beira	3.700	A Favor	Contra	Abstenção
Produção Castanheiros e Aveleiras	Cova da Beira	3.500	A Favor	Contra	Abstenção
Aproveitamento Recursos Hídricos	Cova da Beira	12.500	A Favor	Contra	Abstenção
Parque Industrial do Tortosendo	Tortosendo	25.000	A Favor	Contra	Abstenção
Centro Social do Orvalho	Orvalho	4.000	A Favor	Contra	Abstenção
Lar — Centro de Dia Misericórdia	Fundão	30.000	A Favor	Contra	Abstenção
Abriço de S. José	Fundão	17.000	A Favor	Contra	Abstenção
Lar de S. José	Covilhã	5.000	A Favor	Contra	Abstenção
Centro da Terceira idade	Tortosendo	4.000	A Favor	Contra	Abstenção
Centro de Emprego da Covilhã	Covilhã	56.000	A Favor	Contra	Abstenção
Centro Formação Prof. Lanifícios	Covilhã	50.000	A Favor	Contra	Abstenção
Estrada Ourondo — Barroca Grande	Covilhã	50.000	A Favor	Contra	Abstenção
Reflorestação da Serra da Estrela	Covilhã	50.000	A Favor	Contra	Abstenção
Reflorestação Vila de Rei	Vila de Rei	50.000	A Favor	Contra	Abstenção
Reflorestação restante áreas	Distrito	100.000	A Favor	Contra	Abstenção
U.C. Ciências Engenharia — UBI	Covilhã	50.000	A Favor	Contra	Abstenção
Infantário — Vila do Carvalho	Vila do Carvalho	14.000	A Favor	Contra	Abstenção
Centro Infantil S. Aleixo	Unhais Serra	6.000	A Favor	Contra	Abstenção
Escola S. Domingos	Cantar Galo	50.000	A Favor	Contra	Abstenção
Piscina Escolar Sec. n.º 3	Covilhã	1.000	A Favor	Contra	Abstenção
Gimnodesportivo Escola C+S Paul	Paul	10.000	A Favor	Contra	Abstenção
Escola Básica Biquinha	Covilhã	30.000	A Favor	Contra	Abstenção
Ampliação Escola C+S Tortosendo	Tortosendo	50.000	A Favor	Contra	Abstenção
Creche J. Infância Misericórdia	Belmonte	10.000	A Favor	Contra	Abstenção
Centro Infantil — Três Povos	Fundão	10.000	A Favor	Contra	Abstenção
Centro Infantil — Valverde	Fundão	5.000	A Favor	Contra	Abstenção
Jardim de Infância — Donas	Fundão	2.000	A Favor	Contra	Abstenção
Ass. Pais Amigos Diminuídos Mentais	Fundão	26.000	A Favor	Contra	Abstenção
Escola C+S Silvares	Silvares	10.000	A Favor	Contra	Abstenção
Gimnodesportivo - Complexo Escolar	Fundão	20.000	A Favor	Contra	Abstenção

Onde estiveram os deputados eleitos pelo Distrito?

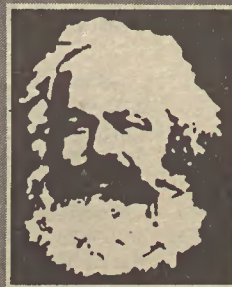
Os do PSD votaram contra, os do PS, para além de nada proporem, abstiveram-se.

Em 1992, tal como em 1991 o Distrito de Castelo Branco foi esquecido e marginalizado por aqueles que dele só se lembram em tempo de campanha eleitoral. Tal como afirmámos a realidade já está a provar que o Distrito necessita de verdadeiros representantes na Assembleia da República — deputados do PCP.

Covilhã, Abril de 1992



DIRECÇÃO DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL
DE CASTELO BRANCO (DORCB) DO PCP

edições
Avante!O CAPITAL
Karl Marx

Agora ao dispor dos leitores portugueses uma tradução rigorosa da mais importante obra de Karl Marx e do nosso tempo. Edição dirigida por: José Barata-Moura e Francisco Melo.

ISBN 972-550-223-X 363 pp.

Esteiros

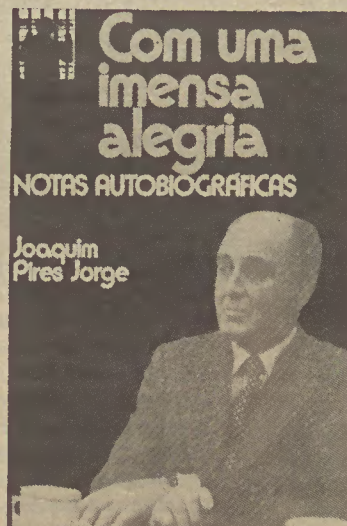
Soeiro Pereira Gomes

ESTEIROS

Soeiro Pereira Gomes

Há 50 anos publicava Soeiro Pereira Gomes este romance que é uma das primeiras manifestações romanescas do neo-realismo e um dos seus maiores êxitos. «Grito de denúncia. Esteiros é também um grito de esperança, esperança na libertação, no fim de uma sociedade desumana e exploradora.»

184 pp.

COM UMA IMENSA ALEGRIA
Joaquim Pires Jorge

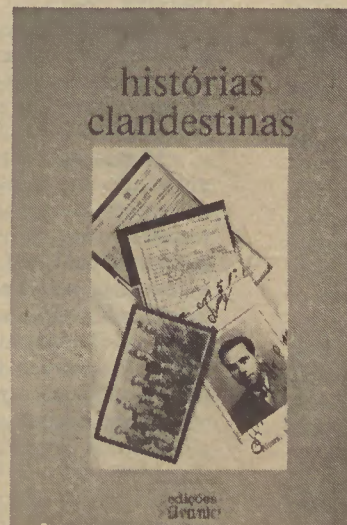
Estas são histórias da História de Joaquim Pires Jorge, escritas na primeira pessoa, tal como foram contadas, ao longo de entrevistas sucessivas, a um jornalista. São histórias que valem pelas lições que encerram da vida duríssima e exemplar de um revolucionário.

109 pp.

ENGRENAGEM
Soeiro Pereira Gomes

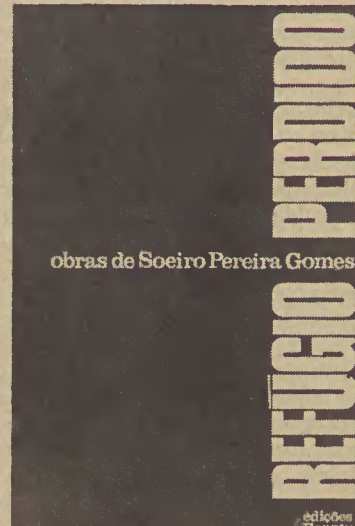
«É em Engrenagem que o estudo da evolução da consciência social dentro de condições determinadas de trabalho, de relações de produção e de luta de classes, adquire proporções e uma profundidade nunca atingidas na literatura portuguesa.»

188 PP.

HISTÓRIAS CLANDESTINAS
Joaquim Campino

Histórias dos que amassaram esperança durante os dias negros do fascismo e vivem hoje certezas inacabadas.

234 PP.

REFÚGIO PERDIDO
Soeiro Pereira Gomes

Colectânea de pequenos contos e crónicas (reunidos postumamente). A beleza desta obra, o seu rigor, a sua força mobilizadora que convidam à solidariedade e à luta os que a têm, são fruto, em grande parte, de grande empenhamento e grande militância. Por isso é uma obra de liberdade e libertadora.

149 PP.

Desejo receber à cobrança acrescidas de despesas de porte e embalagem as seguintes obras:

- O CAPITAL Livro primeiro Tomo I
 HISTÓRIAS CLANDESTINAS
 ENGRENAGEM
- COM UMA IMENSA ALEGRIA
 ESTEIOS
 REFÚGIO PERDIDO

NOME _____

MORADA _____

CÓD. POSTAL _____

TELEF. _____

Recorte e envie para: EDIÇÕES AVANTE R. de S. Bernardo, 14 2º — 1200 Lisboa

EM FOCO

A lição de Pérgamo em Berlim revisitada

■ Miguel Urbano Rodrigues

A primeira vez que contemplei Berlim do alto da grande torre da televisão senti que a partilha da cidade era efémera. Não poderia ser definitiva porque contrariava a história.

Os monumentos da Unter den Linden estavam bem iluminados. A noite, enlaurada parecia empurrar o horizonte para o infinito. A plataforma giratória, rodando lentamente, revelava quadros da cidade prestes a adormecer. Lembro-me de haver escrito que Berlim voltaria a ser um corpo único. Eu a antevia, em data não previsível, integrada numa Alemanha unificada, socialista.

Transcorreram quinze anos. O muro desapareceu. Berlim é capital de um só país. A torre da televisão continua a ser um símbolo da cidade. Mas a vida não caminhou como eu esperava e desejava. Um terramoto varreu o socialismo da Europa; a RDA foi apagada do mapa e o seu território tornou-se parcela da grande Alemanha reconstituída — o mais poderoso bastião do capitalismo no Velho Mundo.

Voltei a Berlim a fim de participar num Seminário sobre a Segurança na Europa Central promovido pela UEO. O lugar escolhido para sede desse Encontro internacional foi o edifício do Reichstag e fiquei instalado no último dos grandes hotéis construídos na capital da desaparecida República Democrática Alemã. Chamava-se Dom (Catedral), mas foi adquirido pela cadeia norte-americana Hilton cujo nome passou a ostentar.

A dois passos da Friedrichstrasse; localizei-me num cenário que conhecia bem, mas no qual o espectáculo da vida apresenta já profundas mudanças.

A Unter den Linden, a famosa avenida das Tilias, é talvez das grandes artérias berlinenses a que menos mudou, precisamente por emergir como Forum intemporal.

Demorando o olhar nos palácios neoclássicos da Prússia e do Império alemão, na Ópera, na Universidade de Humboldt, sentia a ilusão de que pouco havia mudado. Mas o fluxo do tráfego é outro, as lojas não são as mesmas, o comportamento humano não é o de antes.

A barreira entre as duas cidades, no fim da avenida, desapareceu. Sobre a Porta de Brandeburgo, erguida na época de Frederico II, foi reposta a antiga quadriga. No enorme edifício da antiga embaixada da URSS ondula agora a antiga bandeira da Rússia dos czares (ainda sem a águia dos Romanov, que nela será em breve reposta segundo promessa feita em Paris por Boris Ieltsin).

São muitas as novidades: cafés decorados à maneira tradicional alemã, um berrante restaurante italiano, estudantes — alfarrabistas instalados no passeio fronteiro à Universidade, boutiques.

Entrei no edifício onde arde a chama perpétua de homenagem aos soldados mortos na guerra. Era antes um lugar onde afluíam multidões atraídas pela simbologia trágica da cidade, coração de um país que esteve na origem de uma sucessão de conflitos devastadores. O vastíssimo átrio estava deserto. Nem flores havia a rodear a cobertura metálica que envolve a chama.

Atravessei a pé a antiga linha divisória que separava as duas cidades. Já próximo do Reichstag imigrantes turcos vendiam estranhos *souvenirs*. Sobretudo recordações das Forças Armadas de um Estado que também deixou de existir: uniformes camuflados, capotes, gorros, quepis de oficiais e soldados daquele que foi o orgulhoso e invencível exército da União Soviética. Por um punhado de marcos, o turista leva para casa peças militares, ou pedacinhos do Muro embutidos em plástico, ou ainda matrioskas com os rostos de Gorbachev e Ieltsin, conforme os gostos.

O negócio faz-se com regateio, em ambiente turístico. Lembrei-me do que pensava quando no início dos anos 70 lia na imprensa notícias sobre a venda nos mercados de Saigão dos uniformes, equipamento e armas dos militares do exército norte-americano que estava a ser derrotado no Vietname.

Aquele mercado berlinense de *souvenirs* soviéticos fez subir em mim um sentimento misto de dor e repugnância.

Como foi possível?

Restaurado (só lhe falta a cúpula) o palácio do Reichstag, arrogante pelo estilo imperial, mas modesto pela dimensão, foi mandado erguer por Guilherme II no final do século passado, quando o jovem Kaiser sonhava com a guerra que iria incendiar o mundo e destruir a monarquia alemã dos Hohenzollern. A recuperação do edifício impressiona pela perfeição. E, contudo, ao olhar a fachada dei-me conta de que na minha memória permanecia, inapagável, uma imagem que correu mundo: a do soldado do Exército Vermelho a colocar a bandeira da URSS sobre as ruínas de uma das torres, destroçada pela metralha. Foi a 30 de Abril de 1945. A guerra estava prestes a findar com o esmagamento do III Reich, a derrota do fascismo e a rendição incondicional das forças armadas alemãs.

Quase 50 milhões de pessoas morreram durante os seis anos do conflito planetário. Somente no assalto final a Berlim, quando a vitória era já uma certeza, pereceram 20 mil soldados soviéticos.

Hoje, o socialismo foi destruído na URSS, o Estado multinacional soviético desagregou-se, e os netos de oficiais e soldados que, lutando pela humanidade, abateram o III Reich hitleriano, vendem tudo em Berlim, até os uniformes, para amealham um punhado de marcos.

Como foi possível? — interrogava-me, meditando sobre o feixe de respostas.

«Os de cá» e «os de lá»

Falei em Berlim com amigos alemães cuja confiança no socialismo não foi abalada pelo vendaval que o destruiu no seu país e na URSS.

Todos ficaram muito marcados. Em apenas dois anos foram espectadores e protagonistas de situações e experiências que não esperavam viver.

Homens e mulheres com mundividências nem sempre coincidentes ajudaram-me a compreender (minimamente) fenómenos sociais, económicos e políticos que têm por cenário uma Alemanha onde a unificação mostra, no desenvolvimento da *praxis*, ser muitíssimo mais complexa do que os dirigentes da CDU e do SPD previam.

Deles, mais do que as análises, retive informações que iluminam o fluir da vida.

«A palavra de ordem do Grupo de Leipzig ("Somos um só povo") que funcionou como motor do desmoronamento fulminante da RDA não eliminou magicamente contradições que se acumularam ao longo de quatro décadas nos dois Estados alemães submetidos a regimes sociais diferentes e até antagónicos» — ouvi de um escritor. "Dissipadas as ilusões geradas pela unificação, os habitantes de Berlim Leste descobrem, às vezes, com espanto, muita coisa que os separa dos moradores da outra cidade que mitificavam. Hoje não se fala mais em Leste e Oeste. Mas a diferença subsiste, mesmo na consciência social. Dizemos "Ossi" e "Wessi" — "os de cá" e "os de lá"... Para reconhecer a evidência é preciso ir longe na história. A unificação alemã somente se concretizou no final do século XIX. Foi obra de Bismark e não eliminou dissimelhanças entre alemães que vinham da profundidade dos séculos e se acentuaram após 1945.»

Um antigo diplomata que viveu no Brasil expressou preocupação pelo agravamento das condições de vida nos *land* (estados) da desaparecida RDA:

«Muita gente acreditou que a unificação iria resolver todos os problemas e aproximar rapidamente os níveis de vida. O brilho da montra ocidental deslumbrava e a troca da moeda pelo poderoso marco da RFA foi uma fonte de esperanças. Contribuiu, é certo, para o boom económico de muitas empresas ocidentais no ano 91, porque essa grande massa de dinheiro alimentou o mercado, estimulando o crescimento do PIB enquanto os EUA permaneciam numa recessão pantanosa. Mas os marcos acabaram e aqueles que os gastaram começam a apertar o cinto, inquietos, por vezes angustiados. Somente uma pequena percentagem da população da RDA se apercebeu de que a unificação iria destruir a estabilidade do emprego e a previdência social. Imaginavam ingenuamente que a integração na República Federal lhes proporcionaria o que de melhor havia nos dois sistemas, o capitalista e o socialista. Ora isso era uma impossibilidade, como logo se viu. Na prática assistimos à destruição sistemática, planeada, da economia socializada e à eliminação do que nos restava do humanismo socialista.»

Indaguei a respeito da reacção da massa dos berlinenses do Leste perante as promessas feitas pelo governo de Bonn. «A grande maioria, inicialmente, confiou — foi a resposta. — Helmut Khol assumiu em Dezembro de 1990 um compromisso que as pessoas retiveram na memória. «Ninguém — disse ele, então — vai passar pior, mas muitos vão viver bem melhor». Ora o andamento das coisas desmentiu-lhe a profecia. Uma grande parte da população da extinta RDA vive hoje pior do que antes.»

Capitalismo de Manchester

Outro amigo, economista, manifestou também cepticismo quanto à possibilidade de um rápido nivelamento dos padrões de vida com os do Ocidente.

«A prática ensaiada no Leste desmante frontalmente as promessas anteriores à unificação. Não houve aqui uma transformação harmoniosa de estruturas. A passagem de um sistema para outro fez-se de forma brutal. Regredimos aos primórdios do capitalismo. O que se passou lembra, no tocante à metodologia, a acumulação primitiva como se fazia na época do capitalismo selvagem de Manchester, segundo a definição marxista clássica. Presentemente, uns 40% dos 8 milhões de trabalhadores que constituíam a população activa perderam os seus postos de trabalho, foram forçados a uma reforma antecipada ou aceitaram um regime misto que os priva do salário justo.»

«A empresa incumbida de proceder à liquidação do sistema preexistente, a Treuhandanstalt, uma sociedade fiduciária trituradora, tomou conta das empresas estatais para as vender em leilão a preço de chuva, ou fechá-las. Em certos casos, a destruição da empresa foi seguida da utilização do terreno por ela ocupado para outros fins. Isso foi frequente quando o local estava valorizado no mercado imobiliário.»



Todos os depoimentos que recolhi coincidem quanto a um ponto. Os critérios que conduziram à liquidação de ramos inteiros da indústria não tiveram por fundamento a qualidade da produção. Foram os interesses em jogo que determinaram as soluções adoptadas.

Verifiquei que a cerveja Raderberger, que já era produzida na RDA, continua (agora com rótulo sofisticado) a ser uma das mais apreciadas em Berlim.

Soube que as indústrias de panificação da zona oriental não conseguem satisfazer a procura, tal a qualidade dos seus produtos. O mesmo ocorre com as salsichas e os cosméticos. Os proprietários, porém, são, na maioria dos casos, ocidentais.

Entretanto, uma grande fábrica que produzia lâmpadas de alta qualidade e uma grande variedade de artigos eléctricos de boa aceitação foi fechada. A concorrência teria interesses muito poderosos.

Não é apenas bairrismo a antinomia que transparece no uso das expressões «os de cá» e «os de lá». Em Berlim, segundo me informaram, cresce com o rodar dos meses um

EM FOCO

forte sentimento de nostalgia. Não envolve, porém, saudosismo do regime socialista.

«Os erros cometidos — disse-me um ex-dirigente do PSU — desacreditaram o socialismo entre as massas, ou mais exactamente o modelo de socialismo que elas conheceram. Muitas famílias têm saudade da tranquilidade da «vida antiga» e da segurança que ela proporcionava, mas isso não as impede de responsabilizar os dirigentes do antigo Partido Socialista Unificado pelo encadeamento de crises que desembocaram na unificação. Entretanto, muita gente responsabiliza também o chanceler Kohl pelo que está a acontecer.

O PSD vai tirar benefícios dessa atitude. Somente os alemães podem entender bem estes comportamentos ingénuos e, por vezes, absurdos.»

O facto de os salários no território da ex-RDA serem 40% inferiores aos que são pagos pelo mesmo género de tarefas no Ocidente facilita a compreensão do emaranhado de frustrações. Sobre o ruir dos velhos mitos, novos mitos tomam forma. Um deles é a convicção de que o mercado dos antigos países socialistas da Europa Central e Oriental vai garantir um boom permanente às grandes transnacionais alemãs. Efectivamente, mais de um terço do comércio externo do conjunto desses países faz-se hoje com a Alemanha. Na própria Rússia, a posição conquistada pelos exportadores alemães tornou-se hegemónica. O mesmo ocorre com os investimentos. A França, a Itália, os EUA e o Japão aparecem como pequenos parceiros ao lado da Alemanha na disputa do mercado daquilo que foi o poderoso bloco socialista europeu, antes agrupado no CAME.

Estranha democracia

O presente ciclo, contudo, aproxima-se do fim. Destacados economistas da oposição admitem publicamente que a Alemanha está prestes a entrar numa fase de recessão. A inflação atingiu em Março os 4,7%, o índice considerado alarmante num país que se orgulha de ser o motor da CEE e o primeiro exportador mundial.

A esperança de que o Leste funcione como tábuca de salvação é refutada por muitos analistas. Os recursos financeiros do país não são inesgotáveis, as tensões sociais aumentam e os sindicatos traduzem o seu descontentamento em reivindicações cada vez mais ambiciosas.

«Não sei onde isto irá parar se a Rússia cair no caos. Lá se ia o nosso Far West, no caso do nosso sonho Oriental»... — ouvi no Reichstag de um deputado do Partido Social Democrata.

Um ponderável número de alemães teme que a situação no Leste europeu tenha um desenvolvimento desastroso. Não foi por acaso que os meios de comunicação berlinenses noticiaram com destaque, comentando-a, a opinião de Lech Walesa de que o processo de privatizações não pode na Polónia seguir o modelo aplicado na ex-RDA. Se tal fosse a opção, o resultado seria catastrófico. Assim pensa o ex-líder do Solidarnosc.

Existe uma relação complexa entre o processo trítador das estruturas socialistas e o défice democrático. É, aliás, por decisão pensada que omite neste texto os nomes das pessoas com quem falei, moradores na antiga capital. Em Portugal acredita-se de modo geral que a Alemanha unificada é neste final do século uma das sociedades mais democráticas da Europa. Tal ideia não se ajusta à realidade.

Mesmo que se passe por cima da agressividade de uma extrema direita neonazi, cada vez mais desafiadora, mesmo que sejam subestimadas as implicações sociais do racismo e das interdições profissionais, a Alemanha é neste momento um mostruário de fenómenos inquietantes no que diz respeito à violação de liberdades individuais e garantias constitucionais.

Precisamente quando me encontrava em Berlim, a Polícia invadiu com enorme exibição de força — centenas de homens e dezenas de veículos armados — sedes do Partido do Socialismo Democrático, a fim de apreender material dos arquivos do PSU, seu antecessor. O acto de prepotência não suscitou reparos dos órgãos de comunicação social ligados ao establishment. Receberam-no como se fora uma trivialidade.

Cidade sem personalidade

Berlim Ocidental apareceu-me como um lugar sem alma. Em belas edições de propaganda lê-se que Berlim é actualmente uma das mais alegres cidades do mundo. Não conseguí identificar essa atmosfera. As cidades, tal como as pessoas, são seres vivos, com personalidade própria. Em Berlim não a senti.

A antiga capital do Reich foi destruída pelos bombardeamentos aéreos anglo-americanos na fase final da guerra. A área menos atingida foi talvez, no centro, a dos grandes monumentos imperiais. Mas das zonas residenciais e comerciais, no ocidente, não sobrou praticamente nada. A reconstrução fez-se a partir do zero. Falta assim na nova Berlim aquela insubstituível relação entre as pessoas e o casario que gera o amor pela cidade como estrutura física e anímica irrepitível, aquele amor que levou muitos lisboetas a chorarem quando o Chiado ardeu.

O Tiergarten continua a ser um dos mais belos parques da Europa. Mas a moldura destoa, pela frialdade. A Kurfurstendam, tão elogiada nas brochuras turísticas, impressionou-me pelo ruído, pela publicidade berrante e agressiva, pelo excesso de fachadas de vidro, pelo luxo sem beleza de muitos estabelecimentos. Repele mais do que atrai. Mesmo em cafés mundialmente famosos, como o Kranzler, não senti o ambiente que cativa o forasteiro nos cafés de Paris, Bruxelas ou Lisboa.

Berlim é, segundo me informaram, a cidade europeia com mais intensa vida nocturna. Não fiz a prova. Mas afirmaram-me que morreu nela o espírito criador e irreverente que a transformou nos anos loucos da República de Weimar em rival de Paris como capital da cultura europeia.

«Por vezes, agora, inova-se no absurdo e no desnecessário» — disse-me um diplomata estrangeiro. — «Sabe que nesta cidade atribuíram em exclusivo um canal de televisão às lésbicas e aos pederastas? Não sou preconceituoso no tocante a sexo. Mas acho um exagero...»

Na velha Berlim

Menos rica, menos desenvolvida, menos moderna, a parte oriental de Berlim, ou seja a antiga capital da desaparecida RDA, é também muito mais tranquila. Menos publicidade, menos carros, menos lojas, menos barulho.

Aproveitei o facto de estar alojado muito perto da Unter den Linden para dar todas as manhãs, mal o sol despontava, longos passeios pela grande e bela avenida da zona monumental da velha Berlim.

Não é apenas a história da Prússia que ali nos obriga a reflectir sobre a transformação de um principado feudal (inicialmente pouco mais do que um exército disciplinado) numa grande potência cuja ambição, mal orientada, conduziu a conflitos de trágicas consequências para a nação alemã e para a humanidade.

Nas amplas praças da velha Berlim, quando nos esforçamos por entender o presente e o processo que precedeu a unificação, é difícil, contemplando os vestígios do passado, não olhar para mais longe. Caminhando no sentido oposto ao dos ponteiros da história, recordamos o fim do III Reich, a ascensão de Hitler ao Poder, a lenta desagregação da República de Weimar, Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo a falarem aos trabalhadores durante a Revolução de 1918, o Kaiser a presidir às grandes paradas militares da época imperial, Bismarck a inventar a Alemanha moderna. Com algum esforço imagina-se Napoleão em Berlim, depois de haver pulverizado o exército prussiano em Iena.

Frederico II, esse, voltou ao pedestal, na Unter den Linden. Que pensa hoje o berlinense médio desse príncipe imprevisível, de talento fulgurante, que assombrou a Europa e lutou sozinho — sem perder — contra a Áustria, a França, a Rússia, a Suécia e a Saxónia? Não sei.

Em poucas cidades tenho sentido com tanta força e emoção como em Berlim a importância do passado para a compreensão do presente. Acontece-me, no entanto, ali, sempre, algo absurdo.

Um museu único

É no silêncio de um museu, único do mundo, que mais me tocam — passe a expressão — algumas lições fundamentais da aventura do homem na transformação da vida.

Voltei agora, naturalmente, ao Museu de Pérgamo. Para me deter uma vez mais no corredor de acesso à Porta de Ishtar cuja fabulosa estrutura os arqueólogos do Kaiser trouxeram das ruínas de Babilónia. Mas sobretudo para rever o altar de Pérgamo — uma cidade helenística da Ásia Menor cujo poderio durou menos de 150 anos.

Durante mais de vinte séculos os homens quase lhe esqueceram o nome e até a existência. Apesar disso, a herança de Pérgamo é eterna. O altar de mármore da sua Acrópole foi erguido para festejar uma vitória da cidade alcançada após inenarráveis sofrimentos.

O gigantesco friso de Pérgamo apresenta essa luta de maneira simbólica. O que se contempla nele é o combate

entre deuses e gigantes, numa estilização do mito da gigantomaquia com tradições na escultura grega clássica.

Em Pérgamo o tempo não conta. Naquele mármore está quase tudo o que no homem é permanente. O bom e o mau. O que se aprende no duelo colectivo de Pérgamo é adaptável a qualquer país, a qualquer lugar do nosso planeta.

Na sala, de altíssimas paredes, tentei recordar anteriores visitas. O friso, esplêndido, continua a irradiar, em tempestade de beleza, infinitas mensagens, algumas de difícil decifração. Olhava para certas cenas como se as tivesse visto na véspera. Tudo aquilo é actualíssimo.

O mundo, em poucos anos, mudou muito. O seu rosto é outro. A República Democrática Alemã, que reabriu e reorganizou o Museu após a guerra, já não existe... O discurso mudo dos deuses e dos gigantes, em luta, permanecia, contudo, válido, vindo do fundo do tempo.

Ínfima partícula, eu envelhecera. Era suficiente, porém, fitar Atena segurando Alquioneu pelos cabelos, pormenor na batalha descrita no mármore de Pérgamo, para sentir que a minha perspectiva da história do homem não se havia alterado. O sentido da vida, as convicções, os valores são os mesmos. O vendaval que destruiu o socialismo na Europa não abalou a minha confiança em ideais por que me tenho batido.

No friso do grande altar erguido pelos Atalidas em Pérgamo é excessiva, inabarcável a porção de humanidade, de amor, de ódio, de violência, de medo, de fraternidade, de heroísmo, de astúcia, de ambição, de hipocrisia, de abnegação concentrada no mármore branco.

Quando tive pela primeira vez a oportunidade de ver aquilo escrevi: «Cada um, contemplando Zeus em luta com os gigantes, detendo-se na expressão e no esforço de Artemisa, de Eros, de Afrodite, de Atena frente a Porfirion, pode transplantar o combate para Portugal.»

Trocados os nomes, ajustadas as classes, transformados os deuses em povo e os gigantes em inimigos do povo, a lição de Pérgamo é adaptável, mantém-se actual, funciona.»

* * *

Foi reconfortante em Berlim reencontrar comunistas. Eles continuam a acreditar que, apesar dos enormes erros cometidos, valeu a pena lutar pelo socialismo no Estado alemão que desapareceu.

Não foi sem emoção que ouvi um desses amigos fazer aquilo a que chamou uma confidência. Usando palavras muito simples disse-me que a Revolução de Abril, o espectáculo do povo em luta nas ruas, a memória da Reforma Agrária, a camaradagem com os comunistas portugueses haviam sido para ele referências permanentes, um estímulo e tema de reflexão em momentos de fraqueza quando o assaltava a dúvida sobre a ideia da revolução social e necessidade de lutar por ela.

Lembrei-me de Pérgamo ao abraçá-lo.

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Retrato

Outro balão rebentou entre nós, por esta altura. Diz-se que a SEC secou fontes vivas da cultura.

Seca, a SEC respondeu logo que de tal deu fé — Matar a cultura? Eu? Eu nem sei quem ela é...

Realidade

O ministro aos quatro ventos disse numa voz pausada: O IVA sobre os alimentos não iria aumentar nada.

Pequeno erro de tabuada fez gorar o douto estudo: o IVA não aumentou nada porque fez aumentar tudo...

O costume

Aproxima-se a época do fogo. Em paleio, o Governo é um desafogo que fez, que faz, que dê, que pede meças promessas, só promessas...

Fogos vamos ter muitos. Quem duvida? Cavaco já desfia o seu novelo e os incêndios aumentam na medida das mil promessas para combatê-lo...

Enquanto é tempo

Comentador, estudado o fenómeno do abismo, disse que tinha passado o tempo de antifascismo.

Onda nazi é maior de suástica na mão. Tivesse, comentador, ah, tivesses tu razão digo-te eu, sem cinismo! Há facas longas pelo ar...

O tempo do antifascismo? É a hora de começar!

Culpados

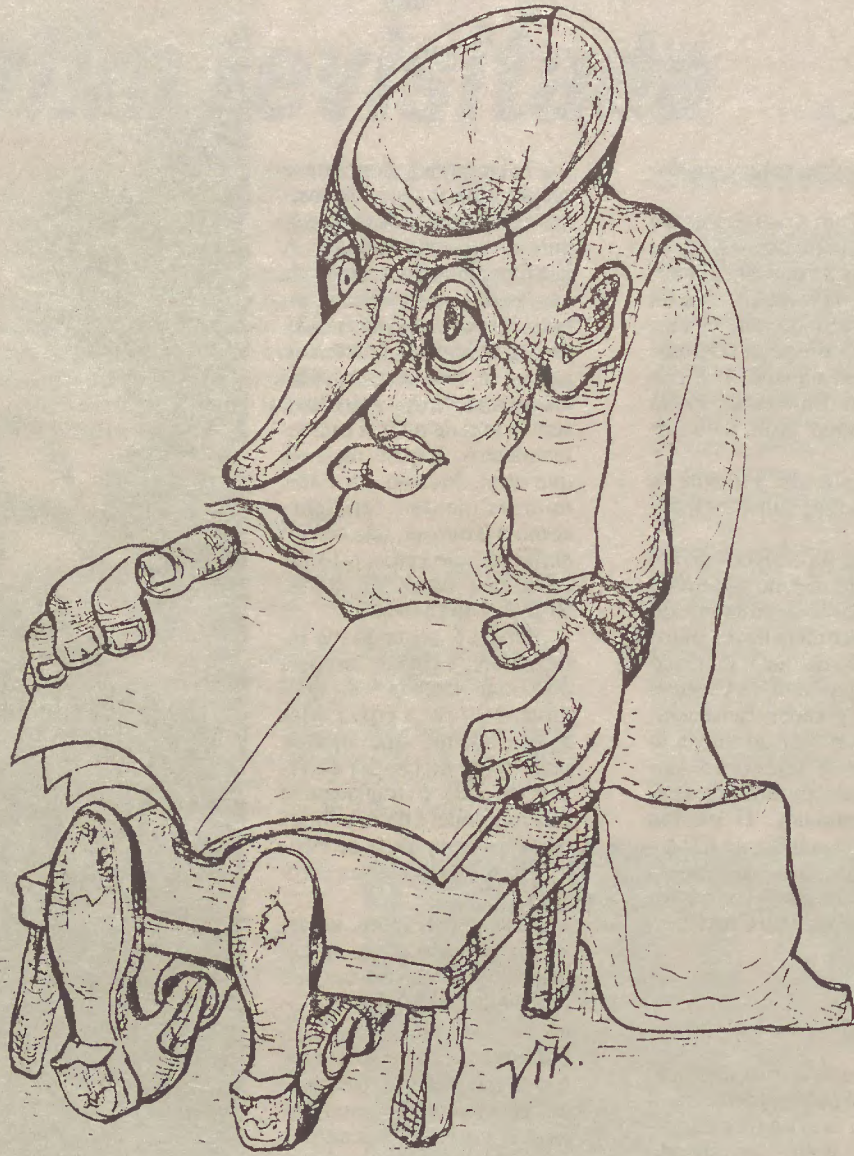
Vai a saúde cada vez pior. Protestos saltam já de todo o lado. Hospital vai ficando degradado cada remédio caro é um agressor.

E a culpa de quem é? Que não senhor (diz o Cavaco) ele não é culpado. Vai dando à taramela e, engasgado, aponta-nos o dedo acusador.

Tem razão, como tantas outras vezes. Ah, os malandros destes portugueses sempre resmungam, sempre descontentes! Caramba, que mania, a da doença! Sejam saudáveis! Isso é que compensa, ora pois! Quem os manda estar doente?...

■ IGNOTUS SUM

Incrível!



O talentarrão da imaginação

Santana Lopes, cujo contributo mais palpável para a Cultura assenta na introdução, na Secretaria de Estado do mesmo nome, de um numeroso séquito de assessoras e secretárias com tais especificidades culturais que já são conhecidas pelas «Barbies», resolveu sofisticar o desmantelamento das instituições culturais e científicas para que foi indigitado, com um toque pessoal. Chama-se ele «Conselho da Imaginação», uma coisa, para já, tão saída da mente do Lopes que tem à frente uma modista por si escolhida, Ana Salazar, e como objectivos imediatos «inundar o Porto de coisas» através de um «Congresso da Imaginação» que, ele próprio e numa existência de três dias, pretende acontecer com surtos de imaginação como teatro às seis da manhã para os noctívagos que saem das discotecas, ou um «drive-in» na praia. Estamos, indubitavelmente, no reino da mais desbragada imaginação e com um Lopes tão magnífico que, imagine-se!, escolheu a Cadeia da Relação, no Porto, como um dos espaços principais a ocupar pelo Congresso. De facto imaginações destas, só na cadeia...

Que «observador»!

Cáceres Monteiro está cada vez mais «intactamente lúcido» (a expressão é dele). Agora descobriu que a

Europolândia dará mais às futuras gerações que Karl Marx. Caramba, que estatura cultural! O tio Patinhas não diria melhor — mesmo que fosse, também, um impenitente «observador»...

O triunfo do Friedman

Milton Friedman, o profeta norte-americano chefe de fila dos «Chicago boys» que inspiraram o desastre económico da administração Reagan, nos EUA, deu novo alento às suas teorias de economia ultraliberal defendendo, preto no branco, a liberalização total dos estupefacientes. Com argumentos deste estilo: «Seria melhor que fossem as leis do mercado livre a regulamentar esses aspectos. A venda de alucinogéneos não pode nem deve ser assunto de que um governo se ocupe, como muito menos ainda deverá ocupar-se do controlo de lotarias e do fomento de jogos de azar».

Ou que «o consumidor seria quem mais iria lucrar num mercado de drogas legalizado, porque as drogas legais seriam muito mais limpas, com o teor de substância activa indicado no folheto explicativo, o perigo de overdose reduzido».

Por, obviamente chocante que seja o que este crepuscular «homem de sucesso» diz hoje, recordemos que ainda ontem ele era, de um modo também aparentemente óbvio, a alma socioeconómica de um país

como os Estados Unidos da América...

As pulgas de S. Bento

A Assembleia da República está a ser invadida pelas pulgas, pondo os deputados a agitar-se, nos corredores, já não apenas por causa de declarações, reflexões e outras deambulações, mas também à força das comichões. Segundo «O Jornal», as pulgas «aninham-se nos sofás e atacam logo que sentem caldo de cultura estrategicamente favorável».

Não sabemos quem levou as pulgas ao Parlamento, nem isso interessa. Apreciemos apenas a oportunidade que uma maioria de deputados que por lá andam tem, agora, de experimentar na carne as inconveniências que há em hospedar parasitas...

O prémio de um pide

Não contente com a destruição metódica do Portugal de Abril e a restauração da realidade socioeconómica do parcimoniosamente chamado «regime anterior», o Governo de Cavaco Silva agora até dá prémios a ex-agentes da Pide, com formulações do género «pelos serviços inestimáveis à pátria» e por aí fora. Já sabíamos que ainda não tínhamos visto tudo, na política destas duas sucessivas maiorias do PSD. Agora ficamos a saber, por saber de experiência feito, o que, para eles, nos falta ver.

frases da Semana

«(...) nunca fui um apoiante do movimento propriamente dito.»

✉ (João Carlos Espada, sociólogo, no inquérito sobre a UNITA — «Expresso», 17.04.92)

«(...) nunca embarquei numa reacção orquestrada por pessoas que negaram a existência de uma guerra civil e agora aparecem como campeões dos direitos humanos por causa dessas mortes.»

✉ (Maria Antónia Palla, jornalista, idem)

«(...) falta saber o que tem a dizer a UNITA, baseando-se nas conclusões de um inquérito.»

✉ (Xavier Figueiredo, jornalista, idem)

«(...) em matéria de direitos humanos, nunca pus as mãos no fogo pela UNITA.»

✉ (João Soares, dirigente do PS, idem)

«Depois de pesquisar, cheguei a uma conclusão que iliba Savimbi. A situação vai-se esclarecer.»

✉ (Fernando Trigo, jornalista, idem)

«Andam a enganar-me.»

✉ (Rocha de Matos, Presidente da AIP — «Expresso» - Economia, 17.04.92)

«Nunca fui dado a nenhum excesso intelectual.»

✉ (Vasco Pulido Valente — «Público» - Leituras, 17.04.92)

«Têm quatro dias para chegar a um acordo sobre a eleição dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado ou demito-me a 18 de Abril.»

✉ (Francesco Cossiga, citado em «Expresso» - Internacional, 17.04.92)

«Seria melhor que fossem as leis do mercado livre a regulamentar estes aspectos.»

✉ (Milton Friedman, sobre a liberalização dos estupefacientes — «Público», 20.04.92)

«(...) o consumidor seria quem mais iria lucrar num mercado de drogas legalizado, porque as drogas legais seriam muito mais limpas, com o teor de substância activa indicado no folheto explicativo, o perigo de «overdose» reduzido...»

✉ (Idem)

«Em termos de preço foi muito barato porque paguei apenas 0,8 por cento a mais do que o volume de prémios que a companhia anualmente faz.»

✉ (António Champalimaud, após o «esforço financeiro» de 18 milhões de contos, na privatização da seguradora Mundial Confiança — «Expresso» - Economia, 17.04.92)

«Essa vulgata marxista da luta de classe não faz parte da minha forma de estar.»

✉ (Torres Couto, «Nova Gente», 20.04.92)

«Um flavo salpicado, com sangue e paia, fechou a praça e, ao transpor a porta dos sustos, carregava consigo a tragédia.»

✉ («Festa e a Tragédia», Crónica sobre Toiros — «Público», 19.04.92)

LISBOA

● Beberete do Sector Público, com animação musical e intervenção sobre o 25 de Abril e a actual situação política pelo camarada **Henrique Sousa**: hoje, quinta-feira, às 19h, no CT Vitória.

● Jantar promovido pelo sector Centro/Norte de Empresas, com a participação do camarada **Jerónimo de Sousa**: sexta-feira às 20h no CT da Avenida Duque de Loulé.

● Jantar promovido pela comissão promotora das comemorações do 25 de Abril na TAP - nas instalações sociais do SNPVAC (Av. Almirante Gago Coutinho, 90), sexta-feira às 19h30, com a participação de um representante da Associação 25 de Abril e de **Vitor Dias**, da Direcção do PCP.

● Jantar promovido por uma comissão da **Função Pública** no restaurante «A Valenciana»: sexta-feira a partir das 19h30, com o camarada **Jorge Cordeiro** e um representante da Assoc. 25 de Abril.

● Jantar comemorativo organizado pela **Comissão de Trabalhadores da CGD**: sexta-feira.

● Jantar comemorativo organizado pela **Comissão Sindical do BNU**: sexta-feira.

● Jantar promovido pela Organização de Arroios do PCP, com a participação do **Comissário Santinhos** e de um dirigente do PCP: sábado, às 20h, no Café Império.

● Almoço comemorativo na UPSS (Alam. D. Afonso Henriques, 72, 2º), promovido pela **Associação de Reformados de Lisboa**, que na ocasião fará entrega de diplomas de sócios honorários da Associação a Miguel Urbano Rodrigues, Varela Gomes e, a título

póstumo, Joaquim Campino. Sábado às 13h.

● Almoço na **Voz do Operário**, no domingo, promovido pelas colectividades, associações de Jovens e Juntas de Freguesia da zona. Espectáculo à tarde. Exposição documental sobre o 25 de Abril.

● Almoço promovido pelo sector **Avenida do PCP** (fregs. S. José e Coração de Jesus): domingo no CT Vitória.

ALMADA

● Almoço comemorativo promovido pela Organização de Freguesia da **Cova da Piedade**: domingo, no Centro de Trabalho da Cova da Piedade.

SINTRA

● Almoço promovido pela Comissão de Freguesia de **Belas**, aberto a toda a população: domingo, às 13h, na sede da Associação de Moradores da Serra da Silveira, com a participação de **Henrique de Sousa**.

● Almoço promovido pela Comissão de Freguesia de **Queluz**, aberto a toda a população: domingo, na Escola Primária de Monte Abraão, com **António Cordeiro**.

GAIA

● Jantar promovido pela Comissão Concelhia da **CDU**: no sábado, no restaurante «O Monumental».

LOUSADA

● Almoço promovido pela Comissão Concelhia do PCP: sábado no restaurante «A Severa».

SANTO TIROSO

● Jantar promovido pela Comissão Concelhia da **CDU**, com a participação do camarada **Agostinho Lopes**: no restaurante «Massaquile» (Estrada Trofa/Vila do Conde).

Agenda



Jantares comemorativo do 25 de Abril com a participação de Carlos Carvalhas,

Secretário-geral Adjunto do PCP:

- **Lisboa** - promovido por Trabalhadores da Saúde, sexta-feira na Casa do Alentejo;
- **Parede** - promovido pela Comissão de Freguesia do PCP, domingo no restaurante «Limo Verde», junto à Estação da CP (inscrições nos CTs de Cascais, Parede e Tires).

Reuniões na Marinha Grande

Nos próximos dias realiza-se na Marinha Grande uma série de reuniões preparatórias da próxima VI Assembleia da **Organização Concelhia**, durante as quais serão eleitos os delegados das células e organizações sectoriais. A primeira reunião será a da Juventude, no dia 27, seguindo-se (a 28) as células dos Reformados e a de Moldes Plásticos e Cartonagens e (a 29) as das empresas do sector Vidreiro.

Segunda, 27, às 18.30 no CT Vitória

SALÁRIOS, PREÇOS E LUCROS

debate
introduzido por
SÉRGIO RIBEIRO
dirigido a quadros do Partido,
promovido pela Comissão da DORL
para as Questões Ideológicas

tempo
de antena
do PCP
Dia 29

Sobre
as
questões
de
Saúde

RDP-Antena 1
e Emissores Associados

a seguir ao noticiário das 13.00 h.

Quinta, 23

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 A Saúde na Sua Mão
14.00 Brinca Brincando
14.35 A Primeira Vez
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Caderno Diário
18.15 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.15 Desenhos Animados
20.25 Rainha da Sucata
21.30 Os Simpsons
22.00 Os Assassinos Estão Entre Nós
23.20 Lua Extravagante & Resistência
00.10 24 Horas
00.45 Remate
01.00 Fox-Teatro do Imaginário

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Os Cavaleiros das Estrelas
12.25 Curso de Alemão
12.40 Circo
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.25 Recreio do 2
17.25 Em Busca de...
17.55 Clip-Club
18.25 Eterno Feminino
19.30 Aventura do Conhecimento
20.50 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Maria João no S. Luiz
22.35 A Ilustre Casa de Black Adder
23.00 Pânico nas Ruas
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 24

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Os Novos Exploradores
14.00 Brinca Brincando
14.35 Salta para o Vietnam
(ver «Filmes na TV»)
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.25 Rainha da Sucata
21.30 Invasores Espaciais
(ver «Filmes na TV»)
23.20 Mamma Mia
23.50 24 Horas
00.25 Remate
00.55 Casamento Secreto
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zorro
12.30 Curso de Francês
12.40 Circo
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.25 Recreio do 2
17.05 Burlescos
17.30 Grandes Desastres
17.55 Clip-Club
18.25 Eterno Feminino
19.30 Magazine de Turismo
20.45 Zás Trás

21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Rotações
22.35 Pantanal
00.10 O Rick de Sherwood
01.00 Zeca Afonso no Coliseu

Sábado, 25

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 O Quadro Roubado
14.20 Corações Jovens
15.10 MTV - 10º Aniversário
16.05 Não Há Nada P'ra Ninguém
(ver «Filmes na TV»)
17.45 O Século dos Detectives
18.35 Hercule Poirot
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.30 Casa Cheia
22.15 Araponga
23.15 A Balada da Praia dos Cães
(ver «Filmes na TV»)
00.55 Contradições
02.05 Remate

Canal 2

09.00 Circo
09.50 Fora de Horas
10.40 Anna Bailarina
11.15 Forum Musical (I)
11.45 Primeiro Jornal
11.50 Forum Musical (II)
12.50 Agarra o 2
13.50 Peço a Palavra
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.05 Arca de Noé
19.45 Outras Músicas
21.00 Estádio (II)
23.30 Pantanal
01.05 As Teias da Lei

Domingo, 26

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.35 Missa
12.30 70x7
13.00 Notícias
13.15 O Castelo da Aventura
13.40 Viagem ao Mundo da National Geographic
14.25 Top +
15.15 Viagem a Paris
(ver «Filmes na TV»)
17.20 As Aventuras do Cavalo Preto
17.45 ET - Entretenimento Total
18.50 McGyver
19.40 Os Golos da Jornada
20.00 Jornal de Domingo
20.35 Desenhos Animados
20.45 Araponga
22.15 Domingo Desportivo
23.25 Co.versa Afiada
00.30 No Calor da Noite
01.25 Remate

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 S.O.S. Terra
10.50 Regiões Magazine
12.10 Agarra o 2
13.05 Vida Nova
14.00 Trófeu
19.15 Crónica
20.10 Palavra Puxa Palavra
21.00 Nós 2
22.05 Os Rapazes da Geral
(ver «Filmes na TV»)
01.15 Tauromaquia

Segunda, 27

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas

12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 América Selvagem
14.00 Brinca Brincando
14.35 Os Pistoleiros da Noite
(ver «Filmes na TV»)
16.30 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.25 O Preço Certo
23.00 Grandes Desafios
23.55 24 Horas
00.30 Remate
00.40 Uma Praça em Berlim
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 O Homem da Carabina
12.25 Curso de Inglês
12.40 Ao Ar Livre
12.55 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.40 As Aventuras de Black Beauty
17.00 O Melhor dos Mundos
17.50 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.20 Dramazine
19.50 Estilo Britânico
21.00 Jornal das Nove
21.35 Falar Claro
22.35 Teatro

Terça, 28

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
11.05 Passerelle
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 O Futuro
14.00 Brinca Brincando
14.35 Parade
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.20 As Causas da Justiça
22.15 Primeira Página
23.10 Carol & Companhia
23.40 24 Horas
00.15 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.05 California Show
12.20 Curso de Alemão
12.35 Circo
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.00 O Livro dos Recordes
17.30 Tribunal de Juri
17.50 Clip Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Cinemazine
20.00 A Caminho de Barcelona
21.00 Jornal das Nove
21.35 1000 Imagens
22.00 Eu, Pierre Rivière...
(ver «Filmes na TV»)
00.55 Pop Off

Quarta, 29

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca, Brincando
14.35 Manobras de Amor
(ver «Filmes na TV»)
16.20 Tu Cá, Tu Lá

17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.15 Vamos Jogar no Totobola
21.35 Regresso a Marselha
(ver «Filmes na TV»)
23.45 24 Horas
00.20 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 2020 - Polícias em Acção
12.25 Curso de Francês
12.35 Circo
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha!
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.30 Recreio do 2

Filmes na TV



«Mr. Smith goes to Washington» — um dedo em riste contra o poder corrupto

A Primeira Vez
«The First Time», (EUA/1982). Realização de Noel Nosseck. Interpretação de Susan Anspach, Jennifer Jason Leigh, Peter Barton, Edward Winter. Cor, 90 minutos.

Telefilme de qualidade mediana cujo argumento retrata os conflitos emocionais entre uma mãe viúva e a sua filha adolescente envolvida num primeiro caso de amor. As referências apenas apontam nota alta para as interpretações das duas actrizes.

Quinta, 14.35, Canal 1

Pânico Nas Ruas
«Panic in The Streets», (EUA/1950). Realização de Elia Kazan. Interpretação de Richard Widmark, Paul Douglas, Barbara Bel Geddes, Jack Palance, Zero Mostel. P/B, 92 minutos.

Óscar para o Melhor Argumento desse ano, a história deste filme, exposta de forma seca e concisa, dá origem a um excelente ritmo narrativo que progressivamente acompanha e justifica uma crescente tensão formal na encenação da clássica «perseguição ao homem». Aqui, a diferença reside no facto de a polícia perseguir os assassinos de um desconhecido encontrado morto no porto de Nova Orleães, não apenas porque de autores do crime se trata mas porque podem estar infectados pela «peste bubónica» revelada na autópsia ao corpo do morto - um emigrante clandestino - e, assim, provocar uma grave epidemia. Mas o filme de Kazan ultrapassa as coordenadas habituais do «filme de gangsters», desvendando e denunciando, através da fabulosa fotografia de Joe Mac Donald, o «preto e branco» da dura realidade social de Nova Orleães, com excelentes interpretações de Richard Widmark (num papel involuntariamente «simpático») e de dois grandes secundários - Zero Mostel e Jack Palance (este, no seu filme de estreia).

Quinta, 23.00, Canal 2

Salto para o Vietnam
«In Love And War», (EUA/1987). Realização de Paul Aaron. Interpretação de Jane Alexander, James

Woods, Dr. Haing S. Ngor, Richard McKenzie. Cor, 93 minutos.

As referências não são entusiásticas a propósito deste telefilme que, baseado no livro publicado por um comandante de um navio de guerra dos Estados Unidos, James B. Stockdale, narra a sua experiência de prisioneiro de guerra no Vietnam e os esforços da sua mulher, Sybil, para a sua libertação.

Sexta, 14.35, Canal 1

Invasores Espaciais
«Spaced Invaders», (EUA/1990). Realização de Patrick Read Johnson. Interpretação de Douglas Barr, Royal Dano, Ariana Richards, J. J. Anderson, Gregg Berger. Cor, 91 minutos.

Comédia falhada (explorando, malgrê Orson Welles, o filão da «Guerra dos Mundos») acerca da invasão, também falhada, de uma expedição de marcianos, surpreendidos e confundidos pelas cerimónias do «Hallo-ween» (a «Noite das Bruxas») numa pequena cidade dos Estados Unidos. Mais um anódino e desinteressante telefilme, mal colocado na programação.

Sexta, 21.30, Canal 1

Casamento Secreto
«Boda Secreta», (Arg./Can./Hol/1989). Realização de Alejandro Agresti. Interpretação de Tito Haas, Mirtha Busnelli, Sergio Poves Campos, Nathan Pinzon, Flórida Bloise. Cor, 83 minutos.

«História anedótica e irónica sobre um homem que surge ao fim de 15 anos depois de ter sido dado como morto pelo regime militar e que tenta recuperar a mulher com quem estava para casar quando foi detido e que acaba por ter de matar um padre que ameaça denunciá-lo à comunidade que agora o aceita sob outra identidade acabando por ser preso prometendo à mesma mulher regressar um dia para casar com ela.» É assim, de um só fôlego (e sem vírgulas), que o Serviço de Gestão, Emissão e Divulgação da RTP (Canal 1) anuncia esta co-produção, inédita entre nós, mas que apresenta, como motivos de atenção, não apenas a história (que se vislumbra potencialmente inter-

essante), mas também a sua selecção para os Festivais de Cinema de Montreal (1989) e Berlim (1990). A ver, portanto, com curiosidade.

Sexta, 00.55, Canal 1

Peço a Palavra
«Mr. Smith Goes to Washington», (EUA/1939). Realização de Frank Capra. Interpretação de James Stewart, Jean Arthur, Claude Rains, Edward Arnold, Thomas Mitchell, Harry Carey. P/B, 120 minutos.

Brilhante obra-prima de Frank Capra. Mais uma vez encontramos neste filme sublime a postura idealista do seu autor: por um lado, a denúncia do lado negro da realidade norte-americana e a crítica mordente e satírica aos privilégios dos «poderosos»; por outro lado, a eterna e confiante crença na capacidade de intervenção do «cidadão comum» e nas virtualidades do «sistema» para gerar os mecanismos de defesa contra a corrupção dos seus valores essenciais. A história é conhecida: um pacato cidadão, Jefferson Smith, vê-se subitamente catapultado para o Senado dos EUA onde defende, contra os mesquinhos interesses dos proprietários de um terreno (seus «pares» de bancada), a criação de um campo de férias para jovens. Mas o filme, surgido em 1939, ultrapassa a mera parábola e insere-se, mais além, numa estratégia da cinematografia de Hollywood, à época justamente apostada na contraposição dos ideais democráticos ao crescente totalitarismo nazi que assolava a Europa. Nesse sentido, são emblemáticas duas seqüências fundamentais do filme: a romagem de Smith, o «herói», ao monumento à memória de Lincoln e a sua incansável e emocionante intervenção no Senado, com passagens da Declaração da Independência. Interpretações memoráveis de James Stewart e Claude Rains. Imprescindível.

Sábado, 13.50, Canal 2

Não Há Nada P'ra Ninguém
«How To Beat The High Cost of Living», (EUA/1980). Realização de Robert Scheerer. Interpretação de Susan Saint James, Jane Curtin, Jessica Lange, Richard Benjamin, Eddie Albert. Cor, 110 minutos.

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

O País de castigo

Que se faz a um doente, quando ele precisa de assistência?

Para o Governo de Cavaco é fácil — aplica-se-lhe uma taxa «moderadora», cujo efeito, se o não curar logo, modera-lhe, pelo menos, a vontade de tornar ao médico.

Que se faz a um trabalhador a quem se aplicou um tecto salarial inferior, previsivelmente, à inflação? Aumentam-lhe os preços, fazendo a inflação disparar — escondida que estava atrás de um IVA que não fora ainda aplicado.

Que se faz a um polícia que pretende manifestar o seu descontentamento com trabalhador que é? Proíbe-se-lhe o direito à manifestação e retira-se-lhe mesmo o direito à folga.

E se for um sargento? Ilegaliza-se-lhe a associação.

Mas se um ex-monopolista pretende reaver os frutos da sua exploração passada, então o governo põe e dispõe, privatiza e vende, dá de mão beijada tudo o que, sendo do Estado e do povo, não é dele, Governo, e muito menos dele, Champalimaud. O novo monopolista tem aliás direito a brinde — o de ir à televisão ameaçar de despedimento os seus inimigos políticos.

E se um pide pretender uma pensão do Estado, alegando precisamente o facto de ter sido membro da tenebrosa polícia política do fascismo? Ai, o Governo de Cavaco Silva também não hesita. Como aconteceu no caso de um ex-inspector a quem o executivo do PSD concedeu uma pensão «por serviços excepcionais e relevantes prestados ao País».

Mas se um estudante protestar contra a PGA, arranjam-lhe uma segunda chamada. Se persistir no protesto, inventam-lhe uma terceira. Cavaco parece pretender, através do castigo, meter o País na antiga ordem que um dia Abril veio romper. Tem do País a mesma ideia dos governantes de há duas décadas atrás. Com estrada, pontes e chafarizes para inaugurar. Polícia para reprimir. Medalhas e pensões para os obedientes. Repressão para os recalcitrantes.

Cavaco tem de si a ideia de um Robin dos Bosques em negativo — aquele que tira aos pobres para dar aos ricos, para poder mostrá-los, anafados e felizes, como se mostrasse a imagem de um País. Atrás e acima dos meus ministros, escolhe-os, manobra-os e despede-os — queima-os como fusíveis por onde passou uma tensão forte de mais. Dele já se diz — como se disse de Salazar — que não é má pessoa, que está é mal rodeado. Governa lavando as mãos, dando homem por si. De tempos a tempos lembra aos seus que é ele quem manda, quem multa, quem castiga e quem concede a graça de um lugar ao sol.

Até na política cultural, o Governo de Cavaco mostra a sua pequenez, a imagem decalcada do antigamente, promovendo a subserviência, premiando a incompetência, desdenhando dos intelectuais que o combatem.

A imaginação cultural deste Governo é comparável à farfalhada salaia do antigo SNI, como o vem provar a iniciativa da Secretaria de Estado da Cultura ao lançar o projecto de um Conselho da Imagem presidido por uma modista. Até vai haver congresso dessa coisa, no Porto. E, segundo um semanário, a intenção da SEC é nada menos que «inundar o Porto de coisas». Que os portugueses se acautelem.

E se alguém discorda desta política «cultural»? Se alguém lhe faz frente, como parece ser o caso da recém-constituída Frente Nacional para a Defesa da Cultura? Ai, o secretário de Estado manda a subsecretária de Estado chamar-lhes nomes.

■ LM

Sábado na Avenida

Abril é jovem, tem futuro!

«É com confiança no futuro que reiteramos o nosso apelo a que participem nas comemorações populares do 25 de Abril e em particular no desfile que descenderá, nesse dia, a Avenida da Liberdade até ao Rossio, para que, através da sua presença, o país se reconforte com a evidência de que os ideais que florescem com a queda do regime totalitário continuam vivos e a justificar a esperança». Esta uma das afirmações constantes do apelo de cerca de 300 personalidades à mobilização para as comemorações do aniversário do Dia da Liberdade. Foi há 18 anos e, como diz um dos slogans este ano adoptados: «O 25 de Abril é (o) maior!».

O desfile em Lisboa na Avenida da Liberdade partirá às 15 horas do Marquês de Pombal para uma ligação até ao Rossio, mas estas comemorações populares no próximo sábado começam com a Corrida da Liberdade, prova aberta a atletas de ambos os sexos e de todos os escalões etários que partem às nove e meia da manhã da Pontinha com destino aos Restauradores.

«Abril é jovem, tem futuro!» é outro dos lemas que motivam os independentes, militares, membros do PCP, PS, Verdes, UDP, ID, PRD, MDP, intelectuais e artistas, sindicalistas e autarcas que subscrevem este apelo.

O comunicado que tem sido distribuído à população de Lisboa, a dada altura, afirma: «O fosso entre os mais e os menos beneficiados atingiu uma expressão inquietante face à extrema miséria e à marginalização social que afectam um número elevado de pessoas com particular realce nas nossas maiores cidades».

Estas desigualdades sociais podem colocar a democracia em perigo, pois toda esta «acumulação de circunstâncias é geradora de riscos antidemocráticos, ao provocar o desalento e a perturbação de muitos, senão mesmo o desalento e o indiferentismo da maioria, o que constitui um caldo de cultura propício ao florescimento de vícios próprios às sociedades onde a consciência colectiva e o sentido crítico embotaram».

Abril todo o dia

Em Lisboa as comemorações do 25 de Abril incluem ainda a iniciativa que a semana passada noticiámos e que foi anunciada pelo Presidente da República, de manhã, frente à Torre de Belém, antes da partida do navio-escola Sagres - integrado na regata Colombo - para Cádiz, que levará Mário Soares a bordo.

Porto

Rock, Zeca e desfile a comemorar a liberdade

No Porto, as comemorações populares do 18º aniversário do 25 de Abril estão mais uma vez a cargo de colectividades culturais e estruturas da Cidade Invicta, entre as quais a Cooperativa Árvore, o Coral de Letras, a Unicepe, o FITEI, o Cineclub, o TEP, a Federação das Colectividades, o MDM e a União de Sindicatos.

Na noite de 24 de Abril começarão as comemorações, que decorrerão na baixa portuense, com um espectáculo musical com a participação dos Xutos e Pontapés a que se segue uma evocação de José Afonso com o Grupo Galego e João Afonso.

À passagem da meia-noite — que os organizadores intitulam de «passagem do ano da Liberdade» — o Coral de Letras cantará a Grândola Vila Morena a que se seguirá uma sessão de fogo de artifício.

No dia 25 a Revolução dos Cravos começará a ser comemorada de manhã às 10 horas com a Corrida da Liberdade ao mesmo tempo que no Palácio de Cristal decorrerá uma manhã infantil com Teatro de Marionetas e Oficina de Máscaras.

No Dia da Liberdade à

tarde realiza-se na baixa portuense um espectáculo com ranchos folclóricos e bandas musicais a que se segue um cortejo/desfile onde se integrarão, entre outros, a Fanfara de Oliveira do Douro, Marianes do Rio Douro, a Festa do Concelho do Rei (Amarante) e o Grupo de Zés Pereiras de Barcelinhos.

Abril em todo o lado

Em todo o país realizam-se comemorações do Dia da Liberdade. No Barreiro a Câmara Municipal promove várias iniciativas sábado e domingo, a começar no dia 25 às 11 e 30 será apresentado o livro de poemas *O Sonho da Liberdade*, de Sousa Pereira, numa sessão que terá a colaboração de membros do grupo de teatro Tesfal e do conjunto rock Banda da Rua.

À tarde, pelas 16 horas, será inaugurada uma exposição de Manuel Ribeiro de Pavia, no auditório da Biblioteca Municipal do Barreiro, para em seguida se realizar um colóquio intitulado «O lápis azul ainda existe» com José Saramago e o jornalista António Guerreiro. Às 17 e 30 será lançado o livro de Saramago *O Sabor da Palavra Liberdade* que contém uma intervenção do escritor em 1990 sobre o tema.

Diversas entidades do concelho de Viseu associaram-se para estas comemorações que começam amanhã à noite no auditório da Feira de São Mamede com um espectáculo musi-



Ao descer a Avenida da Liberdade, o povo de Lisboa verá exposto este pano no Centro de Trabalho Vitória do PCP

Soares e o presidente da Assembleia da República discursarão nesta iniciativa que decorre sob o lema «Juventude, Mar e Liberdade».

A Câmara Municipal de Lisboa promove no Largo do Carmo uma homenagem a Salgueiro Maia, capitão de Abril recentemente falecido, e a Associação 25 de Abril promoverá também um almoço-convívio às 12 e 30, no Pavilhão Carlos Lopes, onde Costa Gomes será homenageado com a entrega do bastão de Marechal.



Em cascais o Centro de Trabalho do PCP exhibe este pano alusivo ao 25 de Abril e ao 1.º de Maio

cal que inclui música portuguesa, africana, latino-americana e brasileira e poesia.

No dia 25, no Rossio, organiza-se uma manhã infantil e, às 15 horas, o grupo *Sincelo* dá um espectáculo de Música Popular Portuguesa. À noite na Escola Secundária Viriato ocorre um jantar comemorativo cujas inscrições podem ser feitas para os telefones (032) 423285 - 27401 ou para o fax 428731.

Sérgio Godinho e Lua Extravagante são as atrações do espectáculo de amanhã à noite no Pavilhão Paz e Amizade em Loures, cuja câmara municipal organiza ainda no Dia da Liberdade a Corrida Internacional da Liberdade, uma manhã infantil e um baile popular no Largo 4 de Outubro.

Um grupo de cidadãos de Mafra e Torres Vedras organiza amanhã às 19 e 30 um conjunto de festividades na Basílica de Mafra enquanto a Junta de Freguesia da Arrentela, Seixal, promove no sábado a 8ª edição da estafeta 25 de Abril com partida de Fernão Ferro e chegada à Arrentela.